

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
JOSE ALBERTO DE CASTRO**

**A ONG AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RESERVA DA
CIDADANIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
BAIRRO DE ITAPOAMA EM CABO DE SANTO AGOSTINHO –
PERNAMBUCO.**

RECIFE,

2019

JOSE ALBERTO DE CASTRO

**A ONG AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RESERVA DA
CIDADANIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
BAIRRO DE ITAPOAMA EM CABO DE SANTO AGOSTINHO –
PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientador/a: Prof.^a Dra. Maria das Graças
Andrade Ataíde de Almeida

RECIFE,

2019

JOSE ALBERTO DE CASTRO

**A ONG AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RESERVA DA
CIDADANIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
BAIRRO DE ITAPOAMA EM CABO DE SANTO AGOSTINHO –
PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Aprovado pela banca examinadora em 27 de agosto de 2019.

Profª Drª Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
(Orientadora)

Profª Drª Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
(Examinadora interna)

Profª Drª Auta Luciana Lautentino
(Examinadora Externa)

RECIFE,

2019

A Tessa Nascimento de Castro, minha amada filha, por quem hoje me esforço dia
sim e no outro também.

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos dar a força necessária na medida certa diariamente para resistirmos aos obstáculos que este mundo proporciona.

À querida professora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida pela acolhida, força, motivação, exemplo e cuidado desde o primeiro momento e que se estendeu durante toda a caminhada acadêmica, pelos ensinamentos a partir de sua experiência e prática que contribuíram na minha formação como pesquisador, cidadão e pessoa.

À minha mãe, meu pai e meus irmãos e irmãs que sempre pude contar para os desafios da vida.

À Manuele Nascimento pelo empenho dado ao longo de uma jornada e compreensão por este momento de construção deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), representado pelas/os professoras e professores, que possibilitou minha formação acadêmica em uma área crucial para a promoção do desenvolvimento na vida acadêmica.

Aos colegas do Posmex, representados pela turma de 2017, pelos momentos vivenciados durante o período de formação acadêmica. Em especial ao querido amigo Gerlúcio Moura que sempre me socorreu em horas cruciais, confiando sempre em mim.

À banca examinadora professoras Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão e a professora Dr. Auta Luciana Laurentino pela presença e disponibilidade em contribuir com seus conhecimentos na pesquisa realizada durante o período de formação.

À Fernanda Vasconcelos pelo incentivo e motivação neste momento de grande luta e importantíssimo em nossa vida.

A ETE Alcides do Nascimento Lins por permitir e oferecer condições, sempre que necessitava, para a realização dessa minha etapa de formação acadêmica, no intuito de qualificar nossas ações para a prática da docência e da gestão educacional.

A Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania, por abraçar este desafio de vivenciar uma pesquisa sobre o processo de desenvolvimento local em que esta casa é protagonista. E, em especial à Eliana Leopoldina, Eliete Lopes e Antônia Almeida (Tânia), por me receber sempre com um sorriso no rosto e com inúmeras contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

“porque eu o senhor teu Deus, te pego pela mão e te digo, não temas, eu te ajudo!”
(Isaías 41:13)

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AD – Análise do Discurso

ARdC – Agência Reserva da Cidadania

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

FENEARTE – Feira Internacional de Artesanato de Pernambuco

IADH – Instituto de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTUR – Ministério do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

OMT – Organização Mundial do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

POSMEX – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PNT – Plano Nacional do Turismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UPE – Universidade de Pernambuco

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo de analisar o papel da ONG Agência reserva da Cidadania – ARdC, para a perspectiva do desenvolvimento local no bairro de Itapoama, Cabo de Santo Agostinho/PE, no que concerne a criação de redes sociais, de capital social, geração de renda e autonomia dos moradores e das moradoras. A ONG – ARdC, foi resultado de articulações entre os líderes comunitários dos bairros próximos à Reserva do Paiva, especialmente os do bairro de Itapoama, na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE, e os representantes de empresas privadas de interesses diversos que se organizaram para fazer a legalização do uso da área litorânea próximo à praia do Paiva, na mesma cidade. Essa ONG tem suas atividades direcionadas à criação de redes de relacionamento e articulação que possibilitem um arranjo adequado de integração entre uma parcela significativa dos moradores e moradoras do bairro de Itapoama, as empresas privadas que possuem interesse na região, parceiros técnicos (como é o caso do instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano – IADH) e o poder público. Neste aspecto, a ARdC oferece em suas dependências ou em locais adequados do bairro ações de qualificação profissional, orientação comercial e pessoal e consultoria em negócios, tendo como público de interesse os moradores e as moradoras de Itapoama. Tais ações permitem perceber o processo de identificação de elementos que configurem o surgimento de desenvolvimento local, capital social, redes, potencialidades turísticas e de lazer. Os estudos a respeito de capital social consideraram as contribuições de Putnam (1995/2001), Abramoway (2000), Coleman (1998) e Bourdieu (1998). Para a compreensão a respeito de desenvolvimento local foram usados os estudos de Milanez (2003), Buarque (2002), Callou (2007), Franco (2002) e Jesus (2003). Para se chegar a um entendimento a respeito de redes, foram usadas as contribuições de Gohn (2003) e Castells (1999). No tocante aos estudos sobre as atividades turísticas, recebemos as contribuições de Torre (2003), Ansarah (2001) e Dias (2003). No entendimento a respeito das práticas de lazer, foram usados os entendimentos de Dumazedier (1976), Muller (2002) e Melo (2012). Para as conceituações a respeito das ONGs, destacamos os escritos de Landin (2002), Figueiredo (2013) e Pedrosa (2008). O percurso metodológico foi baseado nas ideias de Sampieri, Callado e Lúcio (2010), Minayo (2002) e Laville e Dione (1999). Foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas. A compreensão das falas dos participantes veio através das técnicas de análise do discurso, conceituado por Orlandi (2006/2009). A pesquisa alcançou resultados significativos para analisarmos o significado do papel e da importância das ações da ARdC para os sujeitos sociais do bairro de Itapoama. Contudo, entendemos que estudos mais aprofundados necessitam serem realizados para alcançarmos uma maior compreensão a respeito do processo de desenvolvimento local naquela região.

Palavras chave: Desenvolvimento local, ONG - ARdC, turismo e lazer

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of the NGO Agência Reserva da Cidadania - ARdC, for local development in the neighborhood of Itapoama, Cabo de Santo Agostinho / PE, regarding the creation of social networks, social capital, income generation, and autonomy of residents. The NGO Reserva da Cidadania - ARdC was the result of articulations between the community leaders of the neighborhoods near Reserva do Paiva, especially those in the Itapoama neighborhood, in the city of Cabo de Santo Agostinho/PE, and representatives of private companies of various interests who organized themselves to legalize the use of the coastal area near Paiva beach, in the same city. This NGO has its activities directed to the creation of relationship and articulation networks that allow an adequate integration arrangement between a significant portion of the residents of Itapoama neighborhood, private companies that have interest in the region, technical partners (as is the case Institute for Support to Human Development - IADH) and the public authorities. In this aspect, ARdC offers on its premises or in appropriate places in the neighborhood professional qualification actions, commercial and personal guidance and business consultancy, with the interest of the residents of Itapoama. Such actions allow us to perceive the process of identifying elements that shape the emergence of local development, social capital, networks, tourism and leisure potentials. The studies on social capital considered the contributions of Putnam (1995/2001), Abramoway (2000), Coleman (1998) and Bourdieu (1998). To understand local development were used the studies by Milanez (2003), Buarque (2002), Callou (2007), Franco (2002) and Jesus (2003). To get to an understanding of networks were used contributions from Gohn (2003) and Castells (1999). Regarding studies on tourist activities we received contributions from Torre (2003), Ansarah (2001) and Dias (2003). In understanding about leisure practices, the understandings of Demazedier (1976), Muller (2002) and Melo (2012) were used. For the conceptualizations about NGOs, we highlight the writings of Landin (2002), Figueiredo (2013) and Pedrosa (2008). The participants' speech comprehension came through the discourse analysis techniques, conceptualized by Orlandi (2006/2009). And yet, the methodological path was based on the ideas of Sampieri, Callado and Lúcio (2010), Minayo (2002) and Laville and Dione (1999). The research achieved significant results to analyze the significance of the role and importance of ARdC actions for the social subjects of the Itapoama neighborhood. However, we understand that further studies need to be done to achieve a greater understanding of the local development process in that region.

Keyword: local development, NGO-ARdC, tourism and leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa de destaque da localização da cidade de Cabo de Santo Agostinho

Figura 02. Calçadão de Itapoama

Figura 03. Banho de argila

Figura 04. Produtos derivados da argila

Figura 05. Argila da lagoa de Itapoama

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Tipos e quantidades de participantes da pesquisa.

Tabela 02. Tipos e quantidades de participantes da pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – Cabo de Santo Agostinho, bairro de Itapoama, percurso metodológico	21
1.1. Cabo de Santo Agostinho	21
1.2. O bairro de Itapoama	23
1.3 Percurso metodológico	25
CAPÍTULO II – Capital social, desenvolvimento local e redes colaborativas no bairro de Itapoama	31
2.1. Capital social	31
2.2. O desenvolvimento local	36
2.3. Redes colaborativas	39
CAPÍTULO III – Turismo e lazer como fatores de desenvolvimento no bairro de Itapoama	42
3.1. Turismo e lazer	42
CAPÍTULO IV – As organizações não governamentais e a agência reserva da cidadania	50
4.1. As organizações não governamentais	50
4.2. Agência Reserva da Cidadania	53
CAPÍTULO VI – Diálogos e prosas: análise dos resultados	64
Considerações finais	72
Referências Bibliográficas	
Anexos	
Apêndices	

INTRODUÇÃO

As atuais perspectivas nas impressões conceituais de capital social têm proporcionado novas oportunidades de debates no meio acadêmico. A formação de redes que caracterizam o processo de desenvolvimento social local fortalece e evidencia o Capital Social existente em uma região, em um bairro. Neste sentido, entendemos que merece um destaque as atuações das Organizações Não Governamentais – ONGs - que atuam no litoral de Pernambuco, como é o caso do ONG Agência Reserva da Cidadania – Ardc, que realiza suas atividades e práticas com ações voltadas para a assistência técnica de amplo domínio, no bairro de Itapoama, cidade do Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco, desde 2012.

Com a perspectiva de proporcionar desenvolvimento local e geração de renda na localidade, a referida instituição é caracterizada por atuações nas áreas produtivas de atividades sociais ligados ao artesanato, corte e costura, produção orgânica em quintais de residências no bairro, gastronomia regional, turismo, comunicação, entre outras. A ARdC possui ações efetivas no bairro de Itapoama, que acontecem no decorrer do ano buscando a melhoria das condições de vida da população local, da ocupação, autonomia e empregabilidade e da geração de renda e o desenvolvimento da cultura da cooperação.

A ONG Agência Reserva da Cidadania é uma iniciativa de um conglomerado formado por empresas e associações como a Reserva do Paiva, Odebrecht, Rota dos coqueiros, Associação geral dos moradores da reserva do Paiva, grupo Cornélio Brennand, juntamente com o parceiro técnico o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH¹. É importante ressaltar que a ONG surgiu em

¹ Grupo de empresas privadas que colaboraram para o surgimento da ARdC. O grupo era formado por: i) Reserva do Paiva – Empreendimento pensado e construído como um bairro planejado no litoral do Cabo de Santo Agostinho; ii) A Associação Geral da Reserva do Paiva – grupo que integra representantes dos moradores, comunidades locais e pessoas de interesse pela reserva do Paiva. Este grupo realiza trabalhos direcionados a manter a sustentabilidade e a gestão do empreendimento; iii) Odebrecht – Construtora que realizou a obra de construção da Reserva do Paiva; iv) Grupo Cornélio Brennand – Grupo centenário pertencente a uma família tradicional de Pernambuco que atua nas áreas de cerâmica, vidro, cimento e no mercado imobiliário de luxo; v) Rota dos Coqueiros - concessionária que administra as operações da PE 024 que liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho pela praia do Paiva; vi) Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), fundada em 2003, ela é especializada em organização de projetos de investimento em inclusão social e sustentabilidade. Nesta feita, foi contratada como parceiro técnico para o apoio aos projeto da ARdC.

virtude de um termo de ajuste de conduta – TAC, que tais empreendimentos realizaram a assinatura frente ao ministério público. Estas empresas e associações tiveram que realizar práticas e ações de inclusão social e de sustentabilidade. Com isso, realizaram reuniões com lideranças da região que atuam em segmentos como artesanato, comércio, turismo. Neste sentido, através das reuniões surgiu a ideia da formação e abertura de uma instituição que fique permanentemente captando e oportunizando o cursos, palestras e demais formações para os moradores e as moradoras dos bairros próximos da Reserva do Paiva, com destaque para o bairro de Itapoama.

A intenção do trabalho de pesquisa relacionado com esta temática apresentada, estudando o referido objeto, deu-se em virtude de um contato que tivemos com a instituição ARdC na ministração de um curso, enquanto professor, promovido em parceria com a própria ONG, a Reserva do Paiva, o IADH e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, sendo este último contratante dos nossos serviços.

No decorrer deste curso, foi visto que a ARdC possuía e possui uma gama de oferta de oportunidades nas áreas relatadas anteriormente para os sujeitos sociais residentes no bairro. E, com isso, despertou-se o interesse em estudar, de forma mais aprofundada as práticas, atividades e ações desempenhadas por esta instituição sem fins lucrativos. Sendo assim, devemos pontuar, com maior clareza que o nosso papel neste trabalho de pesquisa é caracterizado por uma isenção de atividades e funções que existem na ONG.

Com base na caracterização do objeto, entendemos que o desenvolvimento do trabalho acentua, mesmo sendo em um território litorâneo com a linha de pesquisa trabalhada no Programa de Mestrado, Extensão Rural para o desenvolvimento local - POSMEX.

Com isso, pontuamos que o objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi o de analisar o papel da ONG Agência reserva da Cidadania, para o desenvolvimento local no bairro de Itapoama, Cabo de Santo Agostinho/PE, no que concerne a criação de redes sociais, de capital social, geração de renda e autonomia dos moradores e das moradoras.

E, entendemos que para chegar ao objetivo mencionado, foi necessário percorrer uma trajetória utilizando procedimentos metodológicos de pesquisa, a fim de chegarmos a alcançar nossos objetivos específicos propostos nesta pesquisa que

foram: i) mapear as principais ações e atividades desenvolvidas pela ONG Agência Reserva da Cidadania, com foco na inclusão econômica e social de moradores do bairro de Itapoama; ii) identificar as concepções de moradores do bairro de Itapoama em relação as ações da ONG Agência Reserva da Cidadania e a geração de autonomia e renda; iii) identificar as redes sociais de colaboração da instituição estudada e iv) identificamos as relações das ações da ARdC com as práticas de turismo e de lazer do bairro de Itapoama.

E, diante do contexto do objeto apresentado, podemos indagar a seguinte questão: qual o papel, diante da sua atuação, da ARdC para o desenvolvimento local do bairro de Itapoama no que concerne a criação de “redes” sociais, de capital social, geração de renda e autonomia dos moradores?

Na mesma visão, não podemos deixar de lado as contribuições que vêm sendo apresentadas pela academia no que se refere ao processo de desenvolvimento local, pois, este tema é um dos quais vêm ganhando destaque nos debates construtivos da academia. Ele, ao longo dos anos vem se constituindo em uma das principais vertentes de estudo em vários programas de pós-graduação nas universidades, sobretudo as públicas, como é o caso da UPE, UFPE e, principalmente, da UFRPE, através do programa de mestrado em extensão rural e desenvolvimento local – POSMEX, além de outras investigações, que apresentam em sua produção científica inúmeros trabalhos envolvendo e referido tema. O quais listamos a seguir:

1. SILVA (2010). Hibridização cultural, turismo rural e desenvolvimento local no engenho Itamatamirim, em Pernambuco (POSMEX/UFRPE);
2. SILVA (2013). O desenvolvimento local e as novas ruralidades analisados a partir do turismo em unidades de conservação: a experiência da Associação dos Guias de Turismo do Catimbau, Buíque, Pernambuco (POSMEX/UFRPE);
3. SILVA (2016). Agricultura familiar de base ecológica: importância socioeconômica e ambiental para promoção do desenvolvimento local de zona rural em Lagoa de Itaenga – PE (Programa de Pós Graduação em Gestão do Desenvolvimento Sustentável – GDLS/UPE);
4. SILVA (2015). Valcilene Rodrigues da. Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE);
5. LAURENTINO (2011). A rede construída por nós: extensão rural, novas ruralidades e cotidiano em Barra do Riachão, Pernambuco (POSMEX/UFRPE);

6. CARNEIRO LEÃO (2012). As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco para o desenvolvimento local (POSMEX/UFRPE);
7. MEDEIROS (2016). Perfil empreendedor: um estudo do perfil empreendedor dos fotógrafos profissionais do Pernambuco foto clube na perspectiva do desenvolvimento local sustentável (POSMEX/UFRPE);

Silva, (2010) que desenvolveu sua dissertação voltada para o turismo como ferramenta de desenvolvimento local, no engenho Itamatamirim, em Vitória de Santo Antão, identificou que os ex-canavieiros se apropriaram de processos de hospitalidade, lazer e entretenimento para substituir as antigas práticas do corte de cana, gerando renda e autonomia dos habitantes daquele espaço. Da mesma forma e com o mesmo olhar sobre o turismo, Silva, (2013) construiu sua produção acadêmica analisando o processo de desenvolvimento local a partir das atividades desenvolvidas por uma associação de guias de turismo, na Unidade de Conservação Vale do Catimbau na cidade de Buíque, sertão de Pernambuco.

Encontramos ainda esta temática em trabalhos produzidos pelo POSMEX em outros contextos, como é o caso de Laurentino (2011), que constatou um processo de desenvolvimento local atribuído às atividades de mulheres que compõem uma associação no distrito de Barra de Riachão, no município de São Joaquim do Monte, Agreste de Pernambuco. O trabalho aborda como o processo de associativismo, produção de redes de colaboração ligadas à execução da produção de peças artesanais transformam-se em geração de renda, autonomia e desenvolvimento local. Destacamos ainda a investigação de Leão (2012), que retrata os processos e atividades de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco como vetor de desenvolvimento local no entorno desta instituição, mais propriamente para o bairro do Sítio dos Pintos, cidade do Recife.

Temos ainda em Medeiros (2016), a construção de uma visão de desenvolvimento local através de atuações por parte de um grupo de fotógrafos, o Pernambuco Foto Clube, que tem como direcionamento o desenvolvimento do local a partir do uso das fotografias. E, em Silva (2016), a visão de desenvolvimento local pela atuação das famílias agricultoras localizadas na zona rural, na cidade de Lagoa

de Itaenga, que fica na zona da mata norte de Pernambuco. Estas famílias têm atuação na agricultura de base ecológica com a perspectiva do desenvolvimento local.

Também vimos em Silva (2015), a noção de sustentabilidade no sentido que a mesma trabalhou com a percepção do uso da pluriatividade de agricultores familiares no município de Brejinho, sertão do Pajeú pernambucano. A investigação foi em torno dos sítios que conciliam atividades não agrícolas com as agrícolas para complementar a renda e se reproduzirem socialmente.

Neste sentido, podemos salientar que a busca pela compreensão do desenvolvimento local em sua prática em uma dada região é um trabalho desafiador. Porém, conforme afirma de Sen (2010), temos que buscar entender o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. E, esta compreensão deve ser aplicada de maneira holística no local, contemplando atividades em diversos segmentos do fazer.

Para chegarmos às respostas às questões sobre a geração de desenvolvimento local no referido bairro, necessitaremos de uma abordagem de investigação e estudos mais direcionados e aprofundados sobre as ações da ARdC.

A Agência Reserva da Cidadania atua em frentes diversificadas do fazer com ações diante à realidade dos habitantes do bairro de Itapoama, cidade de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. As ações são realizadas em diversos segmentos apresentando-se em um contexto de produção de alguns tipos artesanatos (pintura, bordado, crochê); cultivos de hortaliças em quintais (denominado Quintais Produtivos); produção de doces; cursos de aperfeiçoamento, qualificação, treinamento e palestras; iniciativas ligadas ao “fenômeno do turismo” e processos de micro crédito (banco comunitário) para incentivar o empreendedorismo local. Sendo comercializada, sua produção, em Feiras típicas nos bairros circunvizinhos.

Através da investigação sobre o objeto proposto buscaremos entender a possível relação das ações realizadas pela ARdC, com a geração do capital social, que segundo Coleman,

Não é uma entidade singular, mas uma variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contem alguma dimensão das estruturas sociais, e todas elas facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas sejam atores corporativos – dentro da estrutura. Tal como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a consecução de determinados fins, inalcançáveis sem ele. Assim como capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico de certas atividades.

Uma forma dada de capital social, que resulta valiosa para facilitar determinadas ações, pode ser inútil ou inclusive prejudicial para outras. (COLEMAN, 1990, p. 302)

Destacamos que o projeto de pesquisa torna-se relevante visto que a ARdC apresenta ações que formam redes colaborativas no bairro supracitado. Podemos fortalecer este entendimento com as palavras de Abramovay (2000) apoiando-se nas teorias de Powell e Smith Doerr (1994) em que afirma ser uma rede um instrumento analítico para a compreensão das inúmeras formas de organizações coletivas que ultrapassar o campo das ciências sociais e absorve áreas além.

Sendo assim, torna-se fundamental investigar e identificar qual o papel que a ARdC vem assumindo no processo de contribuição no que tange ao desenvolvimento econômico e social dos habitantes do bairro de Itapoama, buscando verificar quais os elementos de constituição de Capital Social, que segundo Putnam:

Assim como o capital convencional no caso dos mutuários convencionais [do crédito bancário], o capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém disponível para os que não tem acesso aos mercados de crédito regulares. Não dispendo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade empenham suas relações sociais. Assim o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados (PUTNAM, 1996, p. 179).

Desta forma, entendemos que o estudo do objeto de pesquisa aqui colocado, trará à luz a ideia de desenvolvimento local por meio de propostas de instituições que produzam ações de incentivo a este paradigma.

Com estes olhares, podemos reforçar que nosso direcionamento com este trabalho foi o de buscar o entendimento a respeito do papel da ONG Agência Reserva da Cidadania sobre o processo de desenvolvimento local, com o advento de geração de renda e da proporcionalidade da autonomia das moradoras e moradores do bairro supracitado.

No decorrer da construção desta dissertação apresentamos seis capítulos e uma conclusão que julgamos ter contemplado os aspectos principais dos objetivos propostos e que seguiram uma linha metodológica de pesquisa.

O capítulo I – Cabo de Santo Agostinho e o bairro de Itapoama, Destaca os principais pontos de interesse que se relacionam com a pesquisa e situando a localização geográfica e os interesses históricos.

Os capítulos II e III – Capital social, desenvolvimento local e redes no bairro de Itapoama; Turismo e lazer como fatores de desenvolvimento no bairro de Itapoama, trabalha os conceitos teóricos de capital social, redes, desenvolvimento local, turismo e lazer que utilizamos na construção desta pesquisa.

No capítulo IV – As organizações não governamentais e a Agência Reserva da Cidadania, traz as devidas conceituações de ONGs juntamente com a caracterização o objeto pesquisado.

O capítulo V – percurso metodológico, mostra o percurso metodológico ao qual se de a construção deste trabalho de pesquisa.

Já no capítulo VI – Diálogos e prosas: Análise dos dados, apresenta as falas das entrevistadas e entrevistados no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO I – CABO DE SANTO AGOSTINHO, BAIRRO DE ITAPOAMA E PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 Cabo de Santo Agostinho

O município do Cabo de Santo Agostinho, que fica a 33 km da capital pernambucana, possui uma história de recortes e contextos peculiares. Esta cidade representa um típico caso de progressão de categoria de lugares, pois ela não foi desmembrada de outra. Este local tem trajetória marcante e seu lugar na história.

Observa-se que desde a chegada do navegador espanhol Vicente Pinzón², por volta do início dos anos de 1500, o território da cidade de Cabo de Santo Agostinho representou, como desenvolvimento da monocultura da cana de açúcar, uma importante território para o poderio econômico da província de Pernambuco e trouxe àquela localidade grandes repercussões no contexto histórico. Ademais, teve como uma figura importante na história o abolicionista Joaquim Nabuco, intelectual, diplomata, político, jornalista, reformador social, historiador, literato e, sobretudo, pensador que deixou uma grande bagagem histórica para o Brasil e para Pernambuco, que conta com uma fundação em seu nome, além de um acervo iconográfico no Engenho Massangana³.

Cabo de Santo Agostinho foi elevado à categoria de cidade no ano de 1877, pela lei provincial nº 1269 depois de passar pelos processos de formação histórica de arraial, povoado e vila. Hoje a cidade é formada pelos distritos de Cabo de Santo Agostinho, Jussaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho. Nestes estão os bairros de Alto Bela Vista, Centro, Charneca, Charnequinha, Cohab, Cruzeiro, Destilaria Central Presidente Vargas, Distrito Industrial, Gaibu, Garapu, Gleba Leste, Jardim Santo Inácio, Jussaral, Malaquias, Mauriti, Nossa Senhora do Rosário, Núcleo Residencial Ministro Marcos Freire, Pirapama, Ponte dos Carvalhos, Pontezinha, Praia Itapoama, Rodovia, Santo Inácio, São Francisco, Suapé, Torrinha, Vila Doutor Manoel Clementino, Vila Teatrólogo Barreto Jr, Vila Teatrólogo Barreto Júnior.

² Importante navegador espanhol que chegou às terras pernambucanas na atual cidade do Cabo de Santo Agostinho no dia 26 de janeiro de 1500.

³ Construção erguida no século XVI e que tem uma importante significado para o povo pernambucano por abrigar o abolicionista Joaquim Nabuco.

É visto também que, ao longo da história, o município tem como sua principal atividade econômica o cultivo da monocultura da cana de açúcar, prática que até hoje é vista em larga escala na cidade e na região da zona da mata sul de do estado de Pernambuco. No entanto, nos dias atuais, percebem-se diversas outras práticas econômicas exercidas na cidade e na região, como é o caso de atividades turísticas, de logística, comerciais, de prestação de serviços e, no caso de Cabo de Santo Agostinho, principalmente, a instalação do complexo industrial portuário de Suape⁴ como as principais fontes geradoras de emprego e renda no município e que atraem uma atenção especial por parte das iniciativas públicas e privadas.

Figura 01: Mapa de destaque da localização da cidade de Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Google

Com relação às características da sua população, o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apresenta os seguintes resultados: i) população total 185.025; ii) população feminina 94.166 (50,88%); iii) população masculina 90.859 (49,12%); iv) população residente em zona urbana 167.783 (90,68%); v) população em zona rural 17.242 (9,32%).

⁴ Importante empreendimento portuário que interliga Pernambuco a mais de 160 portos no Brasil e no mundo. Sendo considerado um dos portos mais estratégicos do nosso país.

Nas questões econômicas, a cidade de Cabo de Santo Agostinho tem uma representatividade significativa com a formação do PIB de Pernambuco que em 2018 alcançou o valor de 182,8 bilhões segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM (2019). As atividades econômicas predominantes no município são: a agricultura, a indústria, o comércio e os serviços, com destaque para o Complexo Industrial Portuário de Suape, que em 2007 representava cerca de 20% do PIB do estado de Pernambuco e que nos dias atuais vem sofrendo com a desaceleração de desenvolvimento causada pela crise econômica em nosso país. (CONDEPE/FIDEM, 2019).

1.2 Bairro de Itapoama

O bairro de Itapoama está localizado no litoral da cidade do Cabo de Santo Agostinho. Apresenta uma população de 148 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE, sendo 52,70% representados pela população masculina e 47,30% representados pela feminina. Por se tratar de um lugar que fica à margem do oceano atlântico, na praia com o mesmo nome Itapoama, que quer dizer pedra bonita em Tupi-guarani, o ambiente sempre foi caracterizado pelas práticas tradicionais de pesca que passaram de geração em geração e que continuam a representar fonte de renda e de subsistência de moradores locais. Contudo, com as novas demandas sociais, outras atividades econômicas, principalmente do setor comercial e de turismo, adentraram no local e deram uma nova roupagem para o dia a dia do bairro.

Em Itapoama é possível encontrar atividades de guiamento de turismo, lanchonetes, hospedagens, surf, artesanato, gastronomia entre outras, que fortalecem a geração de renda e a ocupação da mão de obra no local.

Observa-se que o bairro possui infraestrutura de energia elétrica, abastecimento de água, ruas calçadas, placas de sinalizações e identificação de locais, constituindo-se os equipamentos de apoio básico no cotidiano dos residentes. Há ainda posto de saúde, unidade da guarda municipal especializada em salvamento marinho, mercados, lanchonetes, restaurantes, ONGs (com destaque para a Agência Reserva da Cidadania – ARdC) e casas de veraneios usadas por trabalhadores que desejam fugir da agitação das grandes metrópoles pernambucanas.

No bairro, encontramos ainda atrativos turísticos como o calçadão da praia que merece destaque pelas dimensões, limpeza e cuidado que apresenta. Nele são

realizados os eventos públicos e privados que acontecem no local e, também é usado para atividades de recreação como a prática de patinação e de corrida de bicicleta. A sua construção foi finalizada em 2013 com piso intertravado, bancos novos e colocação de postes com iluminação de alta potência.

Figura 02: calçadão de Itapoama



Fonte: blogdaspps.com

Figura 03: Banho de argila



Fonte: uol.com.br/viagens

Considerando a importância de apresentar lugares, temas e eventos pitorescos do local, vemos que outro atrativo turístico que merece destaque é o tradicional banho de argila de Itapoama. Distante 4 km do mar, o local possui um mineral argiloso que os visitantes espalham e esfregam como um esfoliante pelo corpo.

Um atrativo turístico importante para o bairro são as etapas de campeonatos de surf de diversas categorias amadoras e profissionais. A praia ficou caracterizada por ter um público praticante fiel a este esporte. A característica do mar no local fortaleceu o surgimento com maior intensidade de visitantes para “pegar uma onda”.

Destacamos ainda o Mirante de Itapoama. O local, que representa ponto de parada obrigatória para quem está transitando pela PE-09, possui uma vista encantadora que faz prender os transeuntes ali.

1.3 Percurso metodológico

Nesta pesquisa em que se propõe o estudo de relações humanas, percepções, histórias, representações, opiniões entre outros, escolheu-se a pesquisa qualitativa.

Segundo Sampieri, Callado, Lucio (2010, p. 33), “enfoque qualitativo utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”. A exploração hegemonicamente qualitativa tende e pode levar ao desenvolvimento de inquirições e hipóteses em todo o percurso da pesquisa. Os autores ainda reforçam que:

No entanto, ao contrário da maioria dos estudos quantitativos, em que a clareza sobre as perguntas de pesquisa e as hipóteses devem vir antes da coleta e da análise dos dados, nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta e da análise dos dados. (SEGUNDO SAMPIERI, CALLADO, LUCIO, 2010, p. 33).

A metodologia científica segundo, Lakatos & Marconi (2003) é a parte do projeto de pesquisa que inclui um número significativo de itens a serem propostos e aplicados na realização de um trabalho desta natureza na academia. A execução das atividades desta pesquisa é caracterizada por possuir natureza exploratória, pois como reforça Minayo (2002, p. 22) a intenção está em aprofundar o conhecimento das “relações, dos processos e dos fenômenos” que envolve o objeto estudado, neste caso, a ARdC.

Corroborando com este sentido, afirmamos que a estrada percorrida de maneira a aproximar o objeto ao seu pesquisador com interações flexíveis de coleta de informações e de participações, assim:

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (SELLTIZ et al, 1967, p.63)

Consideramos ainda, através de Grubits & Noriega (2004) que nas pesquisas qualitativas nada deve ser deixado de lado, pois, quaisquer alterações e manifestações no universo pesquisado podem oferecer informações diversas que colaborem e complementem o entendimento a respeito do objeto pesquisado. Neste sentido, é importante reforçar, através de Campos (2013, p. 41) que:

A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. Os dados coletados são mais uma forma de palavras ou figuras do que números. Estes dados incluem entrevistas transcritas, notas de campo, fotografias, produções pessoais, depoimentos ou outra forma de documento. O pesquisador qualitativo tenta analisar os dados em toda

sua riqueza, respeitando, no possível, a forma de registro ou transcrição.

Entendemos ainda que o método utilizado para a referida pesquisa é o estudo de caso que, segundo Yin,

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos da vida real. (YIN, 2010, p. 19)

Ao passo que a pesquisa procurou investigar as dinâmicas econômicas e sociais advindas pela prática de atividades de lazer e turismo no referido bairro, temos ai uma indagação acerca de um fenômeno contemporâneo.

Observamos que o caso estudado, por se tratar de uma análise em que envolve as relações sociais e, deste modo as interações estão sempre presentes, lembramos aqui a não desvinculação dos sujeitos sociais com o mundo e o cenário em que convivem. Neste caso, as relações com a ONG, com as parcerias e com o cotidiano do bairro de Itapoama. E, mais ainda, que:

O sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significado e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2006, p. 79)

E, esta pesquisa é produto de desdobramentos de esforços comuns que envolvera, pesquisador, orientadora doutora, a instituição ARdC e a comunidade local do bairro de Itapoama, através de uma proposta de investigação a cerca das ações da ONG, no referido bairro, para se chegar ao processo de desenvolvimento local. Assim, direcionaremos nossas atenções a um conjunto de sessões de investigação, sendo a primeira uma pesquisa bibliográfica baseada em fontes primárias, secundárias e terciárias como retrata Pizzani et al (2012, p. 57-58)

As fontes primárias contêm os trabalhos originais com conhecimento original e publicado pela primeira vez pelos autores. São as teses universitárias, livros, relatórios técnicos, artigos em revistas científicas, anais de congressos.

Denominam-se fontes secundárias os trabalhos não originais e que basicamente citam, revisam e interpretam trabalhos originais. São exemplos de fontes secundárias os artigos de revisão bibliográfica, tratados, enciclopédias e os artigos de divulgação.

As fontes terciárias contêm índices categorizados de trabalhos primários e secundários, com ou sem resumo. São as bases de dados bibliográficos, os índices e as listas bibliográficas.

Para fortalecer o entendimento a respeito da ONG, iremos realizar uma pesquisa documental em materiais de trabalho das ações realizadas pela ONG ARdC, no sentido de levantar os trabalhos realizados em busca de identificar a tipologia das ações efetivamente concretizadas no bairro de Itapoama e bairros circunvizinhos, desde sua criação em 2012.

1.3.1. Universo da pesquisa

O universo pesquisado foi o bairro de Itapoama na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Compreendendo os moradores, os atrativos turísticos, os equipamentos de apoio no cotidiano do bairro, como instituições públicas e privadas e, especialmente a ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania. Por se tratar de uma localidade com características turísticas e, também, bucólicas, verificou-se uma oscilação considerável de frequentadores no bairro no período de coleta de dados desta pesquisa.

1.3.2. Sujeitos da pesquisa

Nesta pesquisa, os sujeitos foram escolhidos de maneira intencional através de conversas com Eliana Leopoldina, atual diretora de projetos da ONG. Sendo um total de 18 moradoras e moradores da localidade, representando cada segmento proposto para a análise da pesquisa. Pudemos identificar que os sujeitos pesquisados nos deram respostas representativas para compor a nossa investigação.

Sendo os sujeitos divididos em grupos distintos que relacionam-se com a Agência Reserva da Cidadania, tais como: i) os moradores do bairro de Itapoama, que participam das ações promovidas pela instituição; ii) os dirigentes da ONG Agência Reserva da Cidadania; iii) moradores do bairro de Itapoama que não participam de ações da ONG Agência Reserva da Cidadania. O que caracteriza uma amostra típica,

por surgir a partir das necessidades de estudo do pesquisador, dentro do universo estudado: associação de mulheres (LAVILLE; DIONE, 1999).

1.3.3. Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados na referida pesquisa, e com o objetivo de demonstrar fielmente os perfis dos sujeitos pesquisados, utilizamos entrevistas com os moradores e dirigentes da ARdC. Estas foram do tipo semiestruturada com aplicação de questionários abertos nos moradores participantes e não participantes das ações realizadas pela ONG Agência Reserva da Cidadania e com os dirigentes da instituição e ainda, como forma de fortalecer a análise, fizemos uso da observação direta em participações e exposições na Feira Internacional de Artesanato de Pernambuco – FENEARTE⁵.

As entrevistas buscaram compreender as participações e envolvimento de cada pesquisado com as ações que a ONG realiza no bairro de Itapoama. As entrevistas aconteceram nas ruas, microempresas, pontos turísticos e nas dependências da própria Agência Reserva da Cidadania. (Apêndices A, B, C)

Compreendemos ainda, apoiados por Minayo (2002), que as entrevistas são uma técnica que se caracteriza pela busca de informações de maneira oral em que se busca fortalecer o conhecimento sobre um determinado tema investigado em uma pesquisa científica.

O uso da entrevista como instrumento para coleta de dados levou em consideração a abordagem trazida por Szymanski (2004), que a considera uma ferramenta de interação entre o entrevistador e os sujeitos sociais de maior aproximação com a finalidade da busca por fidedignas informações do que é concretizado no cotidiano.

As coletas de dados foram sempre através de idas ao bairro de Itapoama sendo as entrevistas com as dirigentes realizadas sempre com uma marcação de data, local e horário pré-agendados após a confirmação com o uso de telefonemas ou mensagens por aplicativos. Já com os participantes e não participantes das ações conseguimos realizar com o apoio da dirigente da ARdC, Eliana Leopoldina, que nos

⁵ Feira Internacional de Artesanato de Pernambuco – FENEARTE, na 20ª edição que aconteceu no período de 03 a 14 de julho de 2019.

indicou alguns moradores do bairro que nos receberia e, ainda, com abordagens espontâneas nas ruas do bairro.

Usamos para registrar estas informações um caderno como bloco de notas para pontuar as informações e dados relevantes, juntamente com o uso de aparelho de gravação de voz a fim de captarmos a totalidade das falas dos entrevistados.

1.3.4. Instrumentos de análise dos dados

É importante colocar que a análise dos dados foi realizada lavando consideração, não apenas as informações das entrevistas e os conteúdos vistos em documentação da instituição. O não dito, por conseguinte observado, revela tópicos importantes a respeito do que vem a ser o desempenho e o papel da ARdC para o bairro de Itapoama. E, sem dúvidas, o que vemos e percebemos (como pesquisadores) sobre as histórias de vida e das constituições do espaço popular de integração de sujeitos com instituições não governamentais, parceiros e poder público se mostrou representado no decorrer da pesquisa através de falas e de indicações da formação dos sujeitos sociais que pertencem ao bairro. Para esta compreensão, usamos a Análise do Discurso, baseado em Orlandi (1999, p. 15):

Pelo discurso, lugar de produção de sentidos e de processo de identificação dos sujeitos, podemos melhor compreender o lugar de interpretação na relação do homem com a sua realidade. Por este tipo de estudo se pode conceber melhor aquilo que faz o homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se, (ORLANDI, 1999. p. 15).

Com isso, observamos que o sujeito é a representação das relações sociais as quais pertence. No entanto, podemos ressaltar que o que nos coloca ao utilizar a AD é o entendimento desta relação dos sujeitos com o meio ao que vive. Mesmo entendendo que esta técnica envolve as ciências sociais com a linguística, o que cabe ressaltar é a relação de pertencimento e práticas do ser ao ambiente, não em direcionar as temáticas que faz parte do processo. Assim nos coloca Laurentino (2011):

Na perspectiva da AD, o discurso é desconstruído, interpretado, organizado a partir da construção de sentidos, possibilitando a indicação de categorias e linearidades que proporcionam a

compreensão das relações de sentido, na produção do discurso em seu contexto. (LAURENTINO, 2011, p. 26)

Com isso, buscamos ainda em Orlandi (2003, p. 24), que nos relata que a interpretação da análise do discurso é a capacidade que o pesquisador tem de “explicar como um objeto simbólico produz sentidos”. Sendo considerado neste contexto os sujeitos sociais pesquisados por este trabalho como e a ARdC como fontes geradoras de sentidos e significados.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL, DESENVOLVIMENTO LOCAL E REDES COLABORATIVAS NO BAIRRO DE ITAPOAMA

2.1. Capital social

Encontrar definições concretas e objetivas para o termo capital social torna-se um trabalho intrigante e, de certa forma, prazeroso na academia. O primeiro sentido refere-se às inúmeras variações de definições ligadas a esta expressão que visa à sociedade e seus arranjos. O segundo sentido versa sobre a satisfação de ver na prática o que grandes teóricos afirmam sobre a sua representatividade. Contudo, seu significado requer um olhar peculiar e abrangente sobre os diversos aspectos de uma comunidade ou em um dado grupo social e em especial para os arranjos sociais neles existentes.

Notadamente, devemos compreender que o uso do termo capital social deve ser realizado com assentamento em elementos que direcionem a um contexto de, muitas vezes, esforço social. Desta maneira, buscamos em Marteleto e Silva (2004), uma observação pertinente a respeito do capital social que fala:

O capital social não deve ser confundido com o capital humano, nem com infra-estrutura. O capital humano engloba as habilidades e conhecimentos dos indivíduos que, em conjunto com outras características pessoais e o esforço despendido, aumentam as possibilidades de produção e de bem-estar pessoal, social e econômico. (MARTELETO e SILVA, 2004, p. 1)

Portanto, para os autores, o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos se refere ao capital humano. E, os processos dos aproveitamentos destas características dos sujeitos sociais em uma dada atividade em um grupo, em um lugar, em uma comunidade formando sentidos e momentos de cooperação entre os envolvidos, representa o aparecimento do capital social.

Não obstante, entendemos com base nos mesmos autores que o capital social para ser evidenciado no contexto social, faz-se necessária a existência de elementos sociais subjetivos que fazem com o que a comunidade tenha uma vivência cotidiana mais equilibrada e compartilhada no seu dia a dia. Por isso, estes autores definem capital social como: “O capital social, por sua vez, é definido como as normas, valores,

instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais”. (MARTELETO e SILVA, 2004, p. 2)

Na visão de Franco (2001), o capital social é um elemento subjetivo essencialmente pertencente ao ser humano. Ele é gerado pelas interações realizadas por pessoas que compartilham o mesmo território e possuem objetivos em comum. Desta forma, o autor afirma que capital social aparece “Na medida em que o ser humano é um ser social há, em qualquer coletividade humana, uma tendência ou propensão básica para cooperar, interpretada como uma predisposição para gerar Capital Social.” (FRANCO, 2001, p. 21)

Contudo, não devemos deixar de mencionar o contexto histórico ao qual está ligado o aparecimento e a aplicação do conceito de capital social. Neste sentido, é na obra *A democracia na América* de Alexis de Tocqueville (2005), que se encontram os primeiros sentidos a respeito do tema. Este sociólogo francês aplica um olhar direcionado à formação da democracia nos Estados Unidos. Na obra, o autor observa que para a existência de um processo igualitário de oportunidades na democracia (no caso a estadunidense) seja realmente concreto, é imprescindível não só a igualdade econômica, mas, e com igual importância, as igualdades sociais, culturais e políticas. Pressupostos para a ideia do surgimento do capital social numa determinada comunidade ativa.

Para Tocqueville, as visões igualitárias implementadas em uma dada comunidade, levam o cidadão a pensar de forma coletiva, nascendo neste sentido e ideia de associações como instituições gerenciadoras de um determinado contexto e de um conjunto de integrantes que visam resultados em comum. Formando, assim, a noção da cooperação para o alcance de resultados nivelados entre os sujeitos sociais pertencentes e atuantes em um dado grupo ou comunidade.

Porém, foi através da educadora Lida J. Hanifan, em 1916 a implementação do termo nos ciclos acadêmicos norte americanos que proporcionou uma visão diferenciada a respeito do tema nas principais centros universitários daquele país e do nosso globo. Ao analisar escolas camponesas de ensino básico, nos Estados Unidos, esta autora observou a existência de elementos que remetiam à confiança mútua que permite a produção e reprodução de relações duráveis no meio da comunidade.

Tais relações humanas na comunidade processa-se intrinsecamente com a busca pelo aumento do capital social da localidade que Putnam (1995), definiu desta

forma, "capital social se refere a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco" (PUTNAM, 1995, p. 67) Fazendo com o que o indivíduo insira-se em um processo de produção apresentado e disponível na região na busca pela sua autonomia econômica e financeira.

O citado autor é um dos grandes responsáveis pela busca de uma maior compreensão dos significados do termo capital social. E, é com um enfoque nos processos e atividades existentes nas comunidades que possuem interações mais aproximadas que este capital se manifesta para o público.

Putnam (2001) aponta para um olhar sobre o capital social associando-o às manifestações realizadas e pertencentes às organizações sociais, como é o caso da Agência Reserva da Cidadania no bairro de Itapoama, na cidade de Cabo de Santo Agostinho, que realiza as suas práticas vinculando oportunidades para a comunidade, oriundas de parcerias entre empresas privadas e instituições públicas.

Tendo em vista as atividades desempenhadas por esta instituição não governamental, a ARdC, são observadas relações de confiança entre os participantes das ações promovidas por esta casa, pois há um envolvimento pelos integrantes remetendo a aspectos de credibilidade e segurança por parte da população local de Itapoama.

Desta forma, observa-se uma forte tendência de mudanças sociais ocorridas e promovidas no bairro. E, estas mudanças, de certa forma, corroboram com os aspectos de desenvolvimento e de adaptação que a referida sociedade deve passar para adequar-se aos contextos de exigências que a contemporaneidade estabelece. Neste sentido, Abramoway (2000), ressalta que

Mudanças sociais em regimes democráticos são processos que se assemelham a trocar o pneu de um carro em movimento: não se pode interromper o veículo para então fazer o reparo, mas não se pode tampouco aceitar que se continue rodando com o pneu furado. (ABRAMOWAY, 2000, p. 3)

Por isso, observamos que a noção de capital social vai além dos percursos e alcances realizados por um indivíduo. É notório que as contribuições em sociedade são o que de fato formam o capital social de uma determinada comunidade ou uma dada região. Buscamos em Abramoway (2000) uma visão substanciada desta linha de pensamento em que diz

A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. (ABRAMOWAY, 2000, p. 4)

Portanto, as identificações de tais estruturas sociais fortalecem as relações existentes entre os sujeitos sociais envolvidos nas relações e as instituições pertencentes ao ambiente.

Assim, Putnam (2001) enfatiza que a criação de uma rede colaborativa de confiança entre os integrantes de uma dada comunidade, como por exemplo, com trocas de produtos para suprimentos de necessidades primárias, representa um fortalecimento desta localidade gerando pertencimento social e envolvimento com os acontecimentos ali presentes, vindo assim a criar laços e outros elementos subjetivos que fortalecem as relações humanas gerando reciprocidade.

Por outro lado, Coleman (2001), enfatiza que os sujeitos sociais possuem interesses diversificados, plurais. Desta forma, a maneira de agir também é vista com as suas singularidades. Neste sentido, o autor retrata o capital social por sua função:

Não é uma entidade singular, mas uma variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contem alguma dimensão das estruturas sociais, e todas elas facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas sejam atores corporativos – dentro da estrutura. Tal como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a consecução de determinados fins, inalcançáveis sem ele. Assim como capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente fungível, mas pode ser específico de certas atividades. Uma forma dada de capital social, que resulta valiosa para facilitar determinadas ações, pode ser inútil ou inclusive prejudicial para outras. (COLEMAN, 2001, p. 51)

Ainda no sentido de mostrar o processo de constituição do capital social, apoiamo-nos em Bourdieu (1998) que nos fala que o capital social é o

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1990, p. 28).

Coleman (1988) atenta-nos, também para a relação ou comparação do capital social com outros capitais, como é o caso do humano. Neste sentido, a compreensão a respeito de outros tipos de capital faz-se necessária para que se possa ter um parâmetro a respeito da importância do capital social junto às comunidades.

De certo que o capital humano é a própria pessoa. E, entendemos que as pessoas possuem valores intrínsecos os quais podemos descrever como as habilidades, os conhecimentos, as técnicas e as competências adquiridas pelas pessoas ao longo dos anos e de suas experiências que se mostram de acordo e com a necessidade exigida pelo seu ambiente em que fazem parte, organização ou instituição as quais pertencem ou comunidade e local em que habitam. Capital humano representa os atributos pertencentes aos seres humanos. (PONCHIROLI, 2000, p. 31)

Nos contextos empresariais, observamos que um dos capitais mais importantes existentes é, exatamente, o humano. Este representa um fator decisivo para o sucesso ou fracasso das empresas em um mercado tão competitivo. Por isso, este tipo de capital vem tendo uma atenção diferenciada no meio empresarial. Contudo, no meio social, na comunidade, numa dada localidade é visto pelas suas atitudes realizadas em prol do conjunto de pessoas pertencentes às organizações sociais citadas.

Corroborando com esta ideia, observamos que no bairro de Itapoama faz-se presente a noção do capital humano e, além disso, o capital humano comunitário, que corresponde a sujeitos sociais que pensam este local como um conjunto de oportunidades para o seu próprio desenvolvimento. Pessoas que direcionam seus esforços para um bem maior. Um bem social. A fim de convergir suas investidas em processos de geração de capital social.

Observamos ainda que a instituição social localizada no bairro de Itapoama, juntamente com os sujeitos sociais que a integram e participam de suas ações convergem seus olhares e atenções para a formação de redes de relacionamentos duráveis que é visto, também na fala de Laurentino (2011) que ao desenvolver seu estudo sobre a comunidade de Barra do Riachão em São Joaquim do Monte/PE retrata que

a associação presente em Barra do Riachão, as pessoas que a integram, faz parte desse capital social da comunidade, e que esse potencial não se esgota nesse grupo. O que quer dizer que outros

grupos, outras pessoas na localidade podem representar e desenvolver esse papel. (LAURENTINO, 2011, p. 35)

Apoiando-nos nesta compreensão, podemos considerar que no bairro de Itapoama, expressa-se concretamente o aparecimento do capital social engendrado pelas práticas desenvolvidas pela ARdC. Contudo, não é apenas através desta que aquele se manifesta. Outros grupos, sujeitos sociais e instituições podem e devem colaborar para que tenhamos mais cooperação, mais aproveitamento dos potenciais endógenos, mais associações, mais objetivos mútuos levando ao capital social.

2.2. O desenvolvimento local

Salientamos assim, apoiados em Milanez (2003), que o desenvolvimento deve ser abarcado em dois prismas. O primeiro é ligado à perspectiva econômica em que o autor diz

Desenvolvimento esteve sempre vinculado e até confundido com crescimento econômico, visão que parte do falso pressuposto, base do pensamento neoliberal, de que é possível uma sociedade crescer indefinidamente e do pensamento mágico de que a ciência e a tecnologia terão sempre soluções para as consequências nefastas de nossas opções equivocadas. (MILANEZ, 2003, p. 76)

Por outro lado, o mesmo autor fala que devemos ver o desenvolvimento como progresso da sociedade, aproveitando os seus potenciais endógenos e buscando um maior equilíbrio entre sociedade e meio ambiente. Corroborando com este olhar, observamos em Buarque (2002) um direcionamento para a compreensão do desenvolvimento local como prática real dos aproveitamentos de elementos pertencentes a uma comunidade, retratando que:

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2002, p. 25).

Numa leitura mais operacional deste entendimento, podemos dizer que o desenvolvimento local refere-se ao uso de adequado dos elementos internos de uma dada localidade em favor de seus habitantes. É, de certa forma, extrair as potencialidades de sujeitos sociais e de elementos do meio ambiente com responsabilidade e compromisso com gerações futuras e fazer com o que haja um alinhamento de uso e de ação racional para ambos os lados.

No aspecto de uma comunidade, é possível considerar as suas relações ali existentes, sendo de sujeitos individualizados ou entre instituições como uma expressão de aparecimento do desenvolvimento local. Este ponto de vista é reforçado nas palavras de Callou (2007) que diz:

as formas associativas e cooperativas de produção se diversificam no meio rural; que enxerga o campo como território das culturas populares híbridas, abandonando a visão romântica das populações rurais imunes à cultura de massa; e que atua num cenário de embate das lutas populares na perspectiva da “concertação” e do desenvolvimento com sustentabilidade. (CALLOU, 2007, p. 107)

Com isso, devemos considerar o entendimento acerca dos aspectos que envolvem as participações dos agentes integrantes da localidade no que tange ao desenvolvimento local que, segundo Jesus o:

[...] desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003, p. 72).

É certo que a compreensão do desenvolvimento local passa por perceber a atuação de pessoas e instituições nas atividades e nos processos existentes em uma dada localidade. Pois, além de cuidar de problemas do agora, o desenvolvimento local trabalha com as possibilidades futuras, fazendo com o que a percepção a respeito de ter uma vida com mais qualidade seja de responsabilidade das ações realizadas neste meio comunitário. É o que vemos em Queiroz (2005)

O desenvolvimento local para além de resolver os problemas imediatos – como a criação de riqueza ao nível de recursos endógenos, a melhoria da qualidade de vida das populações de um dado território, a manutenção do equilíbrio ecossistemas, etc., alargando as fronteiras do possível e apontando para formas de estar e viver em sociedade, que se baseiam em valores como solidariedade e escolha de formas de produzir riqueza em cooperação, ao invés de desperdício, competição desenfreada e lucro a qual quer preço. (QUEIROZ, 2005, P. 7)

Desta forma, a busca pela compreensão do desenvolvimento local em sua prática em uma dada região é um trabalho desafiador. Porém, conforme Lima e Pires (2012), devemos compreender as constantes e rápidas mudanças por que passa a sociedade contemporânea. E, esta compreensão deve ser aplicada de maneira holística no local, contemplando atividades em diversos segmentos do fazer. Neste sentido, entre os muitos, destacamos aqui as práticas do turismo e do lazer como peças fundamentais neste processo de desenvolvimento local.

Consideramos ainda, alinhado às ações produzidas na busca pelo desenvolvimento local, as ações produzidas pela instituição *lócus* desta pesquisa, a ARdC. Acentuando suas atividades com o objetivo de que

a viabilidade de um projeto de desenvolvimento local requer esforços para o despertar do empreendedorismo individual e coletivo; para que a comunidade possa se desenvolver e se libertar da cultura política que sustenta os vícios assistencialistas é necessário que se incentive práticas contrárias como a cooperação, a democracia e as redes (FRANCO, 2002, p. 123)

Este direcionamento sobre o tema é reforçado nas palavras de Tauk Santos e Callou (1995), ao afirmarem que as práticas de desenvolvimento local devem ser pautadas pela busca de uma melhor vivência por parte dos integrantes de uma comunidade, levando-nos a entender que

A compreensão do desenvolvimento local passa agora por um esforço de mobilização de pequenos grupos do município, na comunidade, no bairro, na rua, a fim de resolver problemas imediatos ligados a questão de sobrevivência econômica, de democratização, de decisão, de promoção e de justiça social (TAUK SANTOS & CALLOU, 1995, p. 45)

Neste sentido, podemos verificar os esforços da ARdC em mobilizar parceiros para oportunizar aos sujeitos sociais do bairro de Itapoama momentos de práticas solidárias e de cooperação com o objetivo de alcançar autonomia, renda e desenvolvimento local.

Por outro lado, ao tentarmos desenvolver uma linha de pensamento crítico com e através de autores, devemos respaldar-nos nas palavras de Freire (1983) que aponta a importância do conhecimento por parte do sujeito social de um mundo de diversas faces e oportunidades, muitas vezes mais acessível para uma plena parcela da sociedade e tão distante da realidade de muitos outros componentes da mesma. Sendo assim, este autor nos diz que:

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1983, p. 27, grifo do autor)

Acreditamos ainda que refletir sobre o desenvolvimento local é manter o pensamento crítico sobre as práticas do sistema econômico e social implementados no nosso país. De maneira tal, que as instituições que atuam com a finalidade de incluir, qualificar e promover autonomia e renda em uma localidade, bairro, rua estejam alinhadas com as práticas de resistência ao sistema mercantil, industrial, neoliberal, implementadas pela ação do capital em nosso país.

2.3. Redes colaborativas

O pensamento a respeito das redes formadas por estruturas sociais que interagem em prol de um ou de vários objetivos, ganha força em um cenário aparecimento e fortalecimento de processos de desenvolvimento local. As redes podem ser caracterizadas por práticas de ação social que interligam sujeitos que possuem bens, metas e objetivos em comum em uma dada localidade. Para tanto é preciso compreender que

os movimentos sociais progressistas realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela

inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. As redes por sua vez, são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada...atuando segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os momentos sociais e para a sociedade civil em geral. (GOHN, 2003, p. 14)

Esta autora também reforça que “As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas. Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas”. (GOHN, 2008, p 446)

Rede é uma categoria muito utilizada na atualidade, com diferentes sentidos. Ela é importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados, porque, além de permitir a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existente, sem cair em visões totalizadoras da unicidade, elas têm certa permanência e realizam a articulação da multiplicidade do diverso, tanto em períodos de fortes fluxos das demandas, como nos de refluxo. (Idem)

Considerando as palavras de Castells (1999) ao analisar a sociedade, comparando com a construção de redes de tecnologias, vimos que o aceno para a construção de laços e de relacionamentos produtivos de envolvimento com base na teoria da negociação do “ganha-ganha” por parte de uma comunidade faz com o que a rede construída em uma dada localidade cresça e gere rendimentos mais atrativos para os seus participantes. Neste entendimento, o autor reforça ao mencionar que

Ademais, quando as redes se difundem, se crescimento se torna exponencial, pois as vantagens de estar na rede crescem exponencialmente, graças ao número maior de conexões, e o custo cresce em padrão linear. Além disso, a penalidade por estar fora da rede aumenta com crescimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede. (CASTELLS, 1999, p. 108)

Vale a pena destacar que o conceito de rede é vasto e explorado por diversos autores. Contudo, encontramos em Castells (1999) uma definição que nos aponta a importância de compreendermos as congruências encontradas as articulações entre

as organizações que compõem a sociedade, retratando que “Uma rede, diz ele, é um conjunto de nós interconectados. Um nó é um ponto de intersecção de uma curva por ela mesma. O que define um nó, concretamente falando, é o tipo concreto de rede ao qual ele pertence” (Castells, 1999, p. 470).

Nos estudos de Abramovay (2000) é colocado que esta longe de uma definição unânime a respeito do tema redes, contudo, é indiscutível que a sociedade está se organizando acentuadamente em formato de redes e ficando, de certa maneira, mais consciente da importância de relações com os sujeitos que as compõem.

Consideramos que as definições apresentadas aqui com estes autores, reforçam a interação que a ARdC realiza no bairro de Itapoama com as demais instituições públicas e privadas que atuam na localidade, juntamente com os sujeitos sociais que buscam autonomia e empoderamento através de suas práticas econômicas e sociais, independente de setor ou área econômica ao qual façam parte.

CAPÍTULO III – TURISMO E LAZER COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO BAIRRO DE ITAPOAMA

3.1. Turismo e Lazer

A perspectiva de tratar o turismo e o lazer como fatores de desenvolvimento local não é nova. Pelo contrário, e na atual conjuntura tem como principal fator as diretrizes da globalização que possibilita novas oportunidades para os sujeitos sociais.

Entretanto, devemos buscar o entendimento inicialmente a respeito do que compreendemos por turismo. Para tanto, nos apoiamos em Cooper (2001, p. 61), que fala que “O turismo é uma atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes”. Esta compreensão fortalece o entendimento a respeito das possibilidades encontradas no processo de desenvolvimento local no bairro de Itapoama, caracterizadas pela presença de sujeitos sociais que engendram a atividade turística no bairro.

Definir o fenômeno e o conceito exato da palavra turismo não é fácil, tendo em vista o fato de ser uma atividade social complexa. Mas, chegar a uma definição mais aproximada possível é de extrema importância para visualizar o Turismo dentro do âmbito social, percebendo suas relações com outros setores e a criação de valores sociais tangíveis e intangíveis gerando novas perspectivas para o indivíduo que pertence e pratica as atividades turísticas como fonte de renda e de lazer.

No final do século XIX e início do século XX surgiram várias descrições e conceituações sobre o fenômeno turístico. A mais antiga delas é a do economista austríaco Herman Von Schullern zu Schattenhofen, que em 1911 definia a atividade dizendo: “turismo é o conceito que compreende vários processos como o social, ambiental, cultural e, especialmente, os econômicos que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. (BARRETO, 2000, p.9).

J.I. Arrillaga definiu o turismo da seguinte forma

O turismo é o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causas alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis estes deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes tem lugar. (ARRILLAGA 1976, p.25).

O turismo na definição de Bissoli (1992) é entendido como:

O conjunto de recursos capazes de satisfazer as aspirações mais diversas, que incitam o indivíduo a deslocar-se do seu universo cotidiano, e assim caracteriza-se por ser uma atividade essencialmente ligada à utilização do tempo livre. (BISSOLI 1992 p. 116)

Porém, o entendimento da palavra turismo vai além de o indivíduo gastar este tempo livre em busca de um de uma forma de lazer. Existe um conjunto de fatores que agrupados formam um conglomerado de ações que resulta na atividade turística. É o que explicita Torre (2003; p 2):

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde se trasladam de seus lugares de residência habitual a outro, não exercendo atividade lucrativa ou remunerada e promovendo múltiplas inter-relações de caráter social, econômico e social. (TORRE, 2003, p. 2)

E, reforça:

Turismo é o conjunto de turistas, que ocasiona um complexo de relações produzidas em massa como consequência de suas viagens: transporte, hotéis, agências, espetáculos, guias, interpretes, organizações privadas ou publicitárias que promovem a infraestrutura e a expansão dos serviços; campanha publicitária, centros de informação e escolas especializadas. (TORRE, 2003, p. 2)

Desta maneira podemos entender o turismo como uma atividade que reúne um conjunto de atividades que se complementam e se integram mesmo sendo totalmente independentes nas suas essências e nos seus desenvolvimentos.

Esta complementaridade vem ressaltada com a definição de Ansarah (2001: p 11) onde fala que:

A atividade turística pode ser considerada um 'agrupamento de setores', existindo entre eles uma complementaridade técnica. Tendo em conta sua heterogeneidade e complexidade, pode-se afirmar que o turismo, como setor econômico, é um conceito difícil de definir de maneira uniforme. Muito mais que um setor, é uma atividade que se estende de forma direta por vários setores da economia, e, de forma indireta, por todos os demais setores. (ANSARAH, 2000, p 11)

De maneira mais aparente, podemos compreender que a atividade turística é realmente formada por conjuntos de fatores que interagem de maneira inter-relacionada e que apresenta uma característica bastante diferenciada de outras atividades econômicas. O fato de que a atividade turística é transitória e intrínseca em outras atividades da economia fica mais clara nas definições colocadas por Beni (2003), em que analisa o turismo em três dimensões, sendo elas: 1) econômica – quantitativo de operações econômicas realizadas pelo turista fora da sua residência habitual, utilizando os serviços do leque oferecido pelo setor e proporcionando divisas para o local recepto; 2) social – refere-se ao processo de inclusão social que as atividades turísticas proporcionam para a população de uma dada localidade; 3) cultural – diz respeito ao processo de troca de culturas entre povos de diferentes regiões.

Dias (2003) define turismo como a atividade econômica mais importante do mundo suportando segmentos importantes como o automobilismo e a eletrônica. E, como importante fator de desenvolvimento social de um país gerador de emprego e renda, fazendo aumentar as divisas do mesmo.

Para o turismólogo Luís Gonzaga Godoi Trigo (1993) no nosso contexto de sociedade o turismo se coloca em uma situação e contexto maior do lazer e entretenimento, e aponta que o turismo é uma atividade:

[...] sofisticada que movimentava bilhões de dólares por ano e atinge centenas de milhões de pessoas. Inúmeros locais transformam-se em complexos turísticos pelas mais variadas razões: belezas naturais, núcleos históricos ou artísticos, centros comerciais, de convenções ou culturais, eventos esportivos ou ligados ao show business, grandes metrópoles ou complexos industriais ou ainda centros turísticos artificiais como a Disneylândia em Los Angeles. (TRIGO, 2001, p. 60)

Já a Organização Mundial do Turismo - OMT define turismo como: “[...] as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano com finalidade de lazer, negócios ou outras”. (OMT, 2001, p. 38)

Bem, certamente, se nós colocássemos todas as definições dos teóricos neste trabalho não chegaríamos a uma definição de consenso. Mas, a ideia neste momento é caracterizar e exemplificar a complexidade do turismo, além da sua definição a sua prática. Entendido como sistema, teremos no turismo a complementaridade dos

serviços e ao mesmo tempo a independência de todos (hotéis, agências de viagens, companhias aéreas etc) num sistema holístico.

No sentido da demonstração das representatividades dos sujeitos na atividade turística, destacamos as esferas de governo municipal, estadual e federal que fica encarregado de organizar, planejar, fomentar e elaborar a prática da atividade juntamente com o trabalho apropriado de marketing nos principais destinos.

Outro importante grupo de sujeitos identificado é o da iniciativa privada, seja ela relacionada diretamente à atividade turística ou não como é o caso de empresas de grande, médio, pequeno e micro portes, que atuam em diversas áreas, como por exemplo, o comércio (mercados, farmácias, lanchonetes), serviços (contabilidade, construção civil, beleza) e indústria (móveis, gráficas). Cabe destacar que dentro da atividade privada ligada à atividade turística, considera-se necessário incluir tanto a iniciativa privada atuante no destino, quanto aquela atuante como “representante” do destino na origem dos fluxos. Como exemplo de iniciativa privada relacionada diretamente com a atividade turística no próprio destino, pode-se citar os meios de hospedagem, as agências de viagens, as empresas de transporte (linhas aéreas, ônibus, trem, aluguel de carros, transporte urbano, táxis, entre outros.), guias de turismo, casa de câmbio, restaurantes, bares, empresas de recreação, centros de lazer, organizadores de eventos, prestadores de serviços para eventos, lojas de artesanato, imobiliárias, concessionários de infra-estruturas (aeroportos, terminais de transporte, pedágio, entre outros.), entidades financeiras, empresas de telecomunicações, etc. Quanto a exemplos de iniciativa privada “representante” do destino na origem dos fluxos, pode-se elencar os operadores de turismo, as agências de viagem, as centrais de reservas, as centrais administrativas das empresas dos destinos, os produtores de eventos, as empresas de transportes e demais agentes da prática do turismo.

Ao falarmos de turismo não podemos deixar de lado as dinâmicas que a sociedade global vem apresentando nas últimas décadas, principalmente através e com o contexto da globalização e da facilidade com o que os meios produtivos foram inseridos em outros mercados de países distantes, como também com as trocas culturais demandadas pelos indivíduos em suas práticas de turismo. Dessa forma, Dias (2003) nos aponta que:

O turismo transformou-se numa das mais importantes faces da globalização contribuindo para estreitar as diversas partes do globo e, ao mesmo tempo, para o aumento de uma consciência global. Diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros. (DIAS, 2003, p. 14)

Neste sentido, podemos entender que as práticas de turismo apresentar-se-ão de forma mais abrangente e com contextos de customização na realização da prática da atividade turística, muito em virtude das facilidades que as trocas culturais podem proporcionar nas relações de sociedades. Este pensamento reforçam as palavras de Dias (2003) que retrata que:

Por outro lado, o turista tenderá a personalizar suas viagens; em função da facilidade de informação, procurará cada vez mais fazer seu próprio planejamento, evitando a padronização, embora beneficiando-se das viagens em grupo, que permite gastos menores. Ao chegar ao local de viagem, estabelecerá seus próprios contatos e roteiros que previamente estabeleceu via internet, por exemplo. (DIAS, 2003, p. 19)

Contribuindo com esta visão, observamos em OMT (2001) a importância das atividades turísticas como integrantes do processo de geração de renda e aumento de ganhos nas localidades. Percebemos esse fato na conjuntura estudada ao reportarmos dos processos econômicos e sociais ligados às atividades de turismo no bairro de Itapoama com a sua vocação para o turismo.

As possibilidades de lazer existentes no referido local remete-nos também às reflexões em torno do termo lazer que se tornou popular através das palavras de Dumazedier (1976) em que fala que lazer é:

o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 34)

Por outro lado, buscamos em Ansarah (2001) os princípios do contexto a respeito da significação do termo lazer, que nos fala que

O termo sempre foi utilizado de forma vaga por diferentes precursores, desde Aristóteles, passando por Santo Agostinho, Lafarge, Veblen, Riesman, Friedman, Caillois, mas sempre associado a outros termos como ócio, recreação, lúdico, tempo livre trazendo subjacente o valor

de bem estar, de prazer. Na verdade, até recentemente, o lazer não constituía uma noção substantiva dentro da ciência, já que ninguém tinha se dado ao trabalho de delimitá-lo como conceito. (ANSARAH, 2001, P. 236)

No contexto da idade antiga, destacamos o olhar de Aristóteles que traz uma reflexão singular a respeito do significado do lazer para aquela sociedade. Este olhar reflete a conexão que este elemento social realiza para com a dinâmica da sociedade e, neste contexto com a relação com o trabalho e com a educação, intitulado inclusive com um termo, o *Scholé*

Scholé significava, simultaneamente, lazer e educação de si mesmo, um tempo que se situava entre a prática ativa do cidadão responsável pela gestão da cidade e a prática dos cultos. Essa era, na essência, o privilégio do cidadão grego: a liberação dos gestos, dos rituais, da monotonia do trabalho cotidiano (que se resumia a obrigações familiares, espirituais e políticas), para poder dedicar-se apenas ao culto do corpo e do espírito. (ANSARAH, 2001, P. 237)

No entanto, Muller (2002), fala que

O lazer ainda não é uma dimensão muito valorizada e tenho a impressão de que as dificuldades de valorizá-lo vem, também, da falta de conhecimento e compreensão dos seguintes aspectos: do seu entendimento; de suas potencialidades; dos valores que carrega consigo; da importância que representa a educação para e pelo lazer; do compromisso com uma política pública ou privada deve ter com o atendimento a todos, mas com prioridade aos segmentos mais frágeis da população; desse como direito social; de como ocupar, com qualidade, o tempo livre; do lazer mercadoria; da cultura local, dentre outros conhecimento. (MULLER, 2002, P. 11)

Notadamente, entendemos que as práticas deste lazer nos contextos modernos devem ser apoiadas por uma profissionalização cada vez maior dos seus sujeitos ofertantes, pois as articulações de qualificação dos stakeholders⁶ propiciam uma interação maior entre estes e os praticantes de turismo e lazer.

Com relação à abrangência e ao alcance que as práticas de lazer possuem e interagem com a sociedade, buscamos em Melo (2012) um outro direcionamento para acentuação de sua definição enquanto área de estudos

As atividades de lazer são práticas culturais, em seu sentido mais amplo, englobando também os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações. As atividades de lazer são

⁶ Stakeholder em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa (FREEMAN, 1984)

vivenciadas no tempo livre das obrigações – profissionais, domésticas religiosas – e das necessidades físicas. As atividades de lazer são buscadas tendo em vista o prazer que podem possibilitar, embora nem sempre isso ocorra e embora o prazer não deva ser compreendido como exclusividade de tais atividades. (MELO, 2012, p. 34)

Este é um conceito em que se observa uma pluralidade de sentidos. Contudo, podemos salientar que ele não se encerra por si. Destacamos que esta temática é ampla e significativamente dinâmica por se tratar de estudo de ações realizadas pelo ser humano em determinados contextos da sociedade.

Também podemos relacionar a visão dos indivíduos de uma dada localidade a respeito do que vem a ser a prática de lazer. Tomamos como referência nesta fala as palavras de Rodrigues (2007), em que realizando uma pesquisa sobre desenvolvimento local na cidade de Gravatá/PE, identificou os diversos olhares sobre as impressões, por parte dos habitantes desta cidade, no tocante ao que eles enxergam por lazer. Como respostas a este questionamento, a autora obteve que as práticas de lazer são representadas por: descansar, ouvir o rádio, ver televisão, conversar com o vizinho, passear com a família, encontrar com os amigos.

Faz-se pertinente aproximar estes conceitos ao que se manifesta no bairro de Itapoama na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE. É visto que tal localidade é um território do litoral do referido estado, em que a prática de atividades de lazer e turismo representa um conjunto de ações e opções de oportunidade de desenvolvimento para os habitantes desta comunidade.

Porém, é preciso ter um olhar diferenciado para a contextualização deste lazer como estratégia para o desenvolvimento regional local. E, para isso, buscamos em Zingoni (2002), a reflexão de um modo de pensar a respeito deste assunto:

Como falar de lazer como fator desenvolvimento quando, junto a era dos parques temáticos, vivemos a era dos barracos de madeira ou de material aproveitável, da violência urbana, das crianças sem creche e sem escola formal, da população de rua e na rua e de tantos outros símbolos de exclusão, conhecidos e reconhecidos por todos nós? Como falar de lazer num sistema capitalista no qual grande parcela da população se encontra na faixa da pobreza, outra parcela significativa se encontra em situação de miséria absoluta, portanto uma população brasileira de excluídos, distribuição desigual de bens e empregos? Essas questões sinalizam novas perspectivas também para o lazer das pessoas hoje no Brasil? (ZINGONI, 2002, p. 56)

Cabe aqui ressaltarmos que atualmente, devido inclusive ao dinamismo da sociedade, temos a nossa disposição inúmeros equipamentos culturais e construídos

para a prática de lazer, como é o caso dos Shoppings Center, parques temáticos, casas de show, boates, bares e restaurantes que possibilitam um acesso maior por parte dos indivíduos. Todavia, muitos desses equipamentos estão localizados em grandes centros urbanos, por isso, distante da perspectiva de uma parcela da sociedade, engendrando assim, uma problemática de acesso as práticas de lazer para uma camada da sociedade. Estas reflexões trazem à tona problemas enfrentados em toda a parte do país e, certamente encontrados na população do bairro de Itapoama. Porém, o entendimento que defendemos por parte do lazer é exatamente o que lhe sustenta como prática de desenvolvimento local, pois, este lazer em diversas partes do território nacional é responsável por construir e oferecer possibilidades de geração de renda e, conseqüentemente, de autonomia e empoderamento financeiro e social por parte dos sujeitos sociais que auferem seu sustento com e através dele.

CAPÍTULO IV – AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A AGÊNCIA RESERVA DA CIDADANIA

4.1. Organizações não governamentais

Não é de hoje que as iniciativas das instituições do terceiro setor vêm ganhando espaço nas atuações na sociedade e, em especial no meio popular do nosso país, uma vez que se caracterizam em um terreno fértil da sociedade. Haja vista o abandono por parte dos Governos de incontáveis segmentos sociais vulneráveis às ações de mercado e ao dinamismo de mercado, sem contar com a selvageria que o capital propõe e pratica no nosso planeta.

Desde a década de 80 que instituições não governamentais (as conhecidas popularmente apenas como ONGs), têm um papel de destaque no tecido social da estrutura da nossa população, em especial as camadas mais pobres. Porém, o entendimento a respeito destas instituições torna-se imprescindível para compreendermos seus objetivos sociais independentemente em que área de atuação elas atuem:

Portanto, o termo internacionalizado “ONG” ganhou reconhecimento por aqui, enquanto categoria social, ao distinguir um conjunto de organizações *sui generis* que guardavam certas características, posições e papéis análogos no Brasil e em diversas sociedades latino-americanas (e não só). O reconhecimento e visibilidade social desse nome não se deu da noite para o dia, mas foi construído no decorrer da década de 80, com base num investimento realizado por um conjunto específico de agentes e entidades facilmente identificáveis do ponto de vista Leilah Landim sociológico na afirmação de uma identidade comum e na produção de , concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade. Sendo, como se sabe, termo forjado em canais internacionalizados, no entanto, é importação que se adapta e (re)traduz em virtude de relações e dinâmicas sociais internas a diferentes sociedades. (LANDIN, 2002, P. 18)

Nos estudos de Martinet, Martone e Gil (2006), observa-se um direcionamento em busca do entendimento a respeito do que vêm a ser tais instituições sociais. Desta forma, os autores e a autora interpretam as ONGs como fenômeno social crescente que visa, sem fins lucrativos, o atendimento de uma necessidade social que não seja atendida pelos primeiros e segundos setores da economia.

Portanto, tais instituições são formadas no intuito de atuar em uma lacuna deixada pelos governos federal, estadual ou municipal muitas vezes em áreas com

uma escassez enorme de políticas públicas de atendimento às comunidades mais carentes; como também, em setores deixados de lado pela iniciativa privada.

Por outro lado, corroboramos com o pensamento dos autores e da autora supracitados e supracitada, na ideia de encarar o surgimento destas entidades como um fenômeno, que representam um grupo de instituições como as Igrejas, sindicatos, associações, fundações e as organizações que atuam em diversos segmentos da sociedade, expressamente buscando o bem estar de um determinado grupo social ou comunidade, sem o intuito de auferir lucros.

Reforçando o entendimento a respeito das organizações não governamentais, buscamos em Figueiredo et al (2013) que nos diz

ONGs são instituições que não são consideradas privadas nem estatais. Atuam em diversos ramos, tais como saúde, educação e defesa das minorias. Essas entidades que possuem origem no seio de movimentos sociais, muitas vezes exercem atividades econômicas, porém não visam o lucro e se preocupam primeiramente em atender aos desfavorecidos. (FIGUEIREDO et al, 2013, p. 1)

Cabe aqui salientar que o aparecimento de ONGs nos nossos dias e nos últimos anos em maior monta, sugere uma reflexão crítica a respeito do papel do Estado em cumprir com as suas obrigações constitucionais de atendimento, no básico, das necessidades da nossa sociedade. Com isso:

Ganha corpo na contemporaneidade do debate sobre a participação efetiva das ONGs no fomento de políticas sociais com foco no desenvolvimento local. Por mais que a história do sistema capitalista retrate um descompromisso para a viabilidade de parcerias em prol da equidade do combate a injustiça social, vem da própria negação ao modelo de Estado Regulador, patrocinado pelo mercado em sua linhagem neoliberal, a integra e, ao mesmo tempo, o atrativo em volta de uma discussão mais profunda. (PEDROSA, 2008, p. 27)

Neste sentido, o pensamento de Cardoso (2000), é retratado que as ONGs surgiram para atuar em uma linha entre o público estatal e o privado unicamente capitalista. Estas instituições estão baseadas em atuação com ações de cunho sem fins lucrativos, filantrópicas, assistencialistas, voluntárias e de desenvolvimento social, especialmente em cidades, bairro e comunidades sem falar de setores sociais que necessitam com mais força de trabalho destas empresas privadas com domínio público.

Por outro lado, não podemos deixar de contemplar o ordenamento jurídico que rege a criação, a formatação e a caracterização de tais organizações. Neste sentido, observamos que a lei 9790/99 apresenta suas contribuições para o entendimento da formação e dos detalhes existentes em cada uma das possibilidades de se constituir uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor.

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito

de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (BRASIL, 1999, 1-3)

4.2. A Agência Reserva da Cidadania - ARdC

Em um bairro com grandes transformações e movimentações. Foi neste cenário que se estabeleceu a ARdC, uma Organização Não Governamental – ONG, que atua em regime de parceiras técnicas com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, a Reserva do Paiva, o Consórcio Rota dos Coqueiros, A Associação Geral da Reserva do Paiva, o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH e a prefeitura da cidade do Cabo de Santo Agostinho.

As parcerias estabelecidas entre a ARdC e os parceiros têm o propósito de oferecer a comunidade local do bairro de Itapoama cursos de qualificação e capacitação, assessoria técnica com orientação para criação de micro negócios, treinamentos e formação de mão de obra qualificada no tocante a abertura de novos

negócios no local e, principalmente no fomento ao empreendedorismo com aproveitamento das potencialidades locais.

Neste sentido, percebemos que a estratégia utilizada pela ONG é o de empoderamento da comunidade local no tocante as técnicas compartilhadas em cada estilo de capacitação (treinamento, cursos, palestras) e o aproveitamento das potencialidades endógenas por parte dos seus integrantes residentes.

Temos como nosso objeto de estudo nesta pesquisa acadêmica, uma entidade sem fins lucrativos que atua em diversas frentes de trabalho e áreas de atuação na cidade do Cabo de Santo Agostinho e, especialmente, no bairro de Itapoama, denominada Reserva da Cidadania Agência de Desenvolvimento Humano e Empreendedorismo social que aqui chamamos unicamente de Agência Reserva da Cidadania – ARdC.

Esta ONG tem em seu estatuto⁷ a comprovação que ela é uma entidade civil de direito privado, sem divisão de lucros e sem fins econômicos e ou lucrativos, com duração indeterminada e com autonomia financeira, administrativa e patrimonial regendo-se pelo próprio estatuto e por legislação específica aplicável às suas atuações. E, na execução de suas atividades, a ARdC propõe-se a

- Não possuir caráter político partidário;
- Isentar-se de qualquer preconceito ou discriminação relativos à cor, etnia, gênero, credo, classe social, concepção político partidária e filosófica;
- Executar suas atividades com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- Adotar práticas de gestão administrativa necessárias e eficientes para coibir práticas de obtenção de forma individual ou coletiva de benefícios e vantagens pessoais;
- Buscar, no desenvolvimento de suas iniciativas, a profissionalização de seus processos de forma a sempre aperfeiçoar sua gestão institucional.

Com isso, vemos que a ARdC, busca alinhar suas práticas institucionais com as demandas que o mercado exige e, também, com as intenções da comunidade local

⁷ Ver anexo A

à qual pertence (bairro de Itapoama) para que possa proporcionar a transparência necessária nas suas ações, trabalhos e eventos, a fim de agregar valores, principalmente valores imateriais⁸, aos seus parceiros e associados e, desta forma, atrair os parceiros adequados e necessários para o fortalecimento das ações existentes e geração de novas redes de parceria e, oportunizar à população processos de melhoria em sua qualidade de vida com qualificação e geração de renda.

Foi verificado ainda, em seu estatuto, que seus objetivos e missão são propostas voltadas para ações que possibilitam o processo de aparecimento do capital social frente à comunidade local. Desta maneira, no artigo 4º do documento, vimos o seguinte:

A Reserva da Cidadania tem por missão apoiar o desenvolvimento local sustentável⁹ do território do Cabo de Santo Agostinho por meio do empreendedorismo social, econômico, cultural e ambiental. Para a realização de sua missão seus objetivos sociais são: I – experimentação, não lucrativa de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito: fomento ao empreendedorismo: capacitação, finanças solidárias e comercialização; II – fortalecimento do turismo; III – fortalecimento do esporte, bem estar e lazer; IV – promoção da cultura, defesa, resgate e conservação do patrimônio histórico e artístico; V – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, além de educação ambiental. (sic) (ARdC, 2017, p. 1)

Com relação às atividades desenvolvidas pela ARdC, verificamos em seu estatuto no artigo 5º parágrafo 2º que esta entidade possui articulação e capacidade técnica para realização de tarefas e atividades ligadas e direcionadas às áreas como:

- I – execução direta de projetos, programas ou planos de ação ligados às comunidades em que atua e, em especial a comunidade do bairro de Itapoama;
- II – doação de recursos físicos humanos e financeiros para realização de ações;

⁸ As experiências associativas apresentam-se como referências de agregação de valorização das práticas e políticas institucionais que traduzem-se em atividades e processos de ganhos de conhecimento e saber por parte dos sujeitos participantes, (FAGOTTI, 2017).

⁹ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD).

- III – prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins;
- IV – cursos, seminários, conferências, palestras simpósios, fóruns e congressos nas áreas afins;
- V – publicações técnicas e didáticas relativas aos temas afins, bem como editá-las e distribuí-las;
- VI – assessoria e consultoria, nas áreas de atuação da ARdC, através de seus associados, a entidades públicas e privadas.

Ainda com relação a forma de atuação da instituição, vimos em seu regimento interno¹⁰ que a ONG realiza suas ações através de um conjunto de práticas, muitas delas de capacitação e qualificação da comunidade local, em especial no bairro de Itapoama, formando grupos produtivos que executam atividades em diversas frentes, a saber:

- I – quintais produtivos;
- II – costurando vidas;
- III – papéis da vida;
- IV – mulheres e homens de fibra;
- V – atrativos turísticos;
- VI – práticas ambientais
- VII – eventos nas praias

Como relatado acima, os grupos produtivos aos quais pertencem as práticas das ações da ARdC, representam o contexto de trabalho e a interação e integração entre a comunidade local, instituições privadas, privadas de direito público e públicas, construindo uma rede de relacionamento com os diversos agentes interessados nas referidas práticas e ações da ONG. Desta maneira, faz-se necessário um detalhamento adequado dos trabalhos desempenhados pelos grupos de trabalhos da instituição, a fim de que possamos compreender, de maneira mais condizente, a expressão que cada grupo representa para os agentes envolvidos em seus contextos

¹⁰ Ver anexo B.

de atuação. No entanto, faremos a apresentação de três grupos de trabalhos: quintais produtivos, costurando vidas e atrativos turísticos, representando um recorte das ações que são praticadas pela ARdC.

a) Quintais produtivos

Este grupo de trabalho atende 12 famílias no bairro de Itapoama, segundo os relatórios técnicos da ARdC, e expressa-se pelo aproveitamento dos espaços de terras nos quintais de residências de moradores do referido bairro, para as práticas de uma agricultura de maneira orgânica, através de capacitações de parceiros da ONG, ensinado o preparo e manejo da terra e o cultivo de hortaliças e árvores e plantas frutíferas que são usadas para a fabricação caseira de geleias e doces que são comercializados em locais de parcerias como feiras livres nas cidades do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Jaboatão dos Guararapes.

Faz parte deste grupo de trabalho as atividades desenvolvidas por Eliete Lopes no atrativo turístico banho de argila. Eliete Lopes desenvolve um trabalho de produção de cosméticos juntamente com a prática da lamaterapia¹¹ que tem como base a argila extraída da lagoa localizada no bairro de Itapoama. Os produtos recebem outros ingredientes como ervas que são extraídas dos quintais das casas das integrantes do grupo de trabalho. Com a combinação das matérias primas pode-se verificar o processo de produção de:

- I – Sabonete (líquido e em barra)
- II – Hidratante
- II – Máscara facial
- III – Esfoliante
- IV – Bronzeador
- V – Óleo corporal
- VI – Pomada
- VII – Loção pós barba

¹¹ Ver anexo C.

Figura 04: Produtos derivados da argila



Fonte: Autores (2019)

Figura 05: argila da lagoa de Itapoama



Fonte: Autores (2019)

Porém, para reforçarmos a importância de um trabalho nesta direção, recorreremos a Pires e Lima (2012), para se chegar à compreensão da importância de uma atividade como esta desenvolvida por este grupo de trabalho, é necessário esclarecer que o modelo empregado com práticas de cultivo orgânicas, é direcionado fortemente às comunidades que atuam com a agricultura familiar. E, mais ainda, que as ações realizadas no meio rural (neste caso em um bairro no litoral), devem ser compartilhadas com o agricultor e agricultora familiares, entendendo que não é pelo tecnicismo difusionismo que se estabelecem mudanças nas culturas e nos cultivos e sim pelos compartilhamentos de aprendizagens, entendendo que os agricultores têm muito a ensinar, estabelecendo relações de trocas constantes com os técnicos cientistas. Com isso, compreendemos que a Construção do conhecimento agrícola de cunho orgânico considera-se processos de elaboração de novos saberes e fazeres com as terras e plantas, a partir dos conhecimentos de agricultores e da sua interação com o saber técnico científico.

É mister refletir a respeito da Agricultura orgânica como abordagem política metodológica que busca o desenvolvimento local, aproveitando os espaços rurais e, porque não urbanos, como neste caso, buscando a superação de problemas socioambientais históricos proporcionados pela inclusão, no passado do modelo americano de difusão de técnicas de manejo, cultivo e preparação de terras no meio rural, sem o cuidado necessário na busca incessante de maiores rendimentos.

Desta forma, para dar sentido à compreensão de uma agricultura orgânica, recorrer-se às seis dimensões utilizadas no conceito de sustentabilidade apresentado por Costabeber e Caporal (2004): i) Dimensão ecológica: compreender que o ser

humano é integrante de um complexo sistema em que envolve os recursos naturais, a biodiversidade e as relações sociais; ii) Dimensão social: o ser humano enquanto sujeito social que possui necessidades, desejos e conhecimentos. E que se deve buscar a igualdade de direitos entre os gêneros e as gerações; iii) Dimensão cultural: reconhecer que o nosso país possui uma diversidade de riquezas naturais e culturais e que as dinâmicas da vida nos proporcionam o entendimento de nossa identidade com as nossas manifestações, crenças e valores; iv) Dimensão econômica: romper com a lógica do capital é o entendimento sobre esta dimensão. Buscar o equilíbrio com a produção para suprir as suas necessidades e com respeito aos recursos naturais, praticando o sentido da sustentabilidade; v) Dimensão política: o sujeito social com autonomia e liberdade faz com o que ele seja o protagonista do processo de transformação social no meio em que vive; vi) Dimensão ética: pensar de forma coletiva, esta tarefa diz respeito à dimensão da ética em que privilegia as ações ligadas a coletividade em detrimento das individuais. Isso faz com o que todos tenham usufruto das benesses provocadas por tais comportamentos éticos.

Com a visão sobre estas dimensões sendo aplicadas de maneira a salvaguardar os princípios da sustentabilidade e com isso a construção de um processo de desenvolvimento local condizente com a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais, entendemos que as práticas realizadas por meio da ARdC neste grupo de trabalho, exerce uma interação com os sujeitos sociais existentes e direciona atividades para o aparecimento e o fortalecimento do desenvolvimento local.

b) Costurando vidas

Este é um grupo de trabalho que tem como resultado a qualificação de 32 famílias ligadas às práticas da ONG. Trata-se de uma ação em parceria com outras instituições como indústrias da região, SEBRAE e SENAI com a finalidade de ofertar cursos de corte e costura nas dependências da ARdC.

As atividades deste grupo de trabalho são realizadas em virtude de articulações de parcerias, primeiramente, entre a instituição ARdC e indústrias locais que doam fardamentos não mais usados nas empresas. Estes são higienizados e utilizados em aulas de corte e costura e, com a prática, são transformados em peças de uso no cotidiano como bolsas, chapéu, bonés e conjunto americano para mesa. de outro

parceiro, o SENAI, que atua na formação e qualificação de moradores e moradoras do bairro, através de aulas práticas de conte e costura, usando o maquinário existente nas dependências da ONG. Vemos também a articulação com a parceria com outra instituição importante, o SEBRAE, que atua através de consultoria de análise de produto e de mercado, com a finalidade de auxiliar no direcionamento de criação de produtos que atendam uma demanda de mercado.

Outro ponto fortalecido com a atuação da parceira com o SEBRAE diz respeito ao processo de comercialização dos produtos. Neste ponto são repassados para os integrantes e as integrantes dos cursos temas direcionados às atividades de vendas, de precificação, de apresentação do produto. Desta forma, o grupo de trabalho 'costurando vidas' recebe uma qualificação e aperfeiçoamento no processo de uma atividade que tende a trazer uma determinada autonomia para quem participa e, principalmente, contribui para o processo de geração de renda e de desenvolvimento local.

A forma de atuação deste grupo de trabalho faz-nos buscar a referência de Laurentino e Ataíde de Almeida (2011), reforçando o sentido de atuação de associações e cooperativas no trabalho de valorizar os processos de inclusão da comunidade local nas atividades de construção de uma consciência do uso dos potenciais locais para fortalecimento da comunidade. Assim,

Em relação à comunidade, ainda não se pode assegurar ou negar a presença de benefícios. Porém, sabe-se que o fortalecimento da produção artesanal local estimula a geração de benefícios para a comunidade. Esse movimento de pessoas da localidade e a presença de instituições fazem parte de uma ação que tem a intenção de promover melhorias de vida nesse espaço... (LAURENTINO E ATAÍDE DE ALMEIDA, 2011 p. 42)

c) Atrativos turísticos

Como caracterizado anteriormente, o bairro de Itapoama fica localizado no litoral do estado de Pernambuco, na cidade de Cabo de Santo Agostinho. Portanto, um dos atrativos turísticos mais importantes pertencentes à região é o próprio mar. A ele se incorporam outros atrativos turísticos culturais e naturais que se destacam no

bairro como o “calçadão” e o “mirante”, além de outros que possuem uma característica diferenciada, como é o caso do “banho de argila”.

Evidenciamos que este é um grupo de trabalho que atua com um mix de sujeitos nas suas ações, composto por empresas e pessoas, pois as atividades realizadas nesta equipe são direcionadas a potencializar os atrativos turísticos naturais e culturais do bairro a fim de fortalecer a imagem e a importância de cada um deles, frente aos frequentadores do Itapoama e, principalmente, a visão da comunidade local sobre a existência e importância de cada atrativo.

Considerando que o termo Atrativo Turístico possui definições diversas, buscamos em Ignarra (2003), um suporte necessário para a sua compressão, que diz:

... a atratividade de certos elementos varia de forma acentuada de um turista para outro. Um museu sobre o fundador de uma cidade pode ter grande importância para os seus habitantes e nenhuma para os visitantes. Um determinado santuário religioso pode ter grande atratividade para adeptos de uma religião e nenhuma para outras. Desta forma, os atrativos estão relacionados com as movimentações de viagens dos turistas e as avaliações que os mesmos fazem desses elementos. É usual que elementos que compõem o cotidiano das pessoas que residem em uma certa localidade não lhe chamem a atenção e se mostrem extremamente atrativos para os visitantes que não participam desse cotidiano. O atrativo turístico possui, via de regra, maior valor quanto mais acentuado for o seu caráter diferencial. O turista procura sempre conhecer aquilo que é diferente do seu dia a dia. Assim, aquele atrativo que é único, sem outros semelhantes, possui maior valor para o turista. (IGNARRA, 2003, p. 53)

Compreendendo a importância dos atrativos turísticos para uma dada região, o SEBRAE/SP juntamente com o Ministério do Turismo – MTUR elaboraram em 2011 um material intitulado “Termo de Referência em Turismo” em que trazem em seu bojo as contribuições de terminologias para a atividade turística. E, neste documento, conceituam atrativo turístico como:

Locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais, culturais, atividades econômicas, eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas. (SEBRAE/SP, 2011, p. 11)

Buscando as contribuições do Plano Nacional do Turismo – PNT de 2007, observamos que neste documento possui a metodologia de hierarquização dos atrativos turísticos conforme os seus potenciais de atratividade.

hierarquia 3 (alto) – É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.

hierarquia 2 (médio) – Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.

hierarquia 1 (baixo) – Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).

hierarquia 0 (nenhum) – Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular. (BRASIL, 2007, p.46).

Corroborando com estas definições Oliveira, Gimenes-Minasse e Marques (2015) colocam uma fala pertinente ao falar do ponto de vista dos atrativos turísticos culturais que servem como apoio para a prática do turismo em uma localidade.

Do ponto de vista empresarial, os atrativos turísticos podem ser considerados únicos e cada um deles possui valor e capacidade de atração específica. Portanto, possuem diferentes características, potencial e estrutura para a recepção de turistas, o que caracteriza a necessidade de estruturação dos atrativos turísticos para receber com qualidade os turistas. (OLIVEIRA, GIMENES-MINASSE E MARQUES, 2015, p. 647)

Com base nesta construção, observamos que se encontram na região do bairro de Itapoama atrativos turísticos com escala de hierarquia 1, como é o caso da praia de Itapoama, o mirante de Itapoama e do banho de argila. E, de hierarquia 0 com representação de pousadas, restaurantes e empresas de prática de surf.

É importante ressaltar que este grupo de trabalho Atrativos Turísticos realiza ações na comunidade como cursos, treinamentos, palestras entre outras que visam à

formação, qualificação e aperfeiçoamento dos sujeitos interessados nas práticas turísticas do local, como é o caso dos funcionários e funcionárias das micro e pequenas empresas o bairro que atuam com o turismo e, os proprietários e proprietárias. Além disso, faz-se necessário salientar as práticas de acompanhamento dos trabalhos frente aos integrantes destas práticas.

Devemos pontuar que a ARdC possui um foco na qualificação da mão de obra dos moradores do bairro. E, com isso a geração de renda e a autonomia dos mesmos. Para isso, as práticas representam uma forma assertiva de incentivo ao empreendedorismo social para os residentes de Itapoama que se integram nas ações da ONG. Por acreditar neste processo, vemos a prática do empreendedorismo social que tem como foco “O objetivo final do empreendedorismo social é retirar as pessoas da situação de risco social e, na medida do possível, desenvolver-lhes as capacidades e aptidões naturais, buscando propiciar-lhes plena inclusão social” (MELO NETO Y FROES, 2002, p. 12).

CAPÍTULO V – DIÁLOGOS E PROSAS: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Representa um grande desafio a missão de falar a respeito de uma organização não governamental sem fins lucrativos – ONG, aqui no Brasil. Cada uma delas possui suas particularidades e singularidades nas atividades e ações que realiza, operacionaliza e promove no território no qual está instalada e, a área de atuação a que pertence. A oportunidade de ter como objeto de estudo e pesquisa a Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania, uma ONG localizada no bairro de Itapoama, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, trouxe-nos uma visão mais abrangente das práticas e, principalmente, da importância de uma instituição sem fins lucrativos para uma dada localidade e comunidade. E, mais precisamente, apresentou-se como uma brecha para realizarmos reflexões a respeito das interações dos sujeitos sociais que residem naquele bairro, e entendendo a sua identidade, fortalecendo-a frente aos desafios da modernidade e da globalização, pois:

a desagregação das identidades culturais, através dos meios de comunicação, da pressão homogeneizante dos centros, da invasão de padrões externos, contribui para enfraquecer a energia participativa de um povo, levando a consolidar posições de dependência e de subalternidade. (DEMO (1996) apud ANDRADE LEITÃO, 2005, p. 124)

Neste sentido, entendemos que a visão que se faz presente em um trabalho como é o realizado pela ARdC, demonstra que o cidadão necessita de oportunidades, ofertadas ou conquistadas de maneiras adequadas para agir de com pensamento de reflexão política na busca pelo seu espaço no ambiente em que atua. Pois, “é politicamente pobre o cidadão que só reclama mas não se organiza para reagir, não se associa para reivindicar, não se congrega para influir” (DEMO (1996) apud ANDRADE LEITÃO, 2005, p. 124)

Com este direcionamento, vimos que uma temática apresentada pelas entrevistadas e entrevistados foi com relação ao trabalho exercido por homens e por mulheres. Ao responder a pergunta da parte quatro que diz: Um local com atrativos de turismo e de lazer pode gerar renda e trabalho? Em Itapoama acontece isto?(nota de rodapé) Uma entrevistada respondeu da seguinte forma:

Trabalho aqui, o maior trabalho que gera aqui é comércio. Isso pode sim. Precisa-se mais trabalho de homem, de voluntário que venha e olhe com outros olhares para que mude, pra que cresça. (entrevistada 06)

Observa-se, ainda que esta fala apresenta impressões historicamente difundidas e atualmente debatidas e refutadas a respeito da visão separatista e discriminatória implementada por nossa sociedade, que é patriarcal, e que sustenta que a presença masculina sempre prevalece em detrimento da feminina e, nosso ponto de vista esta apoiado em Lopes (2006), que nos retrata que:

Trata-se da superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a conseqüente preferência do homem ante a mulher, especialmente no *locus* da família. Em seu lugar, delinea-se uma ideologia de igualdade de direitos e deveres. Desaparece a figura da chefia da sociedade conjugal e com ela as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina. (LOPES, 2006, p. 407)

No tocante ao entendimento de trabalho que a entrevistada nos relata, podemos considerar um aspecto que retrata a visão da falta de trabalho como um processo que tem raízes na nossa cultura e que identifica que a:

“exclusão social” tem raiz na redução progressiva dos postos de trabalho: numa sociedade onde os direitos se baseiam no trabalho assalariado, o desemprego prolongado provoca a perda dos mesmos até o ponto em que o indivíduo para a ser visto como incômodo e mesmo como perigoso. Este contingente sem trabalho deixa de ser *exército de reserva* para se transformar em lixo industrial, ou seja, não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem também as qualidades requeridas para obter trabalho. (ANDRADE LEITÃO, 2005, p. 126)

Contudo, entendemos ainda que a fala da entrevistada representa um olhar do cotidiano brasileiro que prega a diferenciação do trabalho de homem e do trabalho de mulher. Em sua fala (nota de rodapé), ela relaciona o desenvolvimento trazido pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, obra iniciada na década de 60 e que teve seu período de maior crescimento entre os anos de 2008 e 2012 (nota de rodapé – informações do site), com a presença de empresas transnacionais que ofertaram milhares de vagas de empregos, principalmente relacionados a indústria.

A nossa pesquisa foi marcada pela participação de entrevistadas e entrevistados de 03 segmentos: dirigentes da ONG, participantes das ações da ONG e Não participantes das ações da ONG, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 01: Tipos e quantidades de participantes da pesquisa.

Tipo de entrevistado	Quantidade	Percentual
Dirigentes	02	12%
Participantes	06	33%
Não participantes	10	55%

Fonte: Autores (2019).

É importante mencionar, mais uma vez, que a pesquisa teve a contribuição de 18 participantes que são moradoras e moradores do bairro de Itapoama e que, em sua totalidade têm a suas atividades econômicas e sociais realizadas neste local. Sendo, nesta feita, formados e classificados conforme a tabela abaixo:

Tabela 02: Tipos e quantidades de participantes da pesquisa.

Denominação	Categoria
Entrevistada 01	Dirigente
Entrevistada 02	Dirigente
Entrevistada 03	Participante de ações da ONG
Entrevistada 04	Participante de ações da ONG
Entrevistada 05	Participante de ações da ONG
Entrevistada 06	Participante de ações da ONG
Entrevistada 07	Participante de ações da ONG
Entrevistado 08	Participante de ações da ONG
Entrevistado 09	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 10	Não participante de ações da ONG

Entrevistado 11	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 12	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 13	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 14	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 15	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 16	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 17	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 18	Não participante de ações da ONG

Fonte: Autores (2019).

Notadamente que a expressão maior da nossa amostra está representada pelos entrevistados e entrevistadas que não participam das ações promovidas e pactuadas pela ARdC. Isto nos leva a reflexão de que os esforços da ONG para um alcance maior de participantes nas suas ações no bairro de Itapoama, mesmo tendo alcançado um número significativo de famílias durante estes 7 anos que está em atividade, conforme a entrevistada 01, observamos nos discursos que os esforços para uma maior visibilidade da ONG precisam continuar.

Hoje nós temos 170 famílias contempladas. Então, famílias que eu digo, porque a partir do momento que a esposa aprende o artesanato, o esposo a agricultura familiar, envolve-se os filhos na produção e a família ela gera emprego e renda. Então, é uma família toda que é beneficiada no programa e, nesses sete anos, nós temos 170 famílias contempladas. (Entrevistada 01)

Na fala da entrevistada fica retratado que as ações que a ARdC promove na comunidade têm alcançado um número significativo de famílias com formações nas áreas a que ela se propõe e contribuir. Desta maneira, observa-se que um trabalho como o que a ONG promove, mostra-se claramente importante para que os sujeitos sociais alcancem autonomia naquela comunidade.

Referente à percepção do processo de desenvolvimento local no bairro, observamos que as entrevistadas e os entrevistados que participam das ações e, até mesmo os que não participam, mas a conhecem, expressam que a ARdC tem contribuído para o aparecimento de significados e sentidos que revelam a existência do desenvolvimento local, como é visto nas falas das entrevistadas e entrevistados

abaixo, quando questionados a respeito da contribuição da ONG para o desenvolvimento local:

Com certeza. Isso aí (as ações), é uma contribuição que a gente vê os moradores se desenvolvendo né? Através dos cursos que vai para a ONG e a ONG distribui para os moradores. (entrevistado 09. Grifo nosso);

Contribui sim. Fiquei sabendo de uns cursos de corte e costura e teve também culinária. Do meu conhecimento foram estes. (entrevistada 12);

Rapaz, pelo que vi, contribui. Contribui e muito, pelo que ela (Eliana) me mostrou lá tudinho, o negócio é organizado. (entrevistado 16. Grifo nosso).

De certo que as atividades desenvolvidas, conquistadas e promovidas pela ONG se devem a uma rede de relacionamento ao qual esta integra. Tendo em vista a importância desta rede, vemos que os entrevistados e entrevistadas identificam, através de suas falas, as parcerias criadas pela ARdC. Sendo observado que estas redes de relacionamento veem fortalecendo as ações proporcionadas pela instituição frente aos moradores. E, podemos destacar esta visão nas respostas de algumas entrevistadas e alguns entrevistados na pesquisa.

Ao ser perguntada sobre as articulações que a ONG realiza para a captação de ações, a entrevistada 01 aponta:

eu fiz a inscrição no edital do “Movimento bem maior”, o programa é uma ONG, que ela vai selecionar entidades com nosso perfil, então nós acabamos de inscrever no edital, tá sempre fazendo reunião com a prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, buscando um programa, um incentivo com eles, junto ao Governo do Estado também e, no momento é dessa forma que nós estamos buscando recursos. Empresas privadas tá sempre mandando ofício pra eles, mas a desculpa, no momento, é a crise. Então, no momento estamos com esperança desse edital e buscar um convênio junto ao poder público. No passado nós tínhamos apoio. O programa começou com apoio financeiro. Então, nós tínhamos um grupo de empresários da Reserva do Paiva que eram nossos financiadores, foram nossos financiadores por quatro anos, através da assessoria do IADH, que é o Instituto de desenvolvimento Humano, então, nós tínhamos esse apoio. O programa de desenvolvimento local da Reserva da Cidadania, ele nasceu da responsabilidade social do empreendimento imobiliário milionário da Reserva do Paiva e a IADH entrou: Cornélio Brennand, Ricardo Brennand, Odebrecht, e Rota dos coqueiros. Então essas empresas, elas foram a financiadora do programa. Elas contrataram a ONG IADH, que é o Instituto do

Desenvolvimento Humano, que tá há 12 anos trabalhando com o desenvolvimento local. (entrevistada 01)

Com relação às empresas existentes na localidade, temos como destaques apresentados pelas respostas das entrevistas dos sujeitos:

Aqui atuando dentro de Itapoama tem o mercadinho de Abraão, o mercadinho de Mesquita. Ai são pequenas empresas mesmo (entrevistado 09);

Supermercado Mesquita de dona Meire ali. Tem o Abraão que é o outro supermercado grande. São poucos comércios cara, pouquíssimos. Sim, algumas poucas pousadas também, que no caso tem a Trópicos mas, não sei nem se funciona ainda, tem o Eduardo ali embaixo, tem a pousada do Cau, basicamente isso aí. Pouquíssimos comércios. (entrevistado 11);

Mercadinho, aqui tem dois. Tem 3 ou 4 pousadas no máximo, eu acredito que só são três hoje. Restaurante só tem um, não tem uns 3 restaurante. Eu acredito que só. É, tem uma padaria. (entrevistada 12).

Esta visão que os moradores do bairro de Itapoama possuem sobre a predominância da atividade comercial, evidencia a ausência de políticas públicas ligadas às práticas e ações de turismo e de lazer no local. Este ponto de vista é reforçado ao analisarmos as respostas dadas pelas entrevistadas e entrevistados ao inquerimos com a seguinte pergunta: Você percebe que o bairro de Itapoama tem potencial para atrair turistas? De que forma? Algumas respostas foram:

Sim, nós temos. O nosso principal potencial é a beleza natural. Foi papai do céu que fez. Hoje aqui nós temos praia, nós temos o último ponto da Reserva da Mata Atlântica, onde fica o banho de argila, nós temos aqui o Mirante, com uma vista maravilhosa, temos pousadas, temos hotéis, temos restaurantes, temos os empreendimentos na orla da praia e tamos trabalhando no desenvolvimento, tanto na parte de estrutura , hoje aqui nós temos um excelente acesso, , nós temos aqui o pedágio da Reserva do Paiva, onde a gente tá ai a 20 km do aeroporto de Recife, tamos a 20 km de Porto de Galinhas , então nós tamos numa localidade muito boa, um acesso muito bacana e a gente vem esses sete anos trabalhando com os atrativos turísticos e mais de cinquenta e quatro empreendimentos , entre pousadas, restaurantes, , hotéis, bares foram capacitados e hoje temos ai uma qualidade de produto em atendimento ao cliente . temos muito a fazer. (entrevistada 01);

Tem. Principalmente assim, porque as praias são lindas. Só tá faltando um pouquinho de investimento assim, na questão da orla, essas coisas, mas tem sim, porque aqui é muito bonito e tem muita outras coisa que é o banho de argila , tem aqui também, a ONG e fora essas

costura ainda tem artesanato e tem a praia, tem muita coisa.eu creio que sim. Agora só tá precisando ser mais investido aqui (entrevistada 03);

Tem e muito. Agora só faltam investimentos. A gente tem uma praia bela. A gente tem o banho de argila. Enfim, tem vários pontos que tem como atrair turismo, só falta investimento. Tipo, esse calçadão aqui é uma maravilha, se tivesse investimento, poderia a noite ter barzinho aberto, ter show e com isso gerar renda, gerar emprego. (Entrevistada 05);

Em relação ao bairro de Itapoama referente à compreensão do seu cotidiano. Para tanto, recorremos a Certeau (2009) o qual nos ensina que o espaço de fato é representado pelas práticas existentes em um dado lugar. Desta forma, entendemos que caracterizar um dado território com base no espaço, leva-nos ao entendimento de que as práticas exercidas em um lugar caracteriza a identidade dos sujeitos sociais neste lugar. Sendo assim, ao perguntarmos aos entrevistados e entrevistadas a respeito do dia a dia – cotidiano, do bairro, se volta para os sentidos:

O dia a dia aqui é sem rotina, no caso, a comunidade não tem uma rotina. Não temos rotina no lugar. Assim, eu vivo a minha rotina, como eu mesmo tento fazer o dia a dia (entrevistado 08);

Nosso dia a dia aqui, se referindo a desenvolvimento, a violência e outras coisas mais, no momento está tudo ok. Desenvolvimento aos poucos ele está desenvolvendo. E violência, graças a Deus até aqui a gente não vê essas coisas como a gente vê lá na cidade, na grande cidade. Até aqui a gente está seguindo um padrão bem tranquilo. (entrevistado 09);

Aqui nós temos a alta temporada e a baixa. Na alta temporada nós temos os dias agitados, com muitos turistas, a gente consegue ter um trabalho que dá pra gente conseguir um ritmo de vida, uma vida até adequada, padrão não alto, mas o padrão médio que dá pra gente sobreviver. E na baixa temporada temos, passamos assim por muitos apertos por conta do fluxo de pessoas pequeno, bairro não comporta, são pessoas muito simplórias, moradores daqui de muitos anos, que nasceram e se criaram aqui. Portanto é uma economia bem difícil na baixa temporada. (entrevistada 10)

O discurso aponta para o fato que as práticas devem ser planejadas e organizadas considerando o aspecto das altas e baixas temporadas. Identificamos ainda que o bairro apresenta um sinal de transição no que se refere à violência. Esta noção dar-se pelo relato de história a respeito da existência, em baixo nível, da violência no bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos oportuno reviver que a inclinação para adentrar em um processo de investigação sobre uma organização não governamental partiu do contato que tivemos em 2016, ainda como professor do SENAC, com a Agência Reserva da Cidadania que tem seu estabelecimento no bairro de Itapoama. O dia a dia naquela instituição fez-nos refletir visões críticas sobre as suas atividades e o envolvimento das pessoas que ali estavam. Com isso, direcionamos nossas atividades para alcançarmos nosso objetivo geral, a saber que analisamos o papel da ONG Agência reserva da Cidadania, para o desenvolvimento local no bairro de Itapoama, Cabo de Santo Agostinho/PE, no que concerne à criação de redes sociais, de capital social, geração de renda e autonomia dos moradores e das moradoras.

Através das coletas e análises dos dados, utilizando-se dos procedimentos metodológicos propostos, observamos que alcançamos nossos objetivos específicos propostos nesta pesquisa, os quais foram: i) mapeamos as principais ações e atividades desenvolvidas pela ONG Agência Reserva da Cidadania, com foco na inclusão econômica e social de moradores do bairro de Itapoama; ii) identificamos as concepções de moradores do bairro de Itapoama em relação às ações da ONG Agência Reserva da Cidadania e a geração de autonomia e renda; iii) identificamos as redes sociais de colaboração da instituição estudada e iv) identificamos as relações das ações da ARdC com as práticas de turismo e de lazer do bairro de Itapoama.

Neste sentido, vimos que a instituição atua com práticas de inclusão social e geração de autonomia e renda para os moradores da região. As ações são realizadas por meio de grupos de trabalho formados por moradoras e moradores do referido bairro. Observamos que os trabalhos executados em cada grupo são diversificados e abrangem as áreas de turismo com os atrativos turísticos trabalhados e, por capacitar os moradores através de cursos e palestras, realizados em parcerias com instituições como o SENAC e SEBRAE; agricultura, com o trabalho realizado no grupo de quintais produtivos tendo a parceria do SENAR; corte e costura e artesanato, com a parceria do SENAI.

Ressaltamos ainda que os olhares, interesses e percepções apresentados pelos moradores e moradoras do bairro de Itapoama traduz a importância das

atividades captadas e executadas na ONG. Fica evidente nas falas das entrevistadas e dos entrevistados que eles e elas sentem-se incluídos durante os cursos e palestras oferecidas pela instituição. E se declaram mais preparados e confiantes para o mercado. Contudo, também observamos que é significativo o quantitativo de pessoas que ainda não possuem qualquer ligação com a ARdC, ou até mesmo apresentando desconhecimento da existência da ONG. Isso se apresenta para nós como fonte de reflexão a respeito da maneira como a ARdC vem se apresentando para a comunidade local, em termos de visibilidade para sua atuação em Itapoama. Entretanto, não fica evidente se o que ocorre para esta situação, se acontece por falta de um direcionamento de um trabalho mais arrojado em divulgação ou outras situações.

O que fica claro também para nós é que as ações de trabalho da ARdC diminuíram significativamente em razão da saída de grandes parceiros como a Odebrecht, Reserva do Paiva, Rota dos Coqueiros, em virtude da grande crise econômica que vivemos no país.

Cabe ressaltar que mesmo com as dificuldades existentes neste momento, observamos que existe uma rede de relacionamento entre as empresas, microempresas e profissionais autônomos com a ARdC, destacando-se as do segmento de turismo e lazer.

Por outro lado, vimos que o bairro de Itapoama não vem sendo contemplado através da gestão municipal de políticas públicas de turismo ou outras iniciativas que incentivem essa atividade no respectivo bairro. Como foi o caso dos incentivos advindos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em Porto de Galinhas que alocou recursos para o fomento do turismo nesta localidade com destaque para a formação e aproveitamento da mão de obra local. Na mesma direção, destacamos o Programa de desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR/NE, que trouxe iniciativas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo, aqui em Pernambuco, nos municípios de Recife, Olinda, Paulista, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré. Neste caso, os recursos foram alocados para a implementação de centros turísticos.

É necessário afirmar aqui que poder contar a história desta instituição e apresentar características do bairro de Itapoama foi um desafio e uma aventura muito prazerosos. Vimos que em inúmeros contextos, as ações de práticas realizadas pela ONG caracterizam-se como elementos agregadores nas vidas das participantes e dos

participantes. Alguns e algumas estão ali por uma busca de aprendizagem, reconhecimento e geração de renda agora e no futuro. Outros estão pelo fato do convívio social, pela fuga de problemas familiares, para buscar novos sentidos e significados para a vida com a vida. Mas, o que podemos ressaltar é que, independente da motivação para estarem lá, quem participa torna-se envolvido pelos processos de formação com visão de mercado e, principalmente com a visão de uma sociedade mais justa para a comunidade, para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. ABRAMOVAY, Ricardo (coordenador) In: **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In. Economia aplicada. São Paulo: FEA/USP, 2000.
- ANDRADE LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima. **Trabalho gênero e desemprego em Lagoa do Carro**. Territórios, Bogotá, 2005.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2000.
- ARRILLAGA, J. I. de. **Introdução ao Estudo do Turismo**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2000.
- BISSOLI, M. A. **A problemática econômica e social do espaço turístico**. Revista COMUNICARTE. Campinas, n. 16-17, p. 116-149, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- BRASIL. Lei 9790/1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências**. Brasília 1999. Acesso em 30 de julho de 2019.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Nossa cidade**. Cabo de Santo Agostinho: 2019. <https://www.cabo.pe.gov.br/nossa-cidade/>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.
- CALLOU, Angelo Brás Frnandes. Extensão Rural: polissemia e resistência. In: **Extensão Rural: polissemia e resistência**. Recife: Bagaço, 2007.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Metodologia qualitativa e método clínico qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos**. Unicamp, 2013.
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, Jose Antônio. **Agroecologia e extensão rural: Contribuição para a promoção do desenvolvimento local**. Porto Alegre: 2004.
- CARDOSO, R.; **Fortalecimento da Sociedade Civil**, in: IOSCHPE, E. B. (org). Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 2000, segunda edição, São Paulo, edição GIFE e editora Paz e Terra.

CARNEIRO LEÃO, Renata Sá. **As representações sociais dos moradores de Sítio dos Pintos sobre as políticas de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco para o desenvolvimento local**. 2012. 112 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE.;

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. - São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

_____, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David Org.). **A outra economia**. – Porto Alegre: Veras Editores, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2009

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory** – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.

COLEMAN, James S. **Capital Social y creación de capital humano**. In. HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de (Comps). **Capital Social**. Zona Abierta, 2001.

CONDEPE/FIDEM. Estudos econômicos: 2019. <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>. Acesso em 23 de julho de 2019.

COOPER, C. **Turismo, princípios e prática**. Org. Chris Cooper, John Fletcher, Stephen Wanhill, David Gilbert, Rebecca Shepherd; trad, Roberto Cataldo Costa – 2 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo e SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: IAPAR, 2002.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.
FIORINI, Carlos Gustavo; ZAMPAR, Antônio Carlos. **Cooperativismo e Empreendedorismo**. – Carapicuíba, SP: Pandorga, 2015

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**. – São Paulo: Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FRANCO, Augusto. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política: Millennium, 2001.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: Aed, 2002.

FAGOTTI, Licia Nara. **Associativismo e agricultura familiar**: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.9, n.1 e 2. 2017

Freeman, R. E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Massachusetts: Pitman, 1984.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro/RJ. 8ª edição. Paz e Terra. 1983.

FIGUEIREDO, Vanessa Chaves de. **Dificuldades de Gestão das Organizações Não Governamentais**: Uma Nova Configuração do Modelo de Trabalho. IV Encontro de gestão de pessoas e relação de trabalho. ANPAD, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CRH, Salvador. 2008.

_____. **Movimentos sociais no século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petropolis, Rio de Janeiro. 2008.

GRUBITS, S., NORIEGA, J. A. (Orgs.). **Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor Editora, 2004

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2003.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Desafios de um Processo em Construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998.

JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentabilidade—algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. **Gestão de desenvolvimento local sustentável**. Recife: EDUPE, 2007.

_____, Antônio David Cattani (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

LANDIN, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. *In* HADDAD, Sérgio. **ONGs e Universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. - São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

LAURENTINO, Auta Luciana. A rede construída por nós: extensão rural, novas ruralidades e cotidiano em Barra do Riachão, Pernambuco. Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad.: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre, Belo Horizonte: Editora Artes Médicas Sul Ltda., Editora UFMG, 1999.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Trabalho, gênero e desemprego em Lagoa do Carro. Territórios**, [S.l.], n. 13, 2010.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção**. Cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.405-430.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci.Inf. vol.33 no.3 Brasília Sept./Dec. 2004.

MARTINET, L.; MARTONE, C.; GIL, A. C. **Desafios à gestão de ONGs: OSCIPS do Grande ABC**. In: Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica, 3., 2006, Resende-RJ. Anais... Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2006. p. 1-12.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JR. Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. 2.ed. Berueri: Manole, 2012.

MELO, Eduardo Barbosa de. **Extensão rural e artesanato: o bordado manual de agricultoras do sítio Varjada, Passira PE**. Dissertação de Mestrado. POSMEX - UFRPE, 2007.

MELO, Mariana Felix de. **ONGS e relações institucionais: primeiro, segundo e terceiro setores**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 52, N. 1, p. 88-99, jan/abr 2016

MELO NETO; FROES, Francisco Paulo de, e César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**, Rio de Janeiro, Quality Mark. 2002.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 76 – 84.

MINAYO, Maria. C. S (Org.): **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. - São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

MULLER, Lamartine Pereira da Costa. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

OLIVEIRA, Cassio dos Santos e; GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta; MARQUES, Sílvio César Moral. **Processo de Formatação de Atrativos Turísticos Sustentáveis**. Turismo em análise. Vol. 26, n.3, 2015

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. São Paulo. Pontes, 1999.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

PEDROSA, Cristiana Diniz. **Organização não governamental e desenvolvimento local**: Desvelando os sentidos construídos pela comunidade de Mercês, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Dissertação de Mestrado. PPG Extensão Rural e Desenvolvimento Local - UFRPE, 2008.

PIRES, Alexandre Henrique Bezerra. A abordagem agroecológica na Extensão rural: ferramenta político-metodológica para reflexões sobre o desenvolvimento local. In LIMA, Irenilda S. L. (Org). **Extensão rural e o desenvolvimento local**: uma proposta metodológica para a relação da teoria e prática. EDUFRPE. 2012.

PIZZANI, Luciana; et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do Conhecimento**. Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação. Campinas, v. 10, n. 1, p.53-66. 2012

PONCHIROLLI, Osmar. **O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo**. UFSC. Florianópolis, 2000.

Powell, Walter W. & Smith-Doerr, Laurel. **Networks and economic life**. In: Smelser, Neil J. & Swedberg, Richard (eds.). The handbook of economic sociology. 1994.]

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____, Robert D. **Bowling alone: America's declining social capital**. Journal of Democracy. v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995.

_____, Robert D. **La comunidad próspera**. El capital social y la vida pública. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de (Comps). Capital Social. Zona Abierta, 2001.

RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana. **Desenvolvimento local, turismo e lazer no agreste central de Pernambuco**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

SAMPIERI, Roberto H., COLLADO, Carlos F. e LUCIO, Maria del Pilar B. **Metodología de la investigación**. México D.F.: Mc Graw Hill, 2010.

SEBRAE/SP. **Termo de referência para atuação no turismo receptivo**. São Paulo: SEBRAE-SP, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, João Paulo da. **Hibridização cultural, turismo rural e desenvolvimento local no engenho Itamatamirim, em Pernambuco**. Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2010.

SILVA, Josilene Henriques da. **O desenvolvimento local e as novas ruralidades analisados a partir do turismo em unidades de conservação**: a experiência da Associação dos Guias de Turismo do Catimbau, Buíque, Pernambuco Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2013.

SILVA, Josinaldo José da. **Agricultura familiar de base ecológica**: importância socioeconômica e ambiental para promoção do desenvolvimento local de zona rural em Lagoa de Itaenga – PE. Programa de pós graduação em gestão do desenvolvimento local sustentável – GDLS – Universidade de Pernambuco Recife, 2016.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE Recife, 2015.

SUAPE. **O que é SUAPE**: 2019. <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape> Acesso em 13 de agosto de 2019

SZAZI, Eduardo. **Terceito setor**: temas polêmicos. São Paulo: Peirópolis, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.), ALMEIDA, Laurinda Ramalho e BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TAUK SANTOS, Maria Salete.; CALLOU, A. B. F. **Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local**. in SIGNO – Revista de comunicação integrada. Joao pessoa, ano 2, n. 03, p. 422-47, set. 1995

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade**: Tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2001.

ZINGONI, Patrícia. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MULLER, Lamartine Pereira da Costa. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO A: Estatuto social da Agência de desenvolvimento local da reserva da cidadania

ESTATUTO SOCIAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA RESERVA DA CIDADANIA

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E DURAÇÃO

Art. 1º. A Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania, doravante denominada de Reserva da Cidadania, é uma entidade civil de direito privado, sem divisão de lucros e sem fins econômicos e ou lucrativos, com duração indeterminada e com autonomia financeira, administrativa e patrimonial, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação específica aplicável.

§ 1º. A Reserva da Cidadania não tem caráter político-partidário, devendo ater-se às suas finalidades estatutárias;

§ 2º. A Reserva da Cidadania é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações relativos à cor, etnia, gênero, credo, classe social, concepção política – partidária ou filosófica – e nacionalidade em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.

§ 3º. A Reserva da Cidadania executará suas finalidades com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 4º. A Reserva da Cidadania adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

§ 5º. A Reserva da Cidadania buscará, no desenvolvimento de suas iniciativas, a profissionalização de seus processos de forma a sempre aperfeiçoar sua gestão institucional.

CAPÍTULO II DA SEDE, DO FORO E DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Art. 2º. A Reserva da Cidadania tem foro na Comarca de Cabo de Santo Agostinho, Estado Pernambuco, sede localizada na Rua Pastor Luiz Deodato Pereira, nº 11, Praia de Itapuama, Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, CEP 54.590-000, podendo desenvolver atividades em todo o território nacional ou fora dele, através de agências, escritórios, núcleos ou representações.

Art. 3º. A abrangência territorial da Reserva da Cidadania é o Município de Cabo de Santo Agostinho.

Art. 4º. A Reserva da Cidadania terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

CAPÍTULO III DA MISSÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 4º. A Reserva da Cidadania tem por missão apoiar o desenvolvimento local sustentável do território do Cabo de Santo Agostinho por meio do empreendedorismo social, econômico, cultural e ambiental. Para realização de sua missão, seus objetivos sociais são: I – Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; Fomento ao Empreendedorismo: Capacitação, Finanças Solidárias e Comercialização; II – Fortalecimento do Turismo; III – Fortalecimento do Esporte, Bem-Estar e Lazer; IV – Promoção da cultura, defesa, resgate e conservação do patrimônio histórico e artístico; V – Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, além de educação ambiental

Art. 5º. Para consecução de seus objetivos sociais, a Reserva da Cidadania priorizará as seguintes atividades:

- a) Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
- b) Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
- c) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
- d) Serviços de assistência social sem alojamento
- e) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
- f) Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
- g) Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
- h) Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
- i) Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
- j) Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

Mandado Luciano Lima
OAB/PE, 14344

1/1
8.
92

- k) Atividades de associações de defesa de direitos sociais
l) Atividades associativas não especificadas anteriormente

§ 1º. Para execução de suas atividades previstas neste artigo, a Reserva da Cidadania apresentará projetos e estabelecerá parcerias, firmará convênios ou contratos e articular-se-á pela forma conveniente com instituições de ensino e demais órgãos, entidades ou empresas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que fortaleçam a rede de colaboradores para o desenvolvimento sustentável do município do Cabo de Santo Agostinho.

§ 2º. A Reserva da Cidadania se dedica às suas atividades por meio de:

- I - execução direta de projetos, programas ou planos de ações,
II - doação de recursos físicos, humanos e financeiros;
III - prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.
IV - cursos, seminários, conferências, palestras, simpósios, fóruns e congressos nas áreas afins;
VI - publicações técnicas e didáticas relativas aos temas afins, bem como editá-las e distribuí-las;
VII - assessoria e consultoria, nas áreas de atuação da Reserva da Cidadania, através de seus associados, a entidades públicas e privadas.

§ 3º. A Reserva da Cidadania não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

CAPÍTULO IV DO QUADRO SOCIAL

SEÇÃO I DOS ASSOCIADOS

Art. 6º. O quadro social da Reserva da Cidadania será composto por número ilimitado de sócios pessoas físicas e jurídicas de qualquer natureza, que se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I – Fundadores;
II – Contribuintes;
III – Beneméritos.

Parágrafo Único. A Reserva da Cidadania contempla, em sua composição estatutária, a participação de pessoas físicas e jurídicas do Setor Privado e da Sociedade Civil.

Art. 7º. Os associados Fundadores são os signatários da ata de fundação da Reserva da Cidadania, aos vinte e dois de março de 2017, Cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

§ 1º. O associado Fundador Pessoa Jurídica de Direito Privado, pagará uma contribuição mensal, cujo valor e forma serão estipulados no Regimento Interno.

§ 2º. O associado Fundador Pessoa Física pagará uma contribuição mensal, cujo valor e forma serão estipulados no Regimento Interno.

§ 3º. O associado Fundador Pessoa Jurídica de Direito Privado será representado por seu dirigente máximo, ou outra pessoa por ele delegada, nomeados oficialmente pelo dirigente;

Art. 8º. Os associados Contribuintes são Pessoas Físicas ou Pessoas Jurídicas de Direito Privado, ligadas às atividades relacionadas aos objetivos da Reserva da Cidadania, declinados no presente Estatuto.

§ 1º. O associado Contribuinte é aquele que tiver seu nome aprovado pela Diretoria da Reserva da Cidadania após análise dos requisitos estabelecidos em seu Regimento Interno.

Mandol Luciano Lima
OAB/PE 14344

§ 2º. O associado Contribuinte Pessoa Jurídica de Direito Privado será representado por seu dirigente máximo, ou outra pessoa por ele delegada, nomeados oficialmente pelo dirigente;

§ 3º. O associado Pessoa Física e ou Empreendedor Individual não pode ser representado por procurador.

§ 4º. O associado Contribuinte Pessoa Jurídica de Direito Privado pagará uma contribuição mensal, cujo valor e forma serão estipulados no Regimento Interno.

§ 5º. O associado Pessoa Física e ou Empreendedor Individual pagará uma contribuição mensal, cujo valor e forma serão estipulados no Regimento Interno.

§ 6º. O associado Contribuinte Pessoa Jurídica atestará sua adesão de associado via celebração de Termo de Convênio.

Art. 9º. Os associados Beneméritos são aqueles, distinguidos dentre as Pessoas Físicas, que colaboraram efetivamente no desenvolvimento das atividades da Reserva da Cidadania sendo seus nomes submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. O associado Benemérito está isento do pagamento de contribuições, tendo direito a voz, mas sem direito a voto.

Art. 10. Os Associados Fundadores e Contribuintes eleitos para compor a Diretoria Executiva da Reserva da Cidadania estarão isentos da contribuição associativa durante o período de sua gestão.

Art. 11. Nenhum associado poderá representar mais de uma entidade, empresa ou categoria.

Parágrafo único. É vedado o voto por procuração.

Art. 12. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Art. 13. A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficiente, a cobrir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

SEÇÃO II DOS DIREITOS, DOS DEVERES E DO DESLIGAMENTO DOS ASSOCIADOS

Art. 14. Constituem direitos dos associados Fundadores, Contribuintes e Beneméritos, observadas as restrições contidas neste Estatuto:

- I – participar da Assembleia Geral, das suas discussões e deliberações;
- II – eleger e ser eleito para os cargos da associação;
- III – participar das reuniões, dos eventos e das iniciativas da Reserva da Cidadania;
- IV – participar prioritariamente das ações promovidas pela Reserva da Cidadania;
- V – apresentar e executar projetos que respondam às diretrizes deste Estatuto e do Planejamento Estratégico.

Art. 15. Constituem deveres dos associados Fundadores, Contribuintes e Beneméritos, observadas as restrições contidas neste Estatuto:

- I – responder proativamente às orientações e estímulos da Reserva da Cidadania;
- II – atuar no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos e metas previstas no Planejamento Estratégico;
- III – zelar pelo patrimônio e pela reputação da Reserva da Cidadania;
- IV – cumprir as normas contidas neste Estatuto, no Regimento Interno e nas deliberações emanadas do órgão dirigente da Reserva da Cidadania;
- V – pagar com pontualidade as contribuições estipuladas no Regimento Interno;
- VI – manter em dia suas obrigações para com a Reserva da Cidadania, definidas neste Estatuto e no Regimento Interno;

Manoel Luciano L...
DAB/PE 14344

VII – participar das reuniões e das Assembleias, exercendo corretamente seu direito de voto.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações previstas neste Estatuto impedirá o exercício do direito de voto e poderá acarretar penas de advertência, suspensão ou desligamento, observado o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno da Reserva da Cidadania.

Art. 16. O associado poderá ser desligado da Reserva da Cidadania, nos seguintes casos:

- I – por renúncia, caso esteja em dia com suas obrigações estatutárias;
- II – por falta de pagamento das contribuições por mais de três – 03 – meses consecutivos ou cinco – 05 – alternados;
- III – por representar ou servir a interesses opostos aos da Reserva da Cidadania, mediante a prévia análise e deliberação da Assembleia Geral.

§ 1º. Quando deliberado o desligamento pela Assembleia Geral será assegurado ao associado, através de procedimento administrativo, na forma estabelecida em Regimento Interno, o amplo direito de defesa e de recurso à Assembleia Geral.

§ 2º. O associado será informado sobre a decisão da Assembleia Geral por carta registrada ou protocolada.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 17. Os órgãos de administração da Reserva da Cidadania são:

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;

Art. 18. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus sócios, não serão remunerados pelo exercício de seus cargos, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

Art. 19. A Reserva da Cidadania não distribui entre seus associados, Conselheiros, Diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais – brutos ou líquidos – dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, os quais são aplicados integralmente na consecução dos objetivos da Reserva da Cidadania.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 20. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo e soberano da Reserva da Cidadania, constituída pelos seus associados, Fundadores e Contribuintes, em dia com seus deveres e em pleno gozo de seus direitos estatutários, convocados com antecedência mínima de sete (7) dias, mediante edital de convocação publicada em meios eletrônicos e/ou entregue em mãos sob protocolo.

§ 1º. A Assembleia Geral será presidida por um membro da Diretoria e secretariada por um associado selecionado pelo presidente na abertura dos trabalhos.

§ 2º. No tratamento de qualquer matéria, a Assembleia Geral buscará o consenso entre seus membros ou, caso não alcançado, a mesma será levada à votação.

§ 3º. Ocorrendo empate, em qualquer matéria levada à votação, a nova decisão será tomada, através de votação seguinte, por maioria simples (50% + 1).

§ 4º. Cada associado terá direito a um voto.

Art. 21. A Assembleia Geral reunir-se-á:

- I – ordinariamente, em data e local definido pelo Calendário Anual, uma vez por ano;
- II – extraordinariamente em lugar e mês definido pela Diretoria, quando convocada pela diretoria, pelo conselho fiscal e por requerimento de 1/5 dos associados em dia com suas obrigações.

Manoel Luciano Lima
OAB/PE 14344

Art. 22. A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira chamada com a presença mínima de um terço – 1/3 – de seus membros ou em segunda chamada, trinta – 30 – minutos após, com qualquer número de associados, validada sua decisão pelo consenso, ou pela maioria simples dos votos válidos, ressalvados os casos previstos neste Estatuto.

Art. 23. Compete à Assembleia Geral:

- I – A convocação para a Assembleia Geral será com antecedência mínima de sete – 7 – dias quando não houver eleição e de trinta – 30 – dias para eleição, publicada nos meios eletrônicos ou entregue sob protocolo.
 - II – Na convocação referida no parágrafo anterior, além das informações habituais de local e horário, deverá sempre constar a pauta dos assuntos e serem tratados.
 - III – aprovar o Planejamento Estratégico submetido pela diretoria executiva;
 - IV – aprovar ou rejeitar os relatórios financeiros e contábeis, após o parecer do Conselho Fiscal e relatório anual da diretoria;
 - V – homologar, após o parecer do Conselho Fiscal, as operações financeiras, os contratos especiais e a movimentação de patrimônio;
 - VI – homologar sobre os assuntos estratégicos apresentados pela Diretoria;
 - VII – homologar todas as operações que envolvam o comprometimento econômico-financeiro da Reserva da Cidadania, quando superior a cinquenta – 50 – salários mínimos, nacional vigente;
 - VIII – alterar ou reformar o Estatuto;
 - IX – eleger representantes, entre os associados Fundadores e Contribuintes, para integrar a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
 - X – substituir ou destituir, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
 - XI – decidir sobre a extinção da Reserva da Cidadania e o destino do patrimônio remanescente.
 - XII – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
 - XIII – aprovar o Regimento Interno
- Parágrafo Único. As atas da Assembleia Geral serão lavradas por Associado indicado pelo Presidente da Assembleia na ocasião.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 24. A Diretoria Executiva é o órgão administrativo da Reserva da Cidadania será constituída:

- I – Diretor Presidente;
- II – Diretor de Projetos;
- III – Diretor Administrativo-Financeiro;

Art. 25. A Diretoria Executiva terá seu mandato de 03 (três) anos, eleitos em reunião da Assembleia Geral, pela maioria dos votos. Sendo permitida uma reeleição.

Parágrafo Único – O Diretor Presidente, em seus impedimentos, será substituído pelo Diretor Administrativo-Financeiro, que deverá executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo titular.

Art. 26. Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

Art. 27. A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 28. Compete à Diretoria Executiva:

- I. Gerir a instituição, podendo praticar todos os atos necessários;

Mandei Lucilatho Lima
OAB/PE 14344

- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as demais normas internas;
- III. Elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- IV. Executar a programação anual de atividades da Instituição;
- V. Elaborar o relatório anual e apresentá-lo à Assembleia Geral;
- VI. Reunir-se com instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VII. Criar, mediante autorização do Conselho de Associados, quantas Diretorias ad-hoc julgar necessárias ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo seus diretores.
- VIII. Contratar e demitir funcionários para pleno funcionamento da organização;

Art. 29. Compete ao Diretor Presidente:

- I. Representar a Instituição ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente perante entidades públicas e privadas e demais instituições não expressas neste estatuto, inclusive consórcios;
- II. Praticar todos os demais atos relativos aos movimentos financeiros e bancários, sempre em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, especialmente abrir e movimentar contas, emitir, assinar e endossar cheques;
- III. Convocar e presidir as Assembleias Gerais ou designar substituto;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V. Resolver os casos urgentes e omissos, submetendo-os posteriormente à ratificação do Conselho de Associados;
- VI. Representar a Reserva da Cidadania, perante Instituições bancárias para abrir, encerrar e movimentar contas; emissão, assinatura e endosso de cheques; ordem de saques, fazer depósitos e retiradas mediante recibos, autorizar débitos, fazer transferências de pagamentos por meio de cartas ou transferências eletrônicas, assinar contratos de câmbio, providenciar abertura de crédito, fazer aplicações e resgates de aplicações, requerer talões de cheque e pedir extratos; conjuntamente com o Diretor de Administração e Finanças;

Parágrafo único: é facultado ao Diretor Presidente convidar até duas pessoas, entre os associados, para exercerem cargo de diretores especiais, sem direito a voto nas reuniões de Diretoria Executiva, para assessorá-lo na elaboração do planejamento estratégico da entidade e buscar novas oportunidades para o desenvolvimento das atividades sociais.

Art. 30. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato de Presidente em caso de vacância, até seu término;
- III. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- IV. Emitir, assinar e endossar cheques, bem como praticar todos os demais atos relativos aos movimentos financeiros e bancários sempre em conjunto com o Diretor Presidente;
- V. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- VI. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- VII. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VIII. Manter atualizado o cadastro de associados;
- IX. Manter todo o numerário disponível em caixa em estabelecimento bancário;
- X. Representar a Reserva da Cidadania perante Instituições bancárias para abrir, encerrar e movimentar contas; emissão, assinatura e endosso de cheques; ordem de saques, fazer depósitos e retiradas mediante recibos, autorizar débitos, fazer transferências de pagamentos por meio de cartas ou transferências eletrônicas, assinar contratos de câmbio, providenciar abertura de crédito, fazer aplicações e resgates de aplicações, requerer talões de cheque e pedir extratos; conjuntamente com o Diretor Presidente;

Art. 31. Compete ao Diretor de Projetos:

- I. Secretariar as atividades e reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- II. Prospeccionar e/ou supervisionar projetos e parcerias;
- III. Autorizar e revisar projetos de captação de recursos;

Marcos Luciano Lima
OAB/PE 14344

IV. Publicar e divulgar todas as notícias das atividades da entidade.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal será formado por três membros, escolhidos pela Assembleia Geral, eleitos dentre os associados em dia com suas obrigações Estatutárias e Regimentais e em pleno gozo de seus direitos e terá mandato com duração de três anos com direito a uma reeleição.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter grau de parentesco entre si, nem entre os membros do Diretoria Executiva.

Art. 33. O Conselho Fiscal terá um Coordenador.

§ 1º. O Conselho Fiscal elegerá seu Coordenador na primeira reunião subsequente à escolha de seus membros.

§ 2º. As atas do Conselho Fiscal serão lavradas pelo secretário, "ad hoc".

Art. 34. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente Semestralmente.

Parágrafo Único. O Coordenador do Conselho Fiscal apresentará o parecer à Assembleia Geral subsequente à sua emissão.

Art. 35. O Conselho Fiscal se reunirá extraordinariamente sempre que for necessário, mediante convocação de seu coordenador, ou da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A convocação da reunião extraordinária será publicada no site oficial da Reserva da Cidadania, ou encaminhado sob registro pelo correlo, ou entregue sob protocolo, ou com cópias afixadas em lugares visíveis, com antecedência mínima de sete dias e com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 36. O Conselho Fiscal tem por objetivo:

I – fiscalizar as operações, atividades e serviços da Reserva da Cidadania, no que se refere à adoção de práticas da gestão administrativa e financeira, necessárias e suficientes para preservar a sanidade econômico-financeira da instituição no exercício de suas atribuições e para o cumprimento da missão e a consecução dos objetivos e metas dos planos, programas e projetos do Planejamento Estratégico;

II – assegurar a prática de processos éticos que previnam e coibam a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência do seu processo decisório;

III – acompanhar o movimento contábil semestral da Reserva da Cidadania, devendo aprovar, até o dia vinte – 20 – de março de cada ano, as contas da Reserva da Cidadania, referente ao exercício anterior.

Art. 37. São competências do Conselho Fiscal:

I – analisar e emitir parecer sobre as contas da Reserva da Cidadania, com a documentação contábil de cada período fiscal, em consonância com o orçamento aprovado e conformidade com o disposto na legislação em vigor;

II – encaminhar para análise e homologação da Assembleia Geral do mês de março do ano subsequente, a Prestação de Contas do exercício findo com respectivo parecer;

III – apurar se existem exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

IV – estudar o Balancete Contábil semestral, emitindo e submetendo o parecer à Assembleia Geral;

V – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade

VI – convocar reuniões extraordinárias deste Conselho Fiscal, se ocorrer motivos graves ou urgentes;

VII – exigir a apresentação do Balancete Contábil semestral e da Certidão Negativa de Débitos junto à Previdência Social e ao Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, colocando-os à disposição para exame de qualquer associado;

Manoel Luciano
OAB/PE 14344

VIII – conferir se a Prestação de Contas, de todos os recursos e bens de origem pública, recebidos pela Reserva da Cidadania, é realizada conforme determina o Parágrafo Único do artigo 70 da Constituição Federal;

IX – verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, quantidade e valor, às previsões feitas e à capacidade econômico-financeira da Reserva da Cidadania;

X – verificar se o recebimento dos créditos e verbas é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;

XI – verificar se as normas de prestação de contas a serem observadas pela Reserva da Cidadania estão em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

Parágrafo único. Após análise das contas e documentos, o Conselho Fiscal emitirá parecer, informando as conclusões dos seus trabalhos e relatando irregularidades se constatadas, e o submeterá à Assembleia Geral, na forma deste Estatuto.

Art. 38. Perdem o mandato e a participação no Conselho Fiscal o representante que:

I – for desligado da Reserva da Cidadania;

II – sem justificativa prévia, faltar a duas reuniões consecutivas ou três reuniões alternadas em um ano.

Parágrafo único. Conselho Fiscal convocará o suplente para a substituição do cargo vago no Conselho Fiscal, sendo o tempo de mandato do conselheiro suplente equivalente à complementação do mandato do Conselheiro substituído.

Art. 39. O Conselho Fiscal poderá contratar serviços de auditoria ou de técnicos especializados para exames dos livros de contabilidade e dos documentos, nos termos da Lei, submetendo previamente seus custos à Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI DO REGIME FINANCEIRO

Art. 40. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 41. No caso de projetos ou programas cuja execução exceder a um exercício, será consignadas verbas necessárias para o suprimento com a sua continuidade no exercício seguinte, de acordo com o Cronograma de desembolso financeiro do projeto.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO E RENDAS

Art. 42. Constitui patrimônio da Reserva da Cidadania todos os bens que ela, a qualquer título, adquirir em propriedade.

Art. 43. Constitui rendas da Reserva da Cidadania:

I – Contribuições dos Associados Fundadores e Contribuintes, com valor e forma de pagamento a serem estabelecidos no Regimento Interno;

II – Legados e doações, subvenções, verbas, auxílios que lhe forem destinados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado;

III – Dotações ou subvenções anuais diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos públicos da administração direta e indireta;

IV – Produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;

V – Rendas em seu favor, constituídas por terceiros;

VI – Rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros que lhe forem conferidos, bem como provenientes da administração financeira de seus recursos;

VII – Juros bancários e outras receitas de capital;

VIII – Valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;

IX – Demais espécies.

Maurício Kubiano Lima
OAB/PE 14344

§ 1º. Todos os associados se empenharão no sentido de conquistar novos associados, captar recursos, atrair capitais e investimentos para a formação de ativos e capital de giro, indispensáveis ao cumprimento da missão e ao alcance dos objetivos e metas previstas nos projetos e ações do Planejamento Estratégico.

§ 2º. Para sustentar suas atividades permanentes, a Reserva da Cidadania constituirá Fundos, cada um com regulamentação própria, servindo os Programas do Planejamento Estratégico, preparada pela Diretoria Administrativo-Financeira.

§ 3º. Caberá a Diretoria Administrativo-Financeira, na qualidade de gestor dos recursos financeiros da Reserva da Cidadania, preparar e encaminhar os relatórios e as prestações de contas relativas a cada convênio, contrato ou equivalente para cada uma das instituições de origem ou fonte, que contribuíram com recursos.

Art. 44. O patrimônio e as rendas da Reserva da Cidadania somente poderão ser utilizados na realização de suas finalidades, permitida, contudo, sua vinculação, arrendamento, aluguel e ou alienação, observadas as exigências legais deste Estatuto e Regimento Interno.

§ 1º. Quaisquer aquisições com ônus ou encargos somente serão aceitas após manifestação da Diretoria Executiva, que poderá levar para apreciação da Assembleia.

§ 2º. A contratação de empréstimos financeiros através de instituições financeiras ou de particulares, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

§ 3º. A alienação de bens móveis para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados será decidida pela Diretoria Executiva.

§ 4º. A alienação de bens imóveis para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados dependerá de prévia aprovação da Diretoria e homologação da Assembleia Geral.

Art. 45. A Reserva da Cidadania não é permitida a distribuição de rendas, bonificação ou vantagens para seus associados, sendo sua renda aplicada integralmente na manutenção e na continuidade do desenvolvimento de suas finalidades, bem como na remuneração de profissionais e especialistas necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento de seus trabalhos.

Art. 46. No caso da extinção da Reserva da Cidadania, seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei Federal nº. 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social. Na ausência de tal instituição, será incorporado a uma instituição congênere da região mais próxima, que estiver em efetivo funcionamento, escolhida pelo voto da maioria simples da Assembleia Geral, e, na ausência de tal instituição, pelo Poder Judiciário do Foro competente.

Parágrafo único. No caso da Reserva da Cidadania obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei Federal nº. 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Os associados da Reserva da Cidadania respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais da entidade. Os administradores da Reserva da Cidadania respondem solidariamente perante a mesma e aos terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Art. 48. A Reserva da Cidadania pode remunerar os associados, integrantes ou não de seus órgãos de administração, desde que prestem serviços específicos na execução de projetos cujas ações respondam às diretrizes deste Estatuto e do Planejamento Estratégico e colaborem para a consecução dos seus objetivos e metas, respeitados os valores praticados pelo mercado da região.

Art. 49. Os empregados admitidos pela Reserva da Cidadania serão através de Contrato de Prestação de Serviços ou pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 50. As prestações de contas da Reserva da Cidadania observarão no mínimo o previsto neste estatuto.

I – Os princípios fundamentais da Contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;

Mandato Luciano Lima
CAR/PE 14344

[Handwritten mark]

II – A publicidade, por qualquer meio eficaz, por ocasião do encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Reserva da Cidadania; incluindo certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública eventualmente recebidos será feita conforme determina o Parágrafo Único do artigo 72 da Constituição Federal.

Art. 51. A Reserva da Cidadania não concederá aval, fiança ou qualquer outra garantia que envolva responsabilidade para a entidade, exceto no que se relacione exclusiva e estritamente às operações essenciais à sua sobrevivência, ao cumprimento de sua missão ou à consecução de seus objetivos e metas, ainda assim, mediante prévia recomendação da Diretoria Executiva.

Art. 52. A estrutura administrativa apresentada neste Estatuto segue detalhada no Regimento Interno, bem como sua implantação, que contempla ações de curto, médio e longo prazo.

Art. 53. A Reserva da Cidadania aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território do Cabo de Santo Agostinho.

Art. 54. A Reserva da Cidadania aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Art. 55. No prazo de trinta dias antes da conclusão dos mandatos da Diretoria Executiva, o diretor presidente reunirá a Assembleia Geral e providenciará a eleição dos representantes dos associados Fundadores e Contribuintes para compor o novo Conselho.

Art. 56. É garantido a um terço dos associados o direito de convocar quaisquer órgãos deliberativos da Reserva da Cidadania.

Art. 57. As disposições Estatutárias poderão ser alteradas ou suprimidas, sempre que houver justificado motivo, no interesse da Reserva da Cidadania ou para atendimento a normas legais, e se farão mediante a convocação de seus associados, através da Assembleia Geral Extraordinária, na forma que dispõe este Estatuto.

Art. 58. A Reserva da Cidadania será dissolvido quando se constatar que não mais apresenta as condições técnicas, operacionais e ou financeiras adequadas à realização dos fins para os quais foi criada.

Art. 59. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Cabo de Santo Agostinho para sanar possíveis dúvidas.

Art. 60. O presente Estatuto foi lido e aprovado pelos associados da Reserva da Cidadania, e entrará em vigor após seu registro no Cartório competente.

Cabo de Santo Agostinho, 22 de março de 2017



Eliano Ap. Leopoldino
Diretor Presidente

Coliete da Silva Lopes
Diretor de Projetos

João Pinheiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Márcio Luciano Lima
OAB/PE 14344

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Hedejoso Torres de Sá
Rua da Adm. de Santo Agostinho, 118 - Cururu - CEP 54.000-000 - Cabo de Sto. Agostinho, PE - Fone: (81) 3571.8022 - Fax: (81) 3221.0023

Reconheço por semelhança a *assinatura* de ELIANA APARECIDA LEOPOLDINO com (6). Em test. da verdade. *Katia Cristina*
Escritante: KATIA CRISTINA PINHEIRO NEVES
Eml. 3,88; TQR R\$ 0,70; FIC R\$ 0,30 Total R\$ 4,68
Selo: 0150615.UFU06201701.02771 06/07/2017 11:30:49
Consulte autenticidade em www.tire.ius.br/selodigital.



ATA DA SEGUNDA ALTERAÇÃO DE FUNDAÇÃO DA RESERVA DA
CIDADANIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E
EMPREENDEDORISMO SOCIAL.



No dia 14 maio de 2019, na sede da Reserva da Cidadania Agência de Desenvolvimento Humano e Empreendedorismo Social, inscrita no CNPJ sob nº28.442.273/0001-05, no endereço: Avenida José Luiz Rocha Nº138 no bairro de Itapuama na cidade do Cabo de Santo Agostinho no estado de PE, conforme estatuto registrado, uma entidade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e atividade não econômica, por tempo indeterminado. Estando presente a Diretoria eleita, Eliana Aparecida Leopoldino, documento CPF:131.307.258-30 para o cargo de Diretora Presidente; Joaquim Soares Neto, documento CPF:005.035.844-87, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro; e Eliete da Silva Lopes, documento CPF:306.893.924-00, para o cargo de Diretora de Projetos, todos já qualificados nesta ata, sendo os nomes aprovados sem objeções pelos presentes. Apresentação do Conselho Fiscal, dos nomes de Renata Felix, documento CPF:770.273.614-34; Thiago Abílio Barbosa, documento CPF:044.891.684-38 e, Arlene Martim Jacintho Ribeiro, documento CPF:057.158.708-95, anteriormente qualificados nesta ata.

Reuniram-se Diretoria Executiva e Conselho fiscal, juntamente com a Diretora de Articulação Produtiva Olivia Regina de Azevedo Catão, documento CPF124.154.198-18 e Diretor Operacional Oziel José Tibúrcio de Melo, documento CPF023.897.064-79 para (I) **Alteração das funções da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.**

Foi apresentado o Estatuto, a ATA e o Regimento Interno e realizado a leitura com todos presentes acompanhando a sua apresentação.

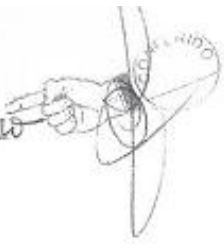
Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, os presentes deliberaram, por unanimidade: pela alteração das funções da Diretoria Executiva, por motivo de responsabilidade nas funções conforme as atividades exercidas: Eliete da Silva Lopes, documento CPF:306.893.924-00, para o cargo de Diretora Presidente, Eliana Aparecida Leopoldina, documento CPF:131.307.258-30 para o cargo de Diretora de Projetos, Joaquim Soares Neto, documento CPF:005.035.844-87, permanece o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro. Conselho Fiscal por motivo de estarem sem condições de estarem presentes nas reuniões e nas atividades voluntárias da entidade, por motivo de compromissos profissionais, senhor Thiago Abílio Barbosa, documento CPF:044.891.684-38 e senhora Renata Felix, documento CPF:770.273.614-34, serão substituídos pelo senhor Oziel José Tibúrcio de Melo, documento CPF023.897.064-79 e a senhora Olivia Regina de Azevedo Catão, documento CPF124.154.198-18.

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, sendo assinada por todos os presentes (lista de presença anexa).

Eliana Ap. Leopoldino

Eliana Aparecida Leopoldino

Diretora Presidente



Arlene M. Jr.

Arlene Martim Jacintho Ribeiro

Secretária da Assembleia Geral

Ata dos Associados presentes na Reunião da segunda Alteração do Estatuto da entidade Reserva da Cidadania Agência de Desenvolvimento Humano e Empreendedorismo Social do município do Cabo de Santo Agostinho - PE - Brasil. Na data de 14 de maio de 2019.

Assinaturas	
1	<i>Oziel José Tibúrcio de Melo.</i>
2	<i>Eliana Ap. Leopoldino</i>
3	<i>Leopoldo Soares Filho</i>
4	<i>Luizete da Silva Lopes</i>
5	<i>Arlene M. Jr.</i>
6	<i>Olivia Regina de Aguiar Torres</i>
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

10 Serviço Notarial e Registral - Prefeitura Torres de Sã - Brasil

Protocolado sob o nº 22193 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 4241, em 23/05/2019 10:54:42.
 Selo 0150815.NEM10201803.01450. Emof. R\$ 43,57 TSNR
 R\$ 10,25, 10% para o FERC, 2% para o FUNSEG, 1% para o PERM, 5% para o ISS ILDEFONSO TORRES DE Sã
 Oficial Registrador.

Assaev

JACQUELINE RAFAELA CANDIDO DE OLIVEIRA
 Escrevente
 Selo: 0150815.GAND4201901.03517

ILDEFONSO TORRES DE Sã
 Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE

CARTÓRIO - 1º OFÍCIO
 Ildefonso Torres de Sã
 Teófilo
 Ana Rosa de Vasconcelos Alves
 Várzea Mª do A. Falcão
 Substância
 Cabo de S.º Agostinho - PE

10 Serviço Notarial e Registral - Prefeitura Torres de Sã - Brasil

Reconheço Por Semelhança a firma de ELIANA APARECIDA LEOPOLDINO dou fe Em test. da verdade. Emof. R\$ 3,39. TSNR R\$ 0,00. FERM R\$ 0,04. FUNSEG R\$ 0,08 FERC R\$ 0,40. ISS R\$ 0,20 Total R\$ 4,91
 22/05/2019 12:08:07

JACQUELINE RAFAELA CANDIDO DE OLIVEIRA
 Escrevente
 Selo: 0150815.GAND4201901.03517

ILDEFONSO TORRES DE Sã
 Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE

ANEXO B: Regimento interno da Agência de desenvolvimento local da reserva da cidadania

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas



REGIMENTO INTERNO

RESERVA DA CIDADANIA – AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO E
EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Documento que disciplina o funcionamento da Reserva da Cidadania – Agência de Empreendedorismo Social, Organização da Sociedade Civil sem fins de lucro registrada no CNPJ 28.442.273/0001-05, conforme definição

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

SUMÁRIO

<u>REGIMENTO INTERNO</u>	1
<u>SUMÁRIO</u>	2
<u>CAPÍTULO I – DO REGIMENTO E SEU OBJETIVO</u>	3
<u>CAPÍTULO II – DA INSTITUIÇÃO</u>	3
<u>CAPÍTULO III – DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL</u>	3
<u>CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO</u>	4
<u>CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</u>	4
<u>CAPÍTULO VII – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA</u>	5
<u>CAPÍTULO VIII – DA FORMA DE ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS</u>	6
<u>CAPÍTULO IX – DA FORMA DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS</u>	7
<u>CAPÍTULO X – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO QUADRO DE PROFISSIONAIS</u>	8
<u>CAPÍTULO XI – DOS FUNDOS E RESERVAS FINANCEIRAS</u>	8
<u>CAPÍTULO XII – DA AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</u>	9
<u>CAPÍTULO XIII – DO USO DE BENS E MATERIAIS DE CONSUMO</u>	10
<u>CAPÍTULO XIV – DA GUARDA DE DOCUMENTOS</u>	10
<u>CAPÍTULO XV – DAS SANÇÕES</u>	10
<u>CAPÍTULO XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</u>	11

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

CAPÍTULO I – DO REGIMENTO E SEU OBJETIVO

Art. 1º – Este Regimento Interno disciplina os aspectos de organização e funcionamento da Reserva da Cidadania – Agência de Empreendedorismo Social (ARdC), complementando o seu Estatuto.

Art. 2º – A Diretoria é responsável por redigir, corrigir e atualizar o presente documento, levando-o à aprovação da Assembleia Geral, assim como também deve garantir sua publicidade junto a todas as partes interessadas.

CAPÍTULO II – DA INSTITUIÇÃO

Art. 3º – A ARdC, criada em 2017, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de direito privado, com atuação no município de Cabo de Santo Agostinho.

Art. 4º – A ARdC foi criada pela união de pessoas interessadas em apoiar o desenvolvimento local sustentável do território do Cabo de Santo Agostinho por meio do empreendedorismo social, econômico, cultural e ambiental, e tem suas finalidades definidas em estatuto (Art. 4º).

CAPÍTULO III – DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Art. 5º – A ARdC tem por missão apoiar o desenvolvimento local sustentável do território do Cabo de Santo Agostinho por meio do empreendedorismo social, econômico, cultural e ambiental. Para realização de sua missão, seus objetivos sociais são: I – Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; Fomento ao Empreendedorismo; Capacitação, Finanças Solidárias e Comercialização; II – Fortalecimento do Turismo; III – Fortalecimento do Esporte, Bem-Estar e Lazer; IV – Promoção da cultura, defesa, resgate e conservação do patrimônio histórico e artístico; V – Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, além de educação ambiental. (Art. 4º)

CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

Art. 6º – A ARdC é composta por três órgãos dirigentes: Assembleia Geral; Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: A composição, funcionamento e deliberações destes três órgãos estão descritos no Capítulo V (e todas suas seções) do seu Estatuto.

Art. 7º – São responsabilidades específicas da Diretoria, no que tange os processos constantes neste Regimento:

- a) Propor regimento interno à Assembleia Geral
- b) Fazer cumprir o disposto no regimento interno;

Art. 8º – O Presidente da ARdC pode dispor, se assim decidir, de órgãos de assistência direta e imediata, como Assessoria Jurídica, de Comunicação, Contábil, de captação de

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

recursos, dentre outras que julgar necessárias para o bom funcionamento da instituição.

Art. 9º – A ARdC não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

CAPÍTULO VI – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10 – É de responsabilidade da Diretoria definir a estrutura organizacional da área executiva da ARdC, ou seja, o modo como as atividades executivas da organização são ordenadas para possibilitar o alcance dos objetivos.

Art. 11 – A estrutura organizacional definida deve especificar a departamentalização, os cargos, suas responsabilidades e requisitos de formação, as relações hierárquicas (organograma) da instituição, assim como suas políticas, normas e procedimentos organizacionais de forma que possibilitem uma ação coordenada dos seus membros.

Parágrafo Único: a estrutura organizacional, seus produtos e subprodutos devem respeitar as definições deste Regimento Interno.

CAPÍTULO VII – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Art. 12. O valor a ser pago para ingressar nos quadros da ARdC, será determinado utilizando os seguintes critérios:

I – Pessoa Física: será igual ao valor de uma anuidade estipulada para esta categoria, calculada pelos parâmetros definidos no Artigo 13 deste Regimento Interno;

II – Pessoa Jurídica de Direito Privado: será igual ao valor de uma anuidade da categoria em que a empresa for classificada, calculada pelos parâmetros definidos no Artigo 13 deste Regimento Interno.

Parágrafo Único. O valor a ser pago para ingresso nos quadros da ARdC poderá ser parcelado nos moldes do § 2º do Artigo 13 deste Regimento Interno.

Art. 13. As contribuições regulares dos Associados à ARdC ficam assim definidas:

I – Pessoa Física: anuidade igual ao valor de cento e vinte reais - R\$ 120,00;

II - Pessoa Jurídica de Direito Privado: anuidade calculada com base no número de empregados:

a) MEI, Micro e Pequena Empresa: anuidade igual ao valor de cento e vinte reais - R\$ 120,00;

b) Empresa de Médio Porte: anuidade igual ao valor de cento e quarenta e cinco reais - R\$ 144,00;

REGIMENTO INTERNO			Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral	
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas	

§ 1º. O Associado Pessoa Física ou Pessoa Jurídica de Direito Privado que for eleito para ocupar cargo na Diretoria está dispensado de pagar a anuidade que trata este Artigo, enquanto ocupar o cargo assumido voluntariamente.

§ 2º. A anuidade pode ser dividida da seguinte forma:

a) em parcela única, com dez por cento - 10% - de desconto, com vencimento no mês da adesão;

b) em 12 - doze - parcelas, com vencimentos no último dia útil de cada mês, iniciados no mês de adesão, mediante depósito bancário ou pagamento na tesouraria da ARdC, e está sujeita a multa de um por cento (1%) por mês após o vencimento.

§ 2º. O associado que não cumprir com a obrigação assumida do parcelamento da anuidade por três - 3 - meses consecutivos terá suspenso seu direito de participar das atividades promovidas pela ARdC, até a regularização dos pagamentos.

Art. 14. O valor da anuidade será reajustado todo mês de janeiro, a uma taxa de oito por cento (8%) ao ano.

Art. 15. Poderá a Diretoria, em casos excepcionais e mediante resolução específica, fixar outras formas de pagamento das anuidades dos associados.

CAPITULO VIII – DA FORMA DE ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 16. As propostas de admissão de associados serão acompanhadas da seguinte documentação e deverão estar subscritas por, no mínimo, dois - 02 - associados.

I – Ficha de Adesão;

II – Em caso de pessoa física, fotocópia de RG e CPF;

III – Em caso de pessoa jurídica, fotocópia de CNPJ e de documentos do representante legal – RG e CPF – que participará das reuniões da associação.

§ 2º. O ingresso de Pessoa Física e Pessoa Jurídica de Direito Privado será aceito a qualquer momento.

Art. 17. A admissão dos associados será aprovada pela Diretoria da ADL RdC, obedecidos os dispositivos estatutários.

CAPÍTULO IX – DA FORMA DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS

Art. 18 – O associado poderá ser desligado da ARdC desde de que, conforme definido em estatuto (Art. 16):

I – Por renúncia, caso esteja em dia com suas obrigações estatutárias;

II – Por falta de pagamento das contribuições por mais de três – 03 – meses consecutivos ou cinco – 05 – alternados;

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

III – por representar ou servir a interesses opostos ou conflituosos aos da ARdC, mediante a prévia análise e deliberação da Assembleia Geral.

Art. 19 – Ao associado será garantido o amplo direito de defesa e de recurso à Assembleia Geral por meio dos seguintes procedimentos:

I – Carta protocolada entregue presencialmente à Diretoria Executiva declarando os motivos do descumprimento das obrigações estatutárias;

II – Defesa presencial do associado em assembleia, apontando os motivos do descumprimento das obrigações estatutárias;

§ 1º. A data de assembleia para apresentação da sua defesa será definida de acordo com agenda regular de encontros do órgão, não podendo o associado definir data de sua conveniência.

Art. 20 – A Assembleia, após a defesa do associado, deliberará sobre a sua permanência ou desligamento da associação, conforme termos:

I – Caso seja aceita sua permanência, deverá ser indicado plano de quitação e/ou recuperação das obrigações estatutárias que foram descumpridas.

II – Caso não seja aceita sua permanência, a assembleia deverá expor seus motivos em carta com esta finalidade, firmada por todos os presentes na reunião.

Art. 21. O associado será informado sobre a decisão da Assembleia Geral por carta registrada ou protocolada.

CAPÍTULO X – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO QUADRO DE PROFISSIONAIS

Art. 22 – O quadro de profissionais da ARdC pode ser constituído por pessoal contratado para executar atividades de cunho operacional (atividade fim) ou administrativo (atividade meio) da instituição definidos nos seus cargos.

Art. 23 – Os contratos de trabalho devem respeitar a legislação vigente no Brasil que rege cada um deles e podem ser: 1) de experiência (90 dias); 2) por tempo indeterminado (sem data prevista para acabar); 3) por tempo determinado (com data prevista para acabar); 4) contrato temporário; 5) de estágio; 6) de voluntariado; 7) de aprendizagem.

Art. 24 – Todos os profissionais contratados devem ocupar cargos e funções em departamentos definidos na estrutura organizacional.

Art. 25 – Todos os profissionais da ARdC deverão cumprir as exigências deste Regimento Interno e do Estatuto da instituição.

Art. 26 – Os associados da ARdC, inclusive os que estão exercendo cargos de diretoria, poderão firmar contratos de trabalho de prestação de serviço (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física) por tempo determinado (com data prevista para acabar) ou contrato temporário quando exercerem atividades profissionais em um projeto / atividade específica.

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

CAPÍTULO XI – DOS FUNDOS E RESERVAS FINANCEIRAS

Art. 27 – A ARdC manterá um "Fundo Institucional", formado a partir de retenção de percentual das receitas oriundas de projetos captados e serviços (conforme Art. 28 deste Regimento) que se destina à manutenção do custo operacional da organização, considerando os seguintes itens de dispêndio: 1) Aluguel, impostos prediais e contas de consumo; 2) Profissionais contratados e Assessorias Externas de caráter permanente ou provisório; 3) Suprimentos de escritório, correio e internet; 4) Despesas com deslocamentos, transportes, diárias, ajuda de custos e viagens, em missões de articulação e negociação de projetos; 5) Eventuais despesas com atos administrativos, financeiros e contábeis; 6) Despesas bancárias; 7) Despesas Fiscais; 8) Compra e manutenção de equipamentos, instalações, móveis e imóveis.

Art. 28 – A composição financeira do Fundo Institucional ocorrerá de acordo com as categorias de serviços prestados:

I – Projetos de Captação de Recursos apresentado pela ARdC será destinado percentual de cinco por cento a quinze por cento do valor total das despesas operacionais do projeto;

II – Participação de Feiras e Eventos articuladas pela ARdC.

Os grupos produtivos são programas da ARdC, que detém as marcas.

- Quintais Produtivos
- Costurando Vidas
- Papeis da Vida
- Mulheres e Homens de Fibra
- Atrativos Turísticos
- Práticas Ambientais
- Eventos nas Praias

- a) Ao associado serão cobradas taxa de dez reais (R\$10,00) de participação e contribuir com a taxa de cinco por cento (5%) do valor do produto agenciado;
- b) Aos não associados serão cobradas taxa de vinte reais (R\$20,00) de participação e contribuir com a taxa de dez por cento (10%) do valor do produto agenciado;

III – Agenciamento de Serviços

REGIMENTO INTERNO			Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral	
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas	

a) O associado deverá contribuir com dez por cento (10%) do valor do serviço agenciado;

b) O não associado deverá contribuir com vinte por cento (20%) do valor do serviço agenciado;

IV- O Espaço da ARdC poderá ser locado para Eventos conforme valor de locação a combinar com o locatário e mediante à contrato de locação para eventos.

V – Os equipamentos da ARdC poderão ser locados conforme valor combinado com locatário e mediante à contrato de locação dos equipamentos.

CAPÍTULO XII – DA AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 29 – A aquisição e contratação de bens e serviços se sujeitarão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, subordinando-se à tramitação interna definida na Política de Compras, a ser elaborada pela Diretoria Administrativo-Financeira e aprovada pela Diretoria.

Art. 30 – A aquisição e contratação de bens e serviços com recursos oriundos de convênios com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, e suas Autarquias ou Fundações, reger-se-ão pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CAPÍTULO XIII – DO USO DE BENS E MATERIAIS DE CONSUMO

Art. 31 – Os associados e profissionais da ARdC são responsáveis pela conservação de materiais de consumo, móveis, utensílios e equipamentos que utilizarem durante as atividades operacionais, devendo fazer bom uso e mantê-los em local adequado, bem como comunicar à Diretoria qualquer dano a estes que necessitem de reparo imediato.

Art. 32 – Todos os equipamentos, móveis e utensílios e demais materiais utilizados pelos profissionais, comprados a partir de recursos mobilizados pela ARdC, são bens do patrimônio da entidade e o seu empréstimo e locação somente poderá ser concedido, mediante autorização da Diretoria e Termo de Responsabilidade e ou contrato assinado pelo solicitante, onde deverão constar as condições do empréstimo ou locação.

Art 33 – A sede da ARdC poderá ser locada para eventos mediante autorização da Diretoria e termo de responsabilidade e contrato assinado pelo solicitante, onde deverão constar as condições da locação.

Art. 33 – INVENTÁRIO

- 01 Máquina de costura Lanmax OVERLOQUE LM 303 HM;

- 01 Máquina de costura Lanmax OVERLOQUE LM 305 HR;

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

- 03 Maquinas de costura Lanmax RETA LM 9900 Q;
- 01 Maquina de costura Lanmax GALONEIRA LM 41500-01 - HM;
- 01 Maquina de costura Lanmax RETA ZIG ZAG LM30U43;
- 01 Maquina de costura Lanmax RETA LM0058-Z;
- 01 Maquina de costura GEMY RETA GEM31005-2B;
- 01 Maquina de corte Lanmax LM CF060
- 01 Maquina de corte SunPericial RC100
- 01 Fogão 06 bocas
- 01 Geladeira Duplex CRM30D
- 01 Botijão Gás
- 06 Mesas de escritório
- 02 Armários pequenos
- 01 Armário grande Fichário
- 14 Cadeiras
- 34 Cadeiras de plásticos
- 02 Impressoras
- 01 Computador
- 01 Notebook Positivo
- 01 Scanner
- 01 Microondas
- 01 Bebedouro elétrico

CAPÍTULO XIV – DA GUARDA DE DOCUMENTOS

Art. 33 – A gestão dos documentos institucionais estará definida em políticas, normas e procedimentos estabelecidos pela Diretoria Administrativo-Financeira, onde deverão ser fixados o tratamento intelectual e físico da documentação, fornecendo orientações sobre: 1) Classificação de documentos; 2) Tempo de guarda; 3) Acondicionamento, Guarda e Conservação; 4) Eliminação e transferência.

CAPÍTULO XV – DAS SANÇÕES

Art. 34 – Os Associados da ARdC que deixarem de cumprir as disposições deste Regimento Interno, estarão sujeitos às seguintes penalidades: 1) advertência em particular; 2) advertência por escrito.

REGIMENTO INTERNO		Versão: 1.0
Data de Emissão: 22/03/2017	Vigência: 22/03/2017	Próxima Revisão: Aprovado Assembleia Geral
Aprovado por: Assembleia Geral	Sigilo: 00	Áreas Responsáveis: Todas

Parágrafo Único: Caso a qualidade ou quantidade de advertências supere o limite estabelecido de três, a ARdC reserva-se o direito de cumprimento dos dispositivos estatutários previstos em seu Artigo 16.

CAPÍTULO XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 35 – Fica vedada aos associados da ARdC a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens de caráter unicamente pessoais.

Art. 36 – Solicitações de informações relevantes às atividades da Associação, emitidas pela Diretoria, devem ser respondidas pelos Associados em prazo máximo de cinco dias corridos.

Art. 37 – Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela Assembleia Geral.

Art. 38 – Este Regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pela Assembleia, revogando-se todas as disposições contrárias.

Cabo de Santo Agostinho, 22 de março de 2018

RESERVA DA CIDADANIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Eliana Ap. Leopoldino *Eliete da Silva Lopes*

Eliana Aparecida Leopoldino
Diretora-Presidente
CPF:131.307.258-30

Eliete da Silva Lopes
Diretora de Projetos
CPF:306.893.924-00

Joaquim Soares Neto

Joaquim Soares Neto
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF:005.035.844-87

ANEXO C: Guia da Lamaterapia – Banho de Argila

GEOTERAPIA OU LAMATERAPIA

Geoterapia ou Lamaterapia é o uso da terra no combate às enfermidades fato tão antigo quanto à própria humanidade. O que há de novo são os modos de aplicação, cada vez mais aprimorados pela observação e pelas experiências. É uma pena que, hoje, este tipo de tratamento seja tão desconhecido do homem, pois este se distanciou da mãe natureza.

A lama é um agente de desintoxicação e regeneração física. Ela dissolve as matérias mórbidas, retira as energias malsãs dos organismos e as substituem por energias de alta qualidade, presentes na terra. É isso mesmo: além de eliminar o que é nocivo ao organismo, ela vitaliza os tecidos enfermos, descongestionando-os, normalizando a circulação do sangue e dando forças misteriosas para as células.

Experimente. Deixe que ela lhe mostre as suas propriedades, como fez com os povos primitivos. Comece com um caso simples, devagarzinho. Os resultados o deixarão confiante, e então você se aprofundará, alargando a sua utilização. E quando menos perceber estará completamente apaixonado pela argila.

A terra contém todas as substâncias de que é composto o ser humano. Ela gera e armazena vibrações elétricas e magnéticas. Dela provêm os alimentos de todos os seres vivos, que um dia acabam retornando a ela, no fim da jornada, sendo então transformados em uma nova forma.

A terra também é um incrível desodorante, entre outras coisas. Observe: por mais pútrido e malcheiroso que esteja um corpo, basta enterra-lo para o cheiro desaparecer. A água putrefata torna-se cristalina nas entranhas da terra.

Mas será que a terra cura a maioria das doenças? sim, antes é preciso chegar às causas da doença, eliminando a raiz do problema.

Há cura duradoura. É preciso ter em mente que o uso da argila tem resultado verdadeiramente positivo em processos curativos, desde que haja a supressão de álcool, de fumo, de vida sedentária etc. Não resolve tratar um fígado, se a pessoa continua alcoólatra.

Água e ar puros, alimentação equilibrada, se possível sem agrotóxicos, repouso na dosagem certa. Um elemento é dinamizado pela intervenção de outro.

Toda cura com argila deve ser auxiliada por uma desintoxicação, onde as plantas curativas são grandes aliadas. É necessário revitalizar o organismo, usando vários processos combinados. E sempre que possível, principalmente nos casos graves, procurar orientação médica. Um terapeuta, um médico que enxergue o paciente como um ser total, digno de respeito. Um profissional que realmente esteja interessado na sua cura verdadeira.

terminamos o tratamento diário. As fezes e a urina, assim como o suor fica com um cheiro muito forte, desagradável demais, denunciando a saída das toxinas. Isso significa que os elementos não utilizados ou desassimilados na nutrição foram canalizados para os órgãos excretórios.

Admite-se que a argila tem o poder de fixar suas propriedades, o que explica a ação purificadora e enriquecedora dela sobre o sangue. Na verdade a argila é um poderoso estimulante, transformador e transmissor de energia. *Também é possível que sua presença desperte em nós as incríveis fontes energéticas que se mantêm adormecidas.*

Como guardar argila

O recipiente em que será guardada, deve ser higiênico e bem tampado. Não poderá ser de ferro, alumínio, cobre, estanho, galvanizado ou plástico. Os mais adequados são os de aço inoxidável, gamelas de madeira, vidros, louças ou esmaltados.

É útil expor a argila ao sol, um pouco antes de sua utilização, para que fique mais revitalizante, já que absorve o magnetismo solar e restitui essa radiação quando utilizada.

Para conserva-la melhor é a obscuridade, que é a sua condição inicial. É muito útil termos um vidro escuro, com argila dentro do carro, no acampamento, em passeios á praia etc. nunca se sabe quando será necessário utilizá-la.

A argila pode ser guardada por tempo indefinido.

Então basta que a misturemos ao líquido, e seremos rápidos no atendimento.

PORQUE E COMO USAR ARGILA

Porque usar cataplasma de argila nas infecções, na beleza, e água de argila nas doenças?

1º RADIOTIVIDADE: A argila tem o poder de dissolver as impurezas que estão presentes nos tecidos, eliminando-as.

2º ELETRICIDADE: A argila absorve a eletricidade, tonifica os nervos e vitaliza os tecidos danificados.

3° MINERAIS: A argila é a fonte mais completa de minerais na natureza. As doenças são geradas pela falta de minerais. O uso de água de argila contribui para reconstruir os tecidos lesados.

4° MICROORGANISMOS APATOGÊNICOS: Estes há em abundância na argila os quais destroem os germes causadores de doenças, os patogênicos.

5° ENERGIA SOLAR: A argila absorve as irradiações eletromagnéticas da luz do sol. O poder dessas irradiações é vitalizantes para as células do corpo. Especialmente na cura das doenças.

6° EQUILÍBRIO TÉRMICO: Aplicada nos casos febris, alivia a dor, baixa a febre e refresca os tecidos.

7° DESINFLAMANTE: As inflamações de qualquer espécie, cedem ante os componentes ativos sempre presentes na argila.

8° DESCONGESTIONAMENTO: descongestiona os tecidos que estiverem congestionados por excessiva quantidade de sangue ou toxinas. Daí os banhos de argila ser de vital valor.

9° ABSORVENTE: O sucesso da argila está no poder de absorver venenos e toxinas acumuladas nos tecidos.

10° CICATRIZANTE: A argila ativa o processo de produção das células ajudando a cicatrizar feridas.

11° NERVOS: A argila é calmante, sua presença alivia dores e tensões nervosas.

12° EMOLIENTE: Em aplicações mornas ou quentes relaxa, amolece os tecidos e tem ação suavizante.

13° DESINTERIA: Infecções em geral são combatidas pela presença dos microorganismos apatogênicos de ação desinfetante.

14° PELE: A argila ativa a atividade das glândulas sudoríparas e sebáceas tornando a pele jovem.

15º SANGUE: Tanto a circulação do sangue como a linfa é beneficiada pelo poder de limpeza que a argila tem.

ENRIQUECIMENTO: Usar junto a argila para aumentar seu poder curativo, suco ou chás de: Tansagem, calêndula, babosa, aipo, sálvia, bardana, beldroega, arnica, feno grego, cavalinha, catinga de mulata, clara de ovo, coalhada, água de arroz, coentro, camomila, cenoura, linhaça, cebola ralada ou suco, carvão vegetal em pó, eucalipto, orégano, alecrim, óleo de linhaça (quente), arruda, losna, mastruço, alfavaca, óleo de oliva, mel de abelha, pepino, etc. Em caso de pessoas não se sentem bem com cataplasma frio, usar morno, mais para frio.

DEGLUTIÇÃO: Usar uma colher das de chá de caulim (argila branca), ou argila em pó, em água ou chás. Passar um dia com sucos naturais e a cada 3 horas usar uma colher das de (chá) rasa de caulim ou argila em pó, na água ou suco, uma hora antes das refeições.

USAR EM CASO DE: Osteoporose, gastrite, úlceras, fermentações digestivas, intoxicações, envenenamento, diarreia, debilidade do aparelho digestivo, catarro intestinais, diverticulose, colite, etc. – 30 dias, o período máximo.

CATAPLASMA DE ARGILA: Usar barro e água, ou chá, por na região afetada e cobrir com um plástico.

USAR EM CASOS DE: feridas, torceduras, golpes, inflamações, dores reumáticas, nervosas, musculares, congestão, alteração circulatória, picadas e mordeduras de insetos e animais venenosos, espinhas, furúnculos, herpes, lepra, supurações, queimaduras, tumores, chagas, diarreias, prisão de ventre, problemas renais, hepáticos, estomacais, febres, úlceras internas, peritonites, cistite, ovários inflamados, próstata, tuberculose óssea, gastrite, artrismo, reumatismo, paralisia e cólica menstrual.

BANHO DE ARGILA: Com a mão envolvida em luvas, preparar a argila com água ou chás. Com pincel aplique em todo o corpo; deixar de 30 minutos a 1 hora. Fazer uma ou duas aplicações por dia. Outro método é imergir em uma banheira com água e argila, ou cobrir-se com argila em uma banheira.

USAR EM CASO DE: Acessos de cólera, tifo, epilepsia, artrismo, infecções, doenças da pele, problemas nervosos, intoxicações, envenenamentos, paralisia, sarampo, catapora, doenças da próstata e outras.

PASSOS ESSÊNCIAIS: Argila fria. Só usar barro frio se o corpo estiver quente.

Usada. Não usar a argila mais de uma vez, após o uso jogar fora.

Interrupção. Não interromper o tratamento que deve ser de 03 a 30 dias.

Crise curativa. A argila pode produzir crise curativa tais como: Dores, comichões, as úlceras podem aumentar etc. continuar apesar dos sintomas, só que com aplicações com menos tempo.

Água. A água para cataplasma deve ser limpa, pura.

Aplicação. Iniciar aplicando o barro do umbigo até os órgãos genitais. Só depois no corpo.

SINTOMAS	COMO USAR
Como expectorante	No peito: quente
Distúrbios nervosos	Na cabeça: fria
Lavagens	Edema: fria
Para: gazes, p. de ventre	No baixo ventre: fria
Fortalecimento cardíaco	Área do coração: fria
Estômago e intestinos	Água de argila
Nefrites e cálculo	Rins: fria
Amidalite e faringite	Pescoço: quente
Afonia	Gargarejos: morna
Corrimento ou Hemorróidas	Vagina e ânus: fria
Dores	Usar quente
Inflamações	Usar: fria ou quente
coluna	Cataplasma quente e sol
Espinhas	Cataplasma com cebola: fria

TIPOS DE ARGILA

- ✓ Vermelha usar para: pele, sangue, sistema imunológico, doenças em geral.

Propriedades

A argila tem propriedade de absorver e armazenar a energia de todos os elementos, como se fosse um condensador e é capaz de libertar a energia retida. Ela é um anti-séptico natural, vivo, que respeita os elementos reconstituintes do corpo enfermo, não se limitando a apenas absorver os germes perigosos. A argila age de tal maneira que impede a proliferação de corpos parasitários e ao mesmo tempo favorece a reconstituição celular. É incrível como um corpo se restabelece de uma ferida, quando tratado com argila molhada. Ela vai onde está o mal e retira o pus, o sangue pisado, as toxinas, tanto pelo uso interno (comprimido etc), como externo (em forma de cataplasmas etc.).

As propriedades salutares do barro fundamentam-se no seu poder refrescante, desinflamatório, descongestionante, purificador, cicatrizante, absorvente e calmante. Com seu grande poder de absorção, reduz rapidamente a congestão e a inflamação de qualquer parte do corpo. Sua influência restauradora atinge também o sistema nervoso e alivia dores e tensões. Se a argila é aplicada fria, absorve a febre dos tecidos e alivia a dor das inflamações, trazendo o equilíbrio térmico ao corpo.

A argila é um bom emoliente, se usada morna ou quente. A cataplasma de argila suaviza os tecidos, relaxando-os. Como cicatrizante, ela se mostra poderosa, ativando o processo de reprodução de células nos tecidos danificados por acidentes ou processos degenerativos de qualquer espécie.

Quer-se um bom desinfetante, podemos recorrer à argila. Ela ajuda a combater processos infecciosos ativando a circulação sanguínea e linfática, o fluxo nervoso e as atividades das glândulas sebáceas.

O certo é que reconstitui os glóbulos vermelhos do sangue, enriquecendo-o e limpando-o. Isso é fácil constatar. Após dois meses de uso da argila, um teste de contagem globular acusará um aumento do número das hemácias.

Parece que argila supre as deficiências do organismo, preenchendo suas carências. Se um órgão funciona mal, há o restabelecimento da função enfraquecida. Pode ser que o organismo passe a assimilar e fixar no corpo os minerais trazidos pela nutrição, que antes escapavam.

A argila funciona como dos órgãos e regularizador do metabolismo. Talvez esse poder vitalizador que age sobre as células provenha das radiações eletromagnéticas captadas da luz solar. A terra é uma grande absorvedora de energia elétrica. Grandes naturalistas afirmaram que é isso que vitaliza os tecidos danificados e tonifica a ação nervosa.

O poder de absorção da argila é extraordinário. Absorve venenos e toxinas, principalmente se é adicionado carvão vegetal moído à cataplasma. A argila fica ainda mais ativada. Mas se não há carvão, coloca-se a argila pura, simplesmente. Mesmo sem carvão ela é um absorvente fantástico.

Sua ação desodorizante é imediata. Não há cheiro quando enterramos alguma coisa putrefata. Isso explica em parte o seu funcionamento. É muito interessante notar que quando usamos cataplasmas de argila sobre o ventre de uma pessoa muito doente, a argila fica com um cheiro insuportável, quando

Formas de Uso

Podemos utilizar a argila em forma de cataplasma, compressas, gargarejo, irrigações, máscaras e por via oral.

A temperatura varia de acordo com a área aplicada :

FRIA : Na parte anterior do tórax, abdome, varizes, máscara facial e áreas inflamadas.

QUENTE : Pulmões, rins e ossos.

Como aplicar a argila



1 – Misturar a argila com água até adquirir a consistência de papa.

2 – Espalhar uma camada de argila de um ou dois centímetros de espessura em uma faixa de pano. A cama deve estar forrada com plástico e lençol.

3 – O paciente deita sobre a faixa que deve abranger a região lombar. Sobre o abdome espalha-se outra camada de argila diretamente sobre a pele.

4 – Envolver o paciente com a faixa e agasalhá-lo, especialmente os pés. Essa aplicação durará duas horas, aproximadamente.

Tempo:

Os cataplasmas deverão permanecer de 1 h e 30 min a 2 horas.

As máscaras faciais têm tempos diferentes:

- + Peles secas e sensíveis → 15'
- + Peles normais → 20'
- + Peles oleosas → 30'

Propriedades e Composição da Argila

Propriedades da argila

A argila é uma bateria que tem tudo o que o organismo precisa. A argila possui a capacidade de absorção: suas partículas, por serem minúsculas, a tensão de sua superfície é grande, atraindo enorme quantidade de venenos que podem ser absorvidos.

Outra propriedade da argila é que sua ação antisséptica, devido ao seu teor de ácido silício, é capaz de destruir com eficácia o desenvolvimento dos germes patogênicos, isto devido ao seu teor de ácido silício.

Podemos citar ainda a propriedade relaxante e energizante.

Composição da Argila

Na argila aparecem compostos de nome óxido, com diversas concentrações e cores diferentes:

- ✦ Óxido de Zinco
- ✦ Óxido de Sódio
- ✦ Óxido de Cálcio
- ✦ Óxido de Magnésio
- ✦ Óxido de Alumínio
- ✦ Óxido de Titano
- ✦ Óxido de Silício
- ✦ Óxido de Férrio
- ✦ Óxido de Potássio
- ✦ Óxido de Estrôncio
- ✦ Óxido de Manganês
- ✦ Óxido de Bário.

GEOTERAPIA

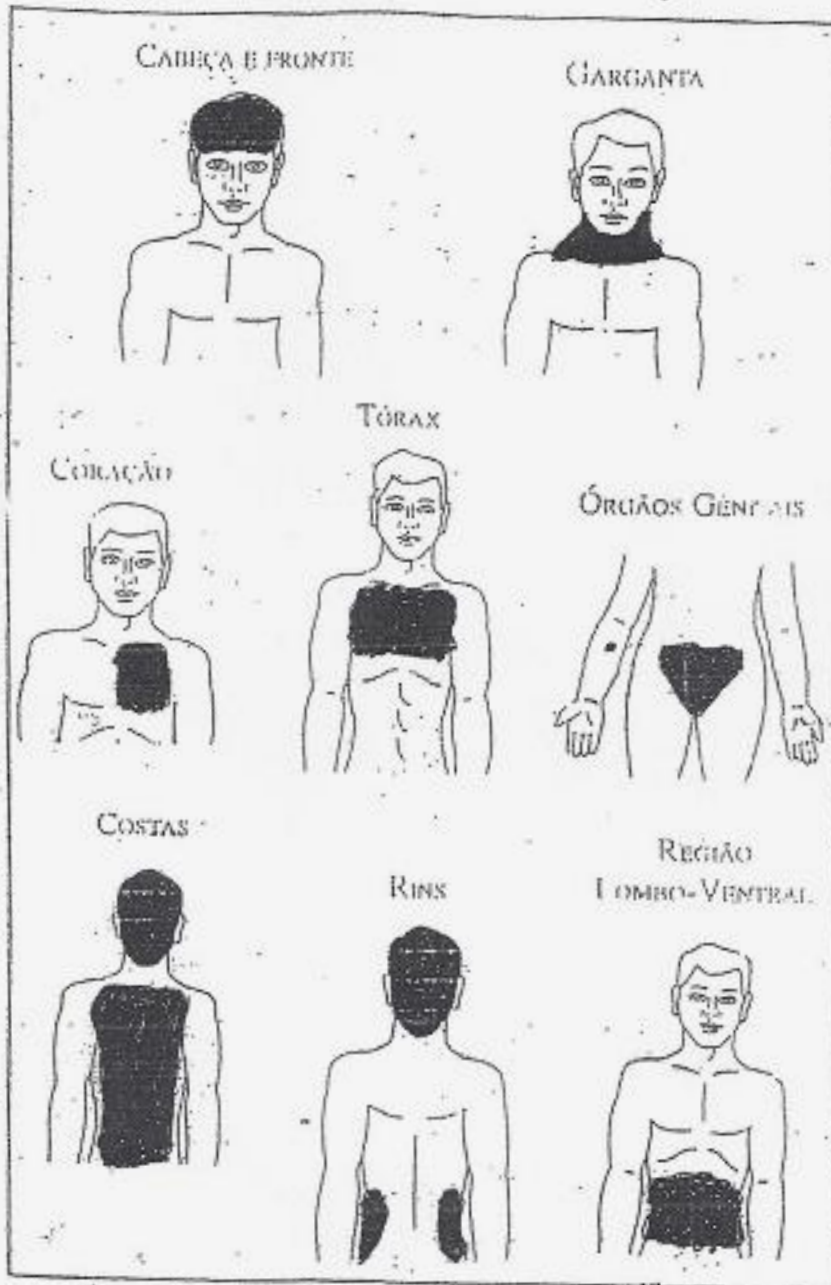
USO INTERNO

A argila pode ser usada internamente, diluída em água. O barro destinado ao tratamento precisa estar livre de qualquer contaminação e a água deve ser mineral. Use um recipiente de vidro ou de louça para preparar a bebida. Para cada 100 ml de água mineral, acrescente 1 colher de chá de argila. Misture a argila à água e deixe repousar por 3 horas. Beba apenas o líquido.



ENFERMIDADES E APLICAÇÕES

- | | |
|--------------|--|
| • Abscessos | - Compressa local de argila com mel de abelhas, chá de malva, polpa de babosa e carvão vegetal em pó. |
| • Acne | - Banhos de argila com arnica;
- Compressas locais de argila com cenoura e cebola raladas, e mel de abelhas;
- Ingestão de argila diluída. |
| • Aftas | - Compressa lombo-ventral;
- Inchechos de argila diluída em chá de arnica;
- Pulverização local. |
| • Alergias | - Compressa lombo-ventral;
- Ingestão de argila diluída. |
| • Amigdalite | - Compressa lombo-ventral;
- Gargarejo com argila diluída. |
| • Artrite | - Compressa lombo-ventral;
- Compressa local com argila e cebola ralada; |
| • Azia | - Compressa lombo-ventral de argila com cebola ralada;
- Ingestão de argila diluída. |
| • Asma | - Compressa lombo-ventral;
- Compressa no tórax e costas, de argila com óleo de eucalipto, óleo de linhaça e orégano. |



ANEXO D: Termo de consentimento e livre esclarecimento



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL - (POSMEX)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: A ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania no processo de desenvolvimento local no bairro de Itapoama em Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco.

Pesquisador Responsável: Jose Alberto de Castro

Orientadora: Professora Dra Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

O presente projeto foi executado pelo pesquisador Jose Alberto de Castro do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Posmex - e realizado através de entrevistas gravadas por meio de áudio, como também houve observações em torno das atividades de trabalho das participantes. As entrevistas foram realizadas com as participantes das ações desenvolvidas para ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania na cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE. Algumas perguntas foram feitas para que pudéssemos ter respostas mais diretas, e outras permitiram maior liberdade as entrevistadas para dizer o que desejasse. Essas entrevistas foram gravadas com a autorização das entrevistadas e realizadas em datas e horários convenientes para as participantes do estudo. Durante as observações das atividades de trabalho, alguns dados foram anotados com a permissão das participantes e ela poderá pedir que qualquer informação seja retirada.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
portador (a) do RG _____, autorizo o pesquisador Jose Alberto de Castro a incluir minha entrevista e imagem como elemento de análise e estudo.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Estou ciente da utilização dos conteúdos das entrevistas, assim como de imagens. Como também afirmo ter recebido uma cópia deste termo.

Cabo de Santo Agostinho, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a)

participante: _____

Assinatura do

pesquisador: _____

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista semiestruturada com os dirigentes da ONG ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania

I – IDENTIFICAÇÃO

- Idade:
- Sexo:
- Formação:
- Área de atuação:
- Tempo de participação na Casa Reserva da Cidadania:

II – Gestão

- Qual o tipo de atividades/trabalhos realiza na ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania?
- Durante as atividades/trabalhos realizados na ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania você percebe se há satisfação e envolvimento dos participantes?
- Nos processos de gerenciamento da casa, quais os principais desafios?

III) Participação e articulação das ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania

- Como são as articulações para a captação de ações para a execução por parte da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania?
- Existe parceria? Com quais entidades?
- A ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania tem participado de eventos ligados as suas ações no município do Cabo de Santo Agostinho? Quais?
- A ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania tem participado de eventos ligados as suas ações fora do município do Cabo de Santo Agostinho? Quais?

IV) Percepção da existência de potencial turístico e de lazer no bairro de Itapoama

- Você percebe que o bairro de Itapoama tem potencial para atrair turistas? De que forma?
- As atividades turística e de lazer no bairro de Itapoama são consideradas destaques no bairro?
- Um local com atrativos turísticos e de lazer pode gerar renda e trabalho? Em Itapoama acontece isto?

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista semiestruturada com os participantes das ações da ONG ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania.

I – IDENTIFICAÇÃO

- Idade:
- Sexo:
- Formação:
- Área de atuação:
- Tempo de participação das ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania:

II – Trabalho

- Qual o tipo de trabalho que realiza nas ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania?
- Este trabalho é sua atividade principal?
- Em que lugar são realizados estes trabalhos (circularidade das ações)?

III) Participação nas ações da Casa Reserva da Cidadania

- Participa efetivamente das ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania durante o ano?
- Quais os eventos que participou em parceria com a ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania?
- As ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania beneficiam a população do bairro de Itapoama?
- As ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania conseguem, de alguma forma, conectar pessoas e instituições/empresas no bairro de Itapoama?

IV) Percepção da existência de potencial turístico e de lazer no bairro de Itapoama

- Você percebe que o bairro de Itapoama tem potencial para atrair turistas? De que forma?

- As atividades turística e de lazer no bairro de Itapoama são consideradas destaques no bairro?

- Um local com atrativos turísticos e de lazer pode gerar renda e trabalho? Em Itapoama acontece isto?

APÊNDICE C: Roteiro de entrevista semiestruturada com os moradores do bairro de Itapoama que não participam das ações da ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania.

I – IDENTIFICAÇÃO

- Nome:
- Idade:
- Formação:

II – Cotidiano no bairro de Itapoama

- Como você considera o dia a dia no bairro de Itapoama?
- Qual a principal fonte de renda do bairro?
- Quais as instituições/empresas presentes no bairro de Itapoama?
- Como você considera o final de semana do bairro Itapoama?
- Quais os pontos de lazer do bairro de Itapoama?
- Existe presença de feiras e eventos?

III – Concepção dos moradores acerca da Casa Reserva da Cidadania

- Você conhece ou já ouviu falar da ONG Casa Reserva da Cidadania?
- A ONG Casa Reserva da Cidadania participa de eventos aqui no bairro de Itapoama?
- A ONG Casa Reserva da Cidadania contribui para o desenvolvimento do bairro?

IV) Percepção da existência de potencial turístico e de lazer no bairro de Itapoama

- Você percebe que o bairro de Itapoama tem potencial para atrair turistas? De que forma?
- As atividades turística e de lazer no bairro de Itapoama são consideradas destaques no bairro?
- Um local com atrativos turísticos e de lazer pode gerar renda e trabalho? Em Itapoama acontece isto?

APÊNDICE D: Produção dos objetos, cosméticos, confecções e artesanato dos grupos produtivos



Ilustração 01: produtos derivados da argila



Ilustração 02: Produtos do grupo de trabalho costurando vidas



Ilustração 01: produtos de artesanato



Ilustração 02: Produtos do grupo de trabalho costurando vidas



Ilustração 03: produtos dos quintais Produtivos



Ilustração 03: produtos dos quintais produtivos



Ilustração 05: produtos dos quintais produtivos



Ilustração 06: produtos dos quintais produtivos



Ilustrações 07 e 08: participação de artesã na 20ª edição da FENEART

APÊNDICE E: Artigo

Turismo, lazer e desenvolvimento local: análise sobre os potenciais endógenos e das contribuições da ONG Agência Reserva da Cidadania no bairro de Itapoama, Cabo de Santo Agostinho/PE

José Alberto de Castro¹²

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida¹³

Resumo

Este trabalho consiste em um estudo que aborda as temáticas de turismo e de lazer que são praticadas no bairro de Itapoama, na cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE, juntamente com as ações realizadas pela ONG Agência Reserva da Cidadania – ARdC para o fortalecimento daquelas atividades. Essas práticas representam ações que podem ser contempladas em uma localidade litorânea como opção às atividades de entretenimento proporcionadas pelo uso da praia, do mar, o que torna possível a dinamização dos trabalhos das famílias no bairro que se fortalecem com as oportunidades oferecidas por essa instituição. Este trabalho traz elementos da pesquisa A ONG Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania no processo de desenvolvimento local no bairro de Itapoama em Cabo de Santo Agostinho – PE. O referencial teórico observa as seguintes categorias: desenvolvimento local, turismo, lazer. Entendemos ser uma pesquisa qualitativa, na qual a técnica utilizada para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Consideramos que o alcance da pesquisa constatou que no bairro existem potenciais endógenos que são utilizados pelos moradores e moradoras para as práticas de atividades de turismo e de lazer, gerando renda e autonomia dos mesmos.

Palavras-chave: Itapoama, Desenvolvimento local. Turismo. Lazer.

ABSTRACT

This work consists in a study about the thematics of tourism and recreation practiced in Itapoama, in Cobo de Santo Agostinho city, in satate of Pernambuco, a work done with the NGO Agência Reserva da Cidadania – ArdC to the strengthening of those activities. Those pratices represent actions that may be contemplated in a coastal locality as na opition to entertainment activities through use the beach, the sea, what makes possible the dynamization of the work of families in the neighborhood that strengt with the opportunities offered by this instituition. This work presentes data from the reserch yhe NGO Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania in the development process in Itapoama, Cabo de Santo Agostinho City, Pernambuco. The theoretical reference observes the following cathegories: Local development, tourism, recreation. We understand in as a qualitative research, whose technique used to data

¹² Turismólogo, Mestrando em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE. Professor e coordenador da Escola Técnica Estadual Alcides do Nascimento Lins em Camaragibe.

¹³ Profª Drª do programa de mestrado em extensão rural e desenvolvimento local da UFRPE

collect was a semistructured interview. We consider that in the neighborhood there are endogenous potentials that are used by residents to the practices of activities of tourism in recreation, generating income and autonomy.

Keywords: Itapoama, Local Development. Tourism. Recreation.

Introdução

O território chamado litoral brasileiro, em especial do nordeste, vem atravessando diversas e intensas transformações, nos últimos anos, sobretudo o do estado de Pernambuco. Mudanças que alteram os modos de vida no sentido das atividades de produção, de socialização e de lazer dos sujeitos sociais fazedores dos espaços, entidades e instituições neste local que, outrora era caracterizado unicamente como realizadores de atividades de pesca, de veraneio, de férias. Nos dias atuais, temos um contexto formado pela inserção de pluriatividades não apenas nos cenários urbanos, mas, principalmente, nos litorais e nos territórios rurais. Apresentando-nos uma nova realidade e o surgimento das novas ruralidades (WANDERLEY, 2000).

Destacamos aqui, ainda e com maior força, a presença das atividades de prestação de serviços neste novo cenário do litoral pernambucano. E, com destaque aqui, para as atividades de lazer e turismo na cidade de Cabo de Santo Agostinho, por possuir um relevante potencial para a execução de práticas de turismo e lazer que, segundo Bissoli (1992) é entendido como:

O conjunto de recursos capazes de satisfazer as aspirações mais diversas, que incitam o indivíduo a deslocar-se do seu universo cotidiano, e assim caracteriza-se por ser uma atividade essencialmente ligada à utilização do tempo livre. (BISSOLI 1992 p. 116)

Neste cenário, temos a Agência de Desenvolvimento Reserva da Cidadania – ARdC, realizando ações efetivas no bairro de Itapoama, que acontecem no decorrer do ano. Ações estas que visam buscar a melhoria das condições de vida da população local, da ocupação, autonomia e empregabilidade e da geração de renda com o desenvolvimento da cultura da cooperação.

A ONG ARdC é uma iniciativa de um conglomerado formado por empresas e associações como a Reserva do Paiva, Odebrecht, Rota dos coqueiros, Associação geral dos moradores da reserva do Paiva, grupo Cornélio Brennand (todas com investimento no bairro planejado junto a praia do Paiva em Cabo de Santo Agostinho e vizinho ao bairro de Itapoama), juntamente com o parceiro técnico o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH¹⁴.

¹⁴ Grupo de empresas privadas que colaboraram para o surgimento da ARdC. O grupo era formado por: i) Reserva do Paiva – Empreendimento pensado e construído como um bairro planejado no litoral do Cabo de Santo Agostinho; ii) A Associação Geral da Reserva do Paiva – grupo que integra representantes dos moradores, comunidades locais e pessoas de interesse pela reserva do Paiva. Este grupo realiza trabalhos direcionados a manter a sustentabilidade e a gestão do empreendimento; iii) Odebrecht – Construtora que realizou a obra de construção da Reserva do Paiva; iv) Grupo Cornélio Brennand – Grupo centenário pertencente a uma família tradicional de Pernambuco que atua nas áreas

É importante ressaltar que a ONG surgiu em virtude de um termo de ajuste de conduta – TAC, que tais empreendimentos tiveram que assinar frente ao ministério público. Estas empresas e associações tiveram que realizar práticas e ações de inclusão social e de sustentabilidade. Com isso, realizaram reuniões com lideranças da região que atuam em segmentos como artesanato, comércio, turismo. Neste sentido, através das reuniões surgiu a ideia da formação que fique permanentemente captando e oportunizando cursos, palestras e demais formações para os moradores e as moradoras dos bairros próximos da Reserva do Paiva, com destaque para o bairro de Itapoama.

Na perspectiva do surgimento do processo de desenvolvimento local, emerge-se a compreensão de novas maneiras de atividades econômicas que se configuram em potenciais oportunidades para os sujeitos sociais urbanos e rurais dispostos a ingressarem em outras atividades, como é o caso das de lazer e turismo, tendo em vista a queda da produção de cana de açúcar, tradicional produção na região da zona da mata de Pernambuco, juntamente com as quedas de produção das no complexo industrial de Suape e da construção civil.

Observamos ainda que as mudanças vêm acontecendo no contexto daquele território com inserção de novas tecnologias, que vêm alterando as práticas laborais da sociedade como um todo. Tais mudanças, segundo Tauk e Santos (2001) podem trazer tensões em seus ambientes de vivências. Essa situação pode ser vista ao passo que o morador e a moradora passam a oferecer e experimentar práticas de lazer e turismo em suas propriedades concomitantemente com as suas práticas tradicionais de trabalho no seu meio.

Notadamente o estado de Pernambuco é um dos principais destinos turísticos do nosso país. Existe uma imensa diversidade cultural, gastronômica, arquitetônica, ambiental e social que formam um conjunto amplo de equipamentos para a prática das atividades turísticas e de lazer. Todavia, no meio, na região do litoral, essas práticas sempre foram baseadas nas atividades relacionadas diretamente ao mar. Nesse sentido, surge a necessidade de se entender o processo da prática das atividades de turismo e de lazer no meio e entre os processos e elementos de potencialidades por um bairro como um todo. Situação que se apresenta no bairro de Itapoama e, que em tempos de pós- modernidade proporciona o desenvolvimento local.

Portanto, o vigente texto traz como objetivo principal analisar a presença das atividades de turismo e lazer como novas práticas criadas e recriadas pelos sujeitos sociais do litoral pernambucano e em especial no bairro de Itapoama, cidade de Cabo de Santo Agostinho, bem como as ações da ONG Agência Reserva da Cidadania como proposta de mobilizadores para alterações sociais e de geração de renda.

Cabo de Santo Agostinho e o bairro de Itapoama

O município do Cabo de Santo Agostinho, que fica a 33 km da capital pernambucana, possui uma história de recortes e contextos peculiares. Essa cidade

de cerâmica, vidro, cimento e no mercado imobiliário de luxo; v) Rota dos Coqueiros - concessionária que administra as operações da PE 024 que liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho pela praia do Paiva; vi) Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), fundada em 2003, ela é especializada em organização de projetos de investimento em inclusão social e sustentabilidade. Nesta feita, foi contratada como parceiro técnico para o apoio aos projeto da ARdC.

representa um típico caso de progressão de categoria de lugares, pois ela não foi desmembrada de outra. Esse local tem trajetória marcante e seu lugar na história.

Observa-se que desde a chegada do navegador espanhol Vicente Pinzón¹⁵, por volta do início dos anos de 1500, o território da cidade de Cabo de Santo Agostinho representou, como desenvolvimento da monocultura da cana de açúcar, um importante território para o poderio econômico da província de Pernambuco e trouxe àquela localidade grandes repercussões no contexto histórico. Ademais, teve como uma figura importante na história o abolicionista Joaquim Nabuco, intelectual, diplomata, político, jornalista, reformador social, historiador, literato e, sobretudo, pensador que deixou uma grande bagagem histórica para o Brasil e para Pernambuco, que conta com uma fundação em seu nome, além de um acervo iconográfico no Engenho Massangana¹⁶.

Cabo de Santo Agostinho foi elevado à categoria de cidade no ano de 1877, pela lei provincial nº 1269 depois de passar pelos processos de formação histórica de arraial, povoado e vila. Hoje a cidade é formada pelos distritos de Cabo de Santo Agostinho, Jussaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho. Nestes estão os bairros de Alto Bela Vista, Centro, Charneca, Charnequinha, Cohab, Cruzeiro, Destilaria Central Presidente Vargas, Distrito Industrial, Gaibu, Garapu, Gleba Leste, Jardim Santo Inácio, Jussaral, Malaquias, Mauriti, Nossa Senhora do Rosário, Núcleo Residencial Ministro Marcos Freire, Pirapama, Ponte dos Carvalhos, Pontezinha, Praia Itapoama, Rodovia, Santo Inácio, São Francisco, Suapé, Torrinha, Vila Doutor Manoel Clementino, Vila Teatrólogo Barreto Jr, Vila Teatrólogo Barreto Júnior.

É visto também que, ao longo da história, o município tem como sua principal atividade econômica o cultivo da monocultura da cana de açúcar, prática que até hoje é vista em larga escala na cidade e na região da zona da mata sul do estado de Pernambuco. No entanto, nos dias atuais, percebem-se diversas outras práticas econômicas exercidas na cidade e na região, como é o caso de atividades turísticas, de logística, comerciais, de prestação de serviços e, no caso de Cabo de Santo Agostinho, principalmente, a instalação do complexo industrial portuário de Suape¹⁷ como as principais fontes geradoras de emprego e renda no município e que atraem uma atenção especial por parte das iniciativas públicas e privadas.

O bairro de Itapoama está localizado no litoral da cidade do Cabo de Santo Agostinho. Apresenta uma população de 148 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE, sendo 52,70% representados pela população masculina e 47,30% representados pela feminina. Por se tratar de um lugar que fica à margem do oceano atlântico, na praia com o mesmo nome Itapoama, que quer dizer pedra bonita em Tupi-guarani, o ambiente sempre foi caracterizado pelas práticas tradicionais de pesca que passaram de geração em geração e que continuam a representar fonte de renda e de subsistência de moradores e moradoras locais. Contudo, com as novas demandas sociais, outras atividades econômicas, principalmente do setor comercial e de turismo, adentraram ao local e deram uma nova roupagem para o dia a dia do bairro.

¹⁵ Importante navegador espanhol que chegou às terras pernambucanas na atual cidade do Cabo de Santo Agostinho no dia 26 de janeiro de 1500.

¹⁶ Construção erguida no século XVI e que tem uma importante significado para o povo pernambucano por abrigar o abolicionista Joaquim Nabuco.

¹⁷ Importante empreendimento portuário que interliga Pernambuco a mais de 160 portos no Brasil e no mundo. Sendo considerado um dos portos mais estratégicos do nosso país.

Em Itapoama é possível encontrar atividades diversas, tais como: a de guiamento de turismo, alimentação, hospedagem, surf, artesanato, gastronomia entre outras, que fortalecem a geração de renda e a ocupação da mão de obra no local.

Observa-se que o bairro possui infraestrutura de energia elétrica, abastecimento de água, ruas calçadas, placas de sinalizações e identificação de locais, constituindo-se os equipamentos de apoio básico no cotidiano dos residentes. Há ainda posto de saúde, unidade da guarda municipal especializada em salvamento marinho, mercados, lanchonetes, restaurantes, ONGs (com destaque para a Agência Reserva da Cidadania – ARdC) e casas de veraneios usadas por trabalhadores e trabalhadoras que desejam fugir da agitação das grandes metrópoles pernambucanas.

No bairro, encontramos ainda atrativos turísticos como o calçadão da praia que merece destaque pelas dimensões, limpeza e cuidado que apresenta. Nele são realizados os eventos públicos e privados que acontecem no local e, também é usado para atividades de recreação como a prática de patinação e de corrida de bicicleta. A sua construção foi finalizada em 2013 com piso intertravado, bancos novos e colocação de postes com iluminação de alta potência.

Considerando a importância de apresentar lugares, temas e eventos pitorescos do local, vemos que outro atrativo turístico que merece destaque é o tradicional banho de argila de Itapoama. Distante 4 km do mar, o local possui um mineral argiloso que os visitantes espalham e esfregam como um esfoliante pelo corpo.

Um atrativo turístico importante para o bairro são as etapas de campeonatos de surf de diversas categorias amadoras e profissionais. A praia ficou caracterizada por ter um público praticante fiel a este esporte. A característica do mar no local fortaleceu o surgimento com maior intensidade de visitantes para “pegar uma onda”. E, diante desta característica, podemos dizer que o principal diferencial e potencial desta praia é a prática de surf.

Destacamos ainda o Mirante de Itapoama. O local, que representa ponto de parada obrigatória para quem está transitando pela PE-09, possui uma vista encantadora que faz prender os transeuntes ali.

As parcerias estabelecidas entre a ARdC e os parceiros têm o propósito de oferecer a comunidade local do bairro de Itapoama cursos de qualificação e capacitação, assessoria técnica com orientação para criação de micro negócios, treinamentos e formação de mão de obra qualificada no tocante a abertura de novos negócios no local e, principalmente no fomento ao empreendedorismo com aproveitamento das potencialidades locais.

Neste sentido, percebemos que a estratégia utilizada pela ONG é o de empoderamento da comunidade local no tocante as técnicas compartilhadas em cada estilo de capacitação (treinamento, cursos, palestras) e o aproveitamento das potencialidades endógenas por parte dos seus integrantes residentes.

Desenvolvimento local, turismo e lazer em Itapoama

Abordar a temática a respeito do desenvolvimento local sempre foi uma tarefa intrigante pelo fato de em quais contextos, situações e conjunturas existem de fato o processo de desenvolvimento local? Para quem o “tal” desenvolvimento está servindo? Como reconhecemos se existe de fato o desenvolvimento local? Esses são apenas alguns de vários questionamentos sobre esta temática que apesar de não ser inteiramente atual, é desafiadora frente à academia.

Vemos em trabalhos acadêmicos, livros e artigos científicos diversos pesquisadores tratando do tema com grande propriedade e destacamos alguns para podermos buscar algumas respostas para nossos questionamentos.

Pontuamos, antes de falar do binômio Desenvolvimento local, a perspectiva do termo desenvolvimento. Reconhecer a existência de tal estado e processo, consideramos uma tarefa complexa. Conforme Sen (2010), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Desta maneira, a construção do processo de desenvolvimento deve vir apoiada de elementos que traduzam em liberdade os trabalhos, compras, mobilidades, lazer e turismo, para que as pessoas possam alcançá-los.

Corroborando neste sentido, Souza (1997, p. 18) aponta que “Desenvolvimento não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos e não apenas os economistas, continuem a reduzir aquele a este.” Desta forma, o fato de uma região ter poderes econômicos maiores que outras, não implica objetivar que existe desenvolvimento. Podemos conferir, como exemplos, os processos de acumulação de riqueza e concentração de renda nas metrópoles.

Salientamos apoiados em Milanez (2003), que o desenvolvimento deve ser abarcado em dois prismas. O primeiro é ligado à perspectiva econômica em que o autor aborda que o:

Desenvolvimento esteve sempre vinculado e até confundido com crescimento econômico, visão que parte do falso pressuposto, base do pensamento neoliberal, de que é possível uma sociedade crescer indefinidamente e do pensamento mágico de que a ciência e a tecnologia terão sempre soluções para as consequências nefastas de nossas opções equivocadas. (MILANEZ, 2003, p. 76)

Por outro lado, o mesmo autor aponta que devemos ver o desenvolvimento como progresso da sociedade, aproveitando os seus potenciais endógenos e buscando um maior equilíbrio entre sociedade e meio ambiente.

Com isso, devemos considerar o entendimento acerca dos aspectos que envolvem as participações dos agentes integrantes da localidade no que tange ao desenvolvimento local que, segundo Jesus o:

[...] desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003, p.72).

Desta forma, a busca pela compreensão do desenvolvimento local em sua prática em uma dada região é um trabalho desafiador. Porém, conforme Lima (2012), devemos compreender as constantes e rápidas mudanças por que passa a sociedade contemporânea. E, este entendimento deve ser aplicado de maneira holística no local, contemplando atividades em diversos segmentos do fazer. E, entre os muitos,

destacamos aqui as práticas do turismo e do lazer como peças fundamentais neste processo de desenvolvimento local.

A perspectiva de tratar o turismo e o lazer como fatores de desenvolvimento local não é nova. E, vem sendo tratada, há tempos, como um dos principais fatores e diretrizes da globalização que possibilitam novas oportunidades para os sujeitos sociais.

Entretanto devemos buscar, inicialmente, o entendimento a respeito do que compreendemos por turismo. Para tanto, nos apoiamos em Cooper (2001, p. 40-41), que aponta que “O turismo é uma atividade multidimensional e multifacetada que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes.” Esta compreensão fortalece nosso entendimento a respeito da possível atuação do processo de desenvolvimento local no bairro de Itapoama e, especialmente, no contexto das práticas de turismo e de lazer.

As possibilidades de lazer existentes no bairro mencionado nos remetem também às reflexões em torno do termo lazer que se tornou popular através das palavras de Dumazedier (1976) o qual aponta que lazer é:

o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 34)

Notadamente, entendemos que as práticas deste lazer nos contextos modernos devem ser apoiadas por uma profissionalização cada vez maior dos seus sujeitos ofertantes, pois, as articulações de qualificação dos *stakeholders*¹⁸ propicia uma interação maior entre esses e os praticantes de turismo e lazer. (Andrade, 2001)

Metodologia

Elegemos o enfoque qualitativo para investigar o surgimento de atividades de lazer e turismo como práticas de dinâmicas econômica e social muitas vezes incentivadas pelas ações da ARdC no bairro de Itapoama. Segundo Sampieri, Callado, Lúcio (2010, p. 33), “enfoque qualitativo utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”. A exploração hegemonicamente qualitativa tende e pode levar ao desenvolvimento de inquirições e hipóteses em todo o percurso da pesquisa. Foram utilizadas nesta pesquisa, no bairro de Itapoama, observações não estruturadas, pois nos estudos qualitativos, no que se refere às coletas de dados, são utilizados instrumentos que não tem como foco a medição dos dados, tais como: entrevistas abertas, observações diretas não participantes, revisão documental. (SAMPIERI, CALLADO, LUCIO, 2010).

¹⁸ Stakeholder em uma organização é, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa empresa (FREEMAN, 1984)

Ao passo que a pesquisa propõe-se a investigar as dinâmicas sociais advindas pela prática de atividades de lazer e turismo no bairro de Itapoama e, das ações realizadas pela ARdC.

A pesquisa também consta de abordagens com explorações de elementos de análise no meio social de Itapoama, configurando-se assim o uso da pesquisa de campo que segundo Marconi, Lakatos (2010)

é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI, LAKATOS, 2010, p. 169)

Os aportes teóricos advêm de pesquisas bibliográficas e documentais a respeito do tema em questão para a verificação de como se encontra o atual problema e suas implicações, por meio de trabalhos já realizados de forma a estabelecer quais referenciais teóricos serão estabelecidos na pesquisa.

Resultados e discussões

A investigação obteve como resultado das observações in loco, o dado concreto do aparecimento de práticas de lazer e turismo no bairro de Itapoama, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. No bairro, encontramos ainda atrativos turísticos como o calçadão da praia, que merece destaque pelas dimensões, limpeza e cuidado que apresenta. Nele são realizados os eventos públicos e privados que acontecem no local e, também é usado para atividades de recreação como a prática de patinação e de corrida de bicicleta. A sua construção foi finalizada em 2013 com piso intertravado, bancos novos e colocação de postes com iluminação de alta potência.

Figura 02: calçadão de Itapoama



Fonte: blogdaspps.com

Figura 03: Banho de argila



Fonte: uol.com.br/viagens

Considerando a importância de apresentar lugares, temas e eventos pitorescos do local, vemos que outro atrativo turístico que merece destaque é o tradicional banho de argila de Itapoama. Distante 4 km do mar, o local possui um mineral argiloso que os visitantes espalham e esfregam como um esfoliante pelo corpo.

Um atrativo turístico importante para o bairro são as etapas de campeonatos de surf de diversas categorias amadoras e profissionais. A praia ficou caracterizada por ter um público praticante fiel a este esporte. A característica do mar no local fortaleceu o surgimento com maior intensidade de visitantes para “pegar uma onda”.

Destacamos ainda o Mirante de Itapoama. O local, que representa ponto de parada obrigatória para quem está transitando pela PE-09, possui uma vista encantadora que faz prender os transeuntes ali.

Identificamos ainda que o surgimento destas práticas de lazer e turismo no bairro evidencia, de certa maneira, o engendramento do processo de desenvolvimento local e que se consolidam quando se utilizam dos recursos e valores locais, controlados pelos sujeitos sociais visando o benefício das pessoas, nesta geração e nas futuras, e o ambiente local (JESUS, 2007).

As atividades de turismo desenvolvidas no bairro também estão presentes na vida das moradoras e dos moradores e, de certa maneira, vêm sendo exercidas associadas às práticas de artesanato, gastronomia, costura e agricultura de quintais, pelas famílias em suas propriedades, como forma de complemento de renda. A esse fato tem relevância o estudo de Campanhola e Graziano da Silva (1999), que consideram o turismo como alternativa promissora para o aumento dos níveis de emprego e renda da população de uma localidade com esta vocação.

A nossa pesquisa foi marcada pela participação de entrevistadas e entrevistados de 03 segmentos: dirigentes da ONG, participantes das ações da ONG e Não participantes das ações da ONG, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 01: Tipos e quantidades de participantes da pesquisa.

Tipo de entrevistado	Quantidade	Percentual
Dirigentes	02	12%
Participantes	06	33%
Não participantes	10	55%

Fonte: Autores (2019).

É importante mencionar, mais uma vez, que a pesquisa teve a contribuição de 18 participantes que são moradoras e moradores do bairro de Itapoama e que, em sua totalidade têm a suas atividades econômicas e sociais realizadas neste local. Sendo, nesta feita, formados e classificados conforme a tabela abaixo:

Tabela 02: Tipos e quantidades de participantes da pesquisa.

Denominação	Categoria
Entrevistada 01	Dirigente
Entrevistada 02	Dirigente
Entrevistada 03	Participante de ações da ONG

Entrevistada 04	Participante de ações da ONG
Entrevistada 05	Participante de ações da ONG
Entrevistada 06	Participante de ações da ONG
Entrevistada 07	Participante de ações da ONG
Entrevistado 08	Participante de ações da ONG
Entrevistado 09	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 10	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 11	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 12	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 13	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 14	Não participante de ações da ONG
Entrevistada 15	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 16	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 17	Não participante de ações da ONG
Entrevistado 18	Não participante de ações da ONG

Fonte: Autores (2019).

Notadamente que a expressão maior da nossa amostra está representada pelos entrevistados e entrevistadas que não participam das ações promovidas e pactuadas pela ARdC. Isso nos leva a reflexão de que os esforços da ONG para um alcance maior de participantes nas suas ações no bairro de Itapoama, mesmo tendo alcançado um número significativo de famílias durante estes 7 anos que está em atividade, conforme a entrevistada 01, observamos nos discursos que os esforços para uma maior visibilidade da ONG precisam continuar.

Hoje nós temos 170 famílias contempladas. Então, famílias que eu digo, porque a partir do momento que a esposa aprende o artesanato, o esposo a agricultura familiar, envolve-se os filhos na produção e a família ela gera emprego e renda. Então, é uma família toda que é beneficiada no programa e, nesses sete anos, nós temos 170 famílias contempladas. (Entrevistada 01)

Na fala da entrevistada fica retratado que as ações que a ARdC promove na comunidade têm alcançado um número significativo de famílias com formações nas

áreas a que ela se propõe e contribuir. Desta maneira, observa-se que um trabalho como o que a ONG promove, mostra-se claramente importante para que os sujeitos sociais alcancem autonomia naquela comunidade.

Referente à percepção do processo de desenvolvimento local no bairro, observamos que as entrevistadas e os entrevistados que participam das ações e, até mesmo os que não participam, mas a conhecem, expressam que a ARdC tem contribuído para o aparecimento de significados e sentidos que revelam a existência do desenvolvimento local, como é visto nas falas das entrevistadas e entrevistados abaixo, quando questionados a respeito da contribuição da ONG para o desenvolvimento local:

Com certeza. Isso aí (as ações), é uma contribuição que a gente vê os moradores se desenvolvendo né? Através dos cursos que vai para a ONG e a ONG distribui para os moradores. (entrevistado 09. Grifo nosso);

Contribui sim. Fiquei sabendo de uns cursos de corte e costura e teve também culinária. Do meu conhecimento foram estes. (entrevistada 12);

Rapaz, pelo que vi, contribui. Contribui e muito, pelo que ela (Eliana) me mostrou lá tudinho, o negócio é organizado. (entrevistado 16. Grifo nosso).

De certo que as atividades desenvolvidas, conquistadas e promovidas pela ONG se devem a uma rede de relacionamento ao qual esta integra. Tendo em vista a importância desta rede, vemos que os entrevistados e entrevistadas identificam, através de suas falas, as parcerias criadas pela ARdC. Sendo observado que estas redes de relacionamento veem fortalecendo as ações proporcionadas pela instituição frente aos moradores. E, podemos destacar essa visão nas respostas de algumas entrevistadas e alguns entrevistados na pesquisa.

Ao ser perguntada sobre as articulações que a ONG realiza para a captação de ações, a entrevistada 01 aponta:

eu fiz a inscrição no edital do “Movimento bem maior”, o programa é uma ONG, que ela vai selecionar entidades com nosso perfil, então nós acabamos de inscrever no edital, támo torcendo pra ser contemplados. Tô sempre fazendo reunião com a prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, buscando um programa, um incentivo com eles, junto ao Governo do Estado também e, no momento é dessa forma que nós estamos buscando recursos. Empresas privadas tô sempre mandando ofício pra eles, mas a desculpa, no momento, é a crise. Então, no momento estamos com esperança desse edital e buscar um convênio junto ao poder público. No passado nós tínhamos apoio. O programa começou com apoio financeiro. Então, nós tínhamos um grupo de empresários da Reserva do Paiva que eram nosso financiadores, forma nossos financiadores por quatro anos, através da assessoria do IADH, que é o Instituto de desenvolvimento Humano, então, nós tínhamos esse apoio. O programa de desenvolvimento local da Reserva da Cidadania, ele nasceu da responsabilidade social do empreendimento imobiliário milionário da Reserva do Paiva e a

IADH entrou: Cornélio Brennand, Ricardo Brennand, Odebrecht, e Rota dos coqueiros. Então essas empresas, elas foram a financiadora do programa. Elas contrataram a ONG IADH, que é o Instituto do Desenvolvimento Humano, que tá há 12 anos trabalhando com o desenvolvimento local. (entrevistada 01)

Com relação às empresas existentes na localidade, temos como destaques apresentados pelas respostas das entrevistas dos sujeitos:

Aqui atuando dentro de Itapoama tem o mercadinho de Abraão, o mercadinho de Mesquita. Ai são pequenas empresas mesmo (entrevistado 09);

Supermercado Mesquita de dona Meire ali. Tem o Abraão que é o outro supermercado grande. São poucos comércios cara, pouquíssimos. Sim, algumas poucas pousadas também, que no caso tem a Trópicos mas, não sei nem se funciona ainda, tem o Eduardo ali embaixo, tem a pousada do Cau, basicamente isso aí. Pouquíssimos comércios. (entrevistado 11);

Mercadinho, aqui tem dois. Tem 3 ou 4 pousadas no máximo, eu acredito que só são três hoje. Restaurante só tem um, não tem uns 3 restaurante. Eu acredito que só. É, tem uma padaria. (entrevistada 12).

Esta visão que os moradores e moradoras do bairro de Itapoama possuem sobre a predominância da atividade comercial, evidencia a ausência de políticas públicas ligadas às práticas e ações de turismo e de lazer no local. Este ponto de vista é reforçado ao analisarmos as respostas dadas pelas entrevistadas e entrevistados ao inquerimos com a seguinte pergunta: Você percebe que o bairro de Itapoama tem potencial para atrair turistas? De que forma? Algumas respostas foram:

Sim, nós temos. O nosso principal potencial é a beleza natural. Foi papai do céu que fez. Hoje aqui nós temos praia, nós temos o último ponto da Reserva da Mata Atlântica, onde fica o banho de argila, nós temos aqui o Mirante, com uma vista maravilhosa, temos pousadas, temos hotéis, temos restaurantes, temos os empreendimentos na orla da praia e tamos trabalhando no desenvolvimento, tanto na parte de estrutura , hoje aqui nós temos um excelente acesso, , nós temos aqui o pedágio da Reserva do Paiva, onde a gente tá ai a 20 km do aeroporto de Recife, tamos a 20 km de Porto de Galinhas , então nós tamos numa localidade muito boa, um acesso muito bacana e a gente vem esses sete anos trabalhando com os atrativos turísticos e mais de cinquenta e quatro empreendimentos , entre pousadas, restaurantes, , hotéis, bares foram capacitados e hoje temos ai uma qualidade de produto em atendimento ao cliente . temos muito a fazer. (entrevistada 01);

Tem. Principalmente assim, porque as praias são lindas. Só tá faltando um pouquinho de investimento assim, na questão da orla, essas coisas, mas tem sim, porque aqui é muito bonito e tem muita outras coisa que é o banho de argila , tem aqui também, a ONG e fora essas

costura ainda tem artesanato e tem a praia, tem muita coisa.eu creio que sim. Agora só tá precisando ser mais investido aqui (entrevistada 03);

Tem e muito. Agora só faltam investimentos. A gente tem uma praia bela. A gente tem o banho de argila. Enfim, tem vários pontos que tem como atrair turismo, só falta investimento. Tipo, esse calçadão aqui é uma maravilha, se tivesse investimento, poderia a noite ter barzinho aberto, ter show e com isso gerar renda, gerar emprego. (Entrevistada 05);

Tornou-se evidente, com base na pesquisa, que as práticas das atividades de turismo e lazer no bairro de Itapoama compõem novos olhares sobre o turismo que perpassam a visão unilateral de turismo de sol e mar, agregando valor e renda e contribuindo no processo de desenvolvimento local.

Considerações Finais

Investigar as atividades de lazer e turismo no bairro de Itapoama, juntamente com as ações realizadas pela ARdC no referido bairro e suas dinâmicas sociais e econômicas, fez parte do presente estudo, de forma a entender como essas atividades estão se condicionando frente ao fenômeno da contemporaneidade e como as práticas de lazer e turismo são desenvolvidas no território.

Para as moradoras e moradores do bairro de Itapoama que trabalham com as atividades comerciais, artesanato e de gastronomia, por exemplo, essas práticas de turismo representam uma oportunidade de complementação de renda para as famílias, haja vista, que a sua produção é comercializada durante as visitas desses turistas.

Sendo assim, é importante perceber que as práticas de turismo diversificadas, apresentadas na investigação, representam um diferencial do bairro de Itapoama e que potencializam a ida do turista ao referido local, gerando renda e capital social.

Por outro lado, vimos que o bairro de Itapoama não vem sendo contemplado através da gestão municipal de políticas públicas de turismo ou outras iniciativas que incentivem essa atividade no respectivo bairro. Como foi o caso dos incentivos advindos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em Porto de Galinhas que alocou recursos para o fomento do turismo nesta localidade com destaque para a formação e aproveitamento da mão de obra local. Na mesma direção, destacamos o Programa de desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR/NE, que trouxe iniciativas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo, aqui em Pernambuco, nos municípios de Recife, Olinda, Paulista, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré. Neste caso, os recursos foram alocados para a implementação de centros turísticos.

Assim, consideramos com base na pesquisa, que o bairro de Itapoama possui um potencial de elementos que possibilitam uma interação e integração dos sujeitos sociais com os visitantes, articulando demanda e oferta de maneira singular.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BISSOLI, M. A. **A problemática econômica e social do espaço turístico**. Revista COMUNICARTE. Campinas, n. 16-17, p. 116-149, 1992.

COOPER, Chis. Et al. **Turismo: Princípios e Práticas**. 2ed - Porto Alegre: Bookmam, 2001.

DUMAZEDIER, Jaques. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

GRAZIANO Da Silva, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira** (Campinas: Unicamp) 1999.

Freeman, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Massachusetts: Pitman, 1984.

JESUS, Paulo de. Antônio David Cattani (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa In: **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos (org). Recife: Editora Edupe, 2007. Págs. 17-37.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. Atlas, 2010.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 76 – 84.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PIRES, Alexandre H. B. e LIMA, Irenilda de S. L. A Abordagem Agroecológica na Extensão Rural: ferramenta Político-Metodológica para Reflexões sobre o Desenvolvimento Local. In LIMA, Irenilda de S. L, (org). **Extensão Rural e o Desenvolvimento Local**: uma proposta metodológica para a relação da teoria e prática. EDUFRPE. 2012.

SAMPIERI, Roberto H., COLLADO, Carlos F. e LUCIO, Maria del Pilar B. **Metodología de la investigación**. México D.F.: Mc Graw Hill, 2010.

SANTOS, M, SILVEIRA, M, L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI**. Record, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES. A. B. (Org.). **Turismo desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TAUK SANTOS, M. S. et al. **Políticas de comunicação e as novas ruralidades: estudo de recepção das propostas de turismo rural pelos canavieiros do Engenho Santa Fé, Pernambuco.** In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO. Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2001.

WANDERLEY, N. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o —ruralll como espaço singular e ator coletivo.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 87-145.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.